

Guerra, Paz, Liberdade



COORDENAÇÃO

ERNESTO CASTRO LEAL

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES
JOSÉ ESTEVES PEREIRA
ANTÓNIO MARTINS DA COSTA
RICARDO GEORGE DE ARAÚJO SILVA
JOSÉ DE MATOS CORREIA
RICARDO LEITE PINTO
ERNESTO CASTRO LEAL
PAULA MORÃO

U
LISBOA
UNIVERSIDADE
DE LISBOA

CH
CENTRO DE HISTÓRIA

UOL/HIS/0431/2019

GUERRA, PAZ, LIBERDADE

Coordenação
ERNESTO CASTRO LEAL

GUERRA, PAZ, LIBERDADE

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES • JOSÉ ESTEVES PEREIRA
ANTÓNIO MARTINS DA COSTA
RICARDO GEORGE DE ARAÚJO SILVA
JOSÉ DE MATOS CORREIA • RICARDO LEITE PINTO
ERNESTO CASTRO LEAL • PAULA MORÃO



Lisboa
Centro de História da Universidade de Lisboa
2019

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Guerra, Paz, Liberdade

AUTORES

Viriato Soromenho-Marques • José Esteves Pereira • António Martins da Costa • Ricardo George de Araújo Silva • José de Matos Correia • Ricardo Leite Pinto • Ernesto Castro Leal • Paula Morão

COORDENAÇÃO

Ernesto Castro Leal

REVISÃO

André de Oliveira Leitão

COPYRIGHT

Centro de História da Universidade de Lisboa e autores dos textos

CAPA

Sersilito – Maia

DATA DE EDIÇÃO

Maio de 2019

IMPRESSÃO

Sersilito – Maia

DEPÓSITO LEGAL

456371/19

ISBN

978-989-8068-23-1

TIRAGEM

700 exemplares

EDITOR

Centro de História
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1600-214 LISBOA – PORTUGAL
Tel. : + 351 217 920 000 • Fax: + 351 217 960 063
Email: centro.historia@letras.ulisboa.pt
URL: <http://www.centrodehistoria-flul.com/>

DISTRIBUIDOR

DINALIVRO – Distribuidora Nacional de Livros, Lda.
Rua João Ortigão Ramos, 17 A
1500-363 LISBOA – PORTUGAL
Tel. : + 351 217 122 210 • Fax: + 351 217 153 774
Email: comercial@dinalivro.pt
URL: <http://www.dinalivro.pt>

EDIÇÃO PATROCINADA PELA:



LETRAS
LISBOA



REPÚBLICA
PORTUGUESA



SUMÁRIO

- 7 **NOTA PRÉVIA**
Ernesto Castro Leal

PREFÁCIO

- 9 **DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE INCERTEZA:
TRÊS TESES PARA UMA PROMESSA POR CUMPRIR**
Viriato Soromenho-Marques

I – FILOSOFIA

- 19 **AS CIRCUNSTÂNCIAS DA PAZ E DA GUERRA NA VIDA E OBRA DE
SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA**
José Esteves Pereira
- 35 **LEONARDO COIMBRA E A GUERRA**
António Martins da Costa
- 45 **PAZ, POLÍTICA E REVOLUÇÃO NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT**
Ricardo George de Araújo Silva

II – DIREITO

- 67 **AS INTERSECÇÕES ENTRE O DIREITO E A GUERRA**
José de Matos Correia
- 95 **NAS ORIGENS DA CONSTITUIÇÃO DE 1976: GIGANTISMO, CONTRADIÇÃO E
PAZ SOCIAL**
Ricardo Leite Pinto

III – HISTÓRIA E LITERATURA

- 113 **OS MONÁRQUICOS INTEGRALISTAS PORTUGUESES E A PRIMEIRA
GUERRA MUNDIAL**
Ernesto Castro Leal
- 129 **IMAGENS DA GUERRA COLONIAL EM POETAS PORTUGUESES**
Paula Morão

NOTA PRÉVIA

Este volume reúne textos inseridos no tema do *IX Seminário de História e Cultura Política*, que se realizou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no dia 10 de Maio de 2018. O objectivo desse Seminário – iniciativa científica inserida no Grupo de Investigação *Usos do Passado* do Centro de História da Universidade de Lisboa – era o aprofundamento crítico do conhecimento sobre pensadores portugueses e estrangeiros que reflectiram sobre *Guerra, Paz, Liberdade*.

No Prefácio evoca-se, a propósito dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas no dia 10 de Dezembro de 1948, as suas raízes históricas, o impacto no presente e o seu imperativo ético e político democrático para a prevenção da Guerra, a manutenção da Paz e a permanente construção da Liberdade. De seguida, o livro estrutura-se em três tópicos – Filosofia, Direito, e História e Literatura – unidos na preocupação comum de indagar criticamente pensadores, temporalidades e circunstâncias da história intelectual sobre a Guerra e a Paz na época contemporânea.

Desenvolvendo o trabalho científico iniciado no *I Seminário de História e Cultura Política* (17 de Março de 2009), pretende-se anualmente dar continuidade a este projecto de Seminário de História e Cultura Política – com um tema de base – e que as perspectivas analíticas comunicadas sejam feitas, sempre que possível, através de vários olhares disciplinares, a partir da História, da Filosofia, da Ciência Política, do Direito e da Literatura.

A reflexão crítica e o debate produzidos visam continuar a estimular a vivificação da memória da cultura política e a construção historiográfica das ideias políticas e sociais, dentro da área do *pensamento europeu, ibero-americano, luso-brasileiro e português*, um mundo aberto, plural e conflitual, onde há um grande campo de investigação crítica a desenvolver, para percebermos fundamentos filosóficos, dinâmicas históricas e expressões ideológicas e políticas.

Um agradecimento é devido a todos os autores dos textos aqui publicados, à direcção do Centro de História da Universidade de Lisboa, ao secretariado do Seminário e aos participantes, por terem propiciado o bom êxito desta actividade científica. A edição deste volume fica a dever-se ao muito honroso patrocínio da Fundação Eng. António de Almeida, arquivando aqui o nosso profundo agradecimento endereçado ao Presidente do seu Conselho de Administração, Senhor Doutor Fernando Aguiar-Branco.

Ernesto Castro Leal

PREFÁCIO

DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE INCERTEZA: TRÊS TESES PARA UMA PROMESSA POR CUMPRIR*

Viriato Soromenho-Marques**

Setenta anos após a exacta data da sua aprovação formal, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas* parece estar mais perto dos tempos de angústia que lhe deram origem, num mundo devastado pela guerra e pelos particularismos virulentos, do que do projecto de sociedade internacional justa, onde cada mulher e cada homem se deveriam assumir como “cidadãos do mundo”, para usar um conceito retirado do último discurso de tomada de posse de Franklin Delano Roosevelt, em 20 de Janeiro de 1945. São os riscos e as ameaças deste tempos de crise global que exigem de todos uma reflexão, comprometida mas livre, com estas palavras gravadas no granito, que constituem uma das últimas linhas de defesa contra o regresso da barbárie.

O que se poderá ainda dizer sobre os direitos humanos numa altura em que as leis do mundo político se inclinam cada vez mais para o peso das coisas que têm um preço de mercado, e cada vez menos para aquilo que tem valor e é fonte de valor, fora da estrita esfera das transacções? Nas relações internacionais, longe vai o tempo da diplomacia exigente, em que os progressos em matéria de direitos humanos constituíam uma linha da frente da diplomacia europeia ou norte-americana. Hoje, a lógica da vantagem económica pura e dura, a urgência no acesso a bens naturais estratégicos cada vez mais escassos, parece substituir todas

* Publicado originalmente no *Diário de Notícias*, n.º 54665, Lisboa, 10 de Dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/10-dez-2018/interior/direitos-humanos-em-tempos-de-incerteza-tres-teses-para-uma-promessa-por-cumprir-10298447.html>.

** CFUL – Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Portugal. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

as outras considerações. A entrada em 2014 de uma sangrenta ditadura africana para a CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa] reproduz, à nossa modesta escala, este feroz niilismo activo que esmaga a própria memória dos direitos humanos. E que dizer da orgulhosa Europa, onde, na voragem da erroneamente denominada “crise das dívidas soberanas”, se espezinharam princípios sagrados como aquele que confere aos parlamentos nacionais eleitos pelos povos o poder exclusivo de aprovar os orçamentos. Como compreender o processo, absolutamente antidemocrático, de “aprovação” do Tratado Orçamental (entrou em vigor em 2013), que foi imposto aos povos da União Europeia, violando não só o Tratado de Lisboa, mas usurpando as competências orçamentais dos parlamentos? Como será possível surpreendermo-nos com a intensidade das forças populistas e extremistas que ameaçam a Europa de desintegração? Propomos ao leitor, justamente nesta hora de crise e perigos para os direitos humanos – sem exclusão de nenhum continente, como as lideranças de Trump, Duterte e Bolsonaro o demonstram – que nos acompanhe numa breve viagem onde procuramos recuperar apenas o que permanece essencial, a saber, a natureza inacabada e inacabável da fundamentação e consolidação dos direitos humanos, tanto a uma escala doméstica e constitucional, como, por maioria de razão, no âmbito do sempre imperfeito direito internacional público. Esse âmbito essencial torna-se particularmente visível através da consideração das três teses que de seguida se enunciam.

1.ª Tese: Os direitos humanos são a expressão política do melhor da consciência ética da Modernidade.

A preocupação com os direitos humanos, não apenas com a sua enunciação formal, mas com o esforço para a sua integração no corpo do direito positivo, nomeadamente, no âmbito do direito constitucional dos diversos países *não começou* em 10 de Dezembro de 1948, com a Declaração Universal das Nações Unidas. A ONU teve o mérito de *retomar* o fio de um novelo que havia ficado enrodilhado por mais de um século e meio.

A identificação de uma esfera de direitos humanos pessoais é património da cultura europeia. Essa identificação é contemporânea do grande esforço e da larguíssima constelação conceptual que designamos como a época e o movimento da Modernidade.

Será sem dúvida uma das mais complexas ironias da história do pensamento verificarmos que a fonte matricial dos direitos humanos abrigou no seu interior a gestação do conceito moderno de Estado, precisamente essa nova entidade, também ela filha da Modernidade, que seria, ao mesmo tempo, tanto a condição do gozo efectivo como o maior inimigo do respeito desses direitos.

Maquiavel, La Boétie, Jean Bodin, Althusius, entre outros, são pensadores, simultaneamente, do Estado moderno, mas também do *cidadão moderno*, com os seus direitos e deveres deduzidos numa lógica secular e racionalista.

Lutero, Calvino, Bartolomeu de las Casas, Francisco de Vitória, entre outros, são pensadores da *categoria de pessoa*, em sentido metafísico e teológico, e nessa medida autores fundamentais para a compreensão do pendor universalista e abstracto do direito natural, essa bandeira comum das muitas escolas dos direitos da humanidade que até ao final do século XVIII fizeram ouvir a sua voz na Europa e nas Américas.

Uma palavra de destaque deve ser dada à *Escola Ibérica da Paz*, a esse punhado de intelectuais e missionários dominicanos, franciscanos e jesuítas que, com o risco da sua própria vida, defenderam os direitos humanos, incluindo o direito à propriedade e à organização política dos povos das Américas. Do seu magistério nas Universidades de Portugal e de Espanha, bem como também nos institutos universitários do Novo Mundo, surgiu uma vasta obra que está actualmente a ser recuperada (traduzida do latim para português e castelhano, sob a direcção de Pedro Calafate), e que é fundamental para perceber que *foi na Península Ibérica, e não na Europa do Norte, que foram lançadas as raízes dos direitos humanos, tanto na perspectiva constitucional, como na perspectiva do direito internacional público*.

O século XVIII terminou assinalado por dois acontecimentos que modificariam completamente as expectativas, até aí optimistas e expansionistas dos direitos humanos:

- A Revolução Americana de 1776 que traiu o alcance emancipatório e libertador da sua Declaração fundadora com os sucessivos compromissos que fizeram conviver, até à Guerra Civil (1861-1865), a retórica da liberdade com o flagelo e a degradação da escravatura de base racial;
- A Revolução Francesa de 1789, que gorou as esperanças internacionalistas por ela suscitadas, primeiro pelo fanatismo do Terror, e depois pela meticulosa aventura imperial napoleónica.

Quando os vencedores de Napoleão I se reuniram em Viena, no ano de 1815, a ideia de Direitos Humanos estava associada a essa dupla desilusão. A fraternidade do género humano que ela supunha tombou no mais profundo descrédito. À esquerda e à direita os estandartes desfraldados eram outros. A fraternidade já não era internacional. O altar da Pátria, da Língua, do Império e da Tradição (a real, mas ainda mais a mitologicamente urdida), falavam mais forte do que os direitos da humanidade. As revoluções já não se faziam, para regenerar o género humano, mas para impor uma ditadura de classe.

Por outro lado, para o mundo colonizado pelos Europeus do século XIX não houve direito a uma réplica das Juntas de Valladolid (1550-51), magnas reuniões de sábios e conselheiros régios e imperiais, em que os direitos individuais e colectivos dos povos ocupados pelos espanhóis tiveram direito a uma entusiástica defesa, por parte de Las Casas e seus discípulos, que se traduziu na suavização das Leis das Índias, mesmo no final do reinado do Imperador Carlos V. Na Conferência de Berlim, em 1884-1885, pelo contrário, o destino dos povos africanos ficou traçado sem dó nem piedade, abrindo o caminho para ignóbeis genocídios, como aquele que foi praticado pelo Rei dos Belgas sobre os povos da bacia do Congo, durante décadas a fio.

A própria noção de um direito natural não escrito, mas superior fonte inspiradora da renovação de todas as leis escritas, foi catalogada no arquivo das ideias caducas. O positivismo e o historicismo jurídicos tornaram-se imperativos. O direito coincidia, agora, com as aspirações nacionais. Ao ponto da loucura e do pesadelo. Um dos exercícios intelectuais mais horríveis, ainda hoje, é a leitura dos diplomas jurídicos que o zeloso espírito germânico não se coibiu de elaborar para dar cobertura em letra de lei às visões dantescas de Hitler e do nacional-socialismo.

Sem Hitler não teria existido, porventura, a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Foi a sua visão do mundo, onde a Humanidade nem como conceito zoológico existia, o pesadelo de opereta bufa, mas sangrenta, de arianos e sub-humanos, de senhores e escravos, de bestas de carga e de super-homens, de mulheres-parideiras e guerreiros louros, de campos de extermínio e jovens alegremente desfilando em cenários primaveris, foi esse Carnaval trágico que comoveu a comunidade internacional, despertando-a para o facto de que os direitos humanos, como conceito-reitor da vida política, estavam adormecidos há cento e cinquenta anos.

Os direitos humanos não eram irreversíveis. O consenso que os tinha trazido para a ribalta no final do século XVIII era frágil e tinha-se quebrado. A Declaração das Nações Unidas não se limitava a ser uma reposição. Era, antes, um *recomeço*. Um convite a que fossem procurados e encontrados fundamentos mais sólidos.

2.^a Tese: os direitos humanos, devido à sua fragilidade essencial, carecem de uma garantia sempre renovada.

Tornou-se comum, entre filósofos, juristas e sociólogos classificar os direitos humanos em estratos históricos. A causa principal para tal ficou a dever-se à obra de Thomas Humphrey Marshall, *Citizenship and Social Class and Other Essays*, que em 1950, se atreveu a universalizar o que, em grande medida, era apenas a experiência inglesa, mas com inegável repercussão e sucesso.

Teríamos *um primeiro estrato*, constituído pelos *direitos civis*, que foram o objectivo central das lutas reformadoras e revolucionárias do final do século XVIII: liberdade de crença e pensamento, direito a um igual tratamento perante a lei (contrariando a fragmentação e estratificação do direito estamental do Antigo Regime), direito à integridade do corpo perante restrições abusivas da liberdade pelas autoridades (*habeas corpus*), e à defesa da propriedade contra o arbítrio do Estado e dos particulares, etc.

Ao longo do século seguinte teria sido consolidado *um segundo estrato* de direitos humanos fundamentais. Desta vez de âmbito *político*. O direito à participação e organização políticas, o direito de voto, a exigência do fim da discriminação fiscal, censitária, etária e sexual do direito a eleger e ser eleito. Sob este ângulo, o século dezanove foi caracterizado pela consolidação das democracias representativas e dos partidos políticos, bem como pelos primeiros sucessos do movimento operário.

Finalmente, o século XX teria assistido à consagração de *um terceiro estrato* de direitos humanos, ligado à esfera *económica e social*. Tratar-se-ia da consagração do *Welfare State* contemporâneo. A garantia de direitos económico-sociais no trabalho e na aposentação. A assistência na doença, enfim, toda a panóplia de predicados que integram os actuais sistemas de segurança social, em regressão acelerada no mundo ocidental que os viram nascer.

O contexto britânico da obra de Marshall é particularmente visível neste terceiro estrato. Com efeito, o Estado social britânico, com as suas três leis fundamentais, tinha sido consagrado na legislação trabalhista de 5 de Julho de 1948. Valerá a pena recordar que um análogo triângulo normativo (envolvendo assistência na saúde, nos acidentes de trabalho, na velhice e invalidez) tinha sido promulgado, de modo absolutamente pioneiro, na Alemanha do Chanceler Bismarck, na década de 1880, mostrando bem a fragilidade hermenêutica do esquema de Marshall. Contudo, ele continua a ser usado e, hoje, há mesmo autores que falam num quarto estrato de direitos, que contemplariam desde os direitos dos animais e da Natureza (ou do ambiente, numa acepção mais vasta e rigorosa), até à renovada afirmação dos direitos dessa maioria esquecida que são as mulheres, bem como o despertar para a lei de novas minorias, longamente recalçadas, como é o caso dos homossexuais e dos cidadãos LGBTI em geral.

Esta interpretação histórico-reconstrutiva por *estratos* ou *gerações dos direitos humanos* tem, contudo, o inconveniente de criar nos cidadãos a crença totalmente injustificada de que existe uma correspondência entre o grau de antiguidade no reconhecimento dos direitos e o grau de segurança na garantia dos mesmos.

Num mundo, numa Europa, e num país onde um cidadão pode ser agredido sem motivo justificativo numa esquadra de polícia, ou em que zonas do território constituem zonas interditas em que nem as forças da ordem podem circular sem risco físico, em que se assinam contratos de trabalho e de demissão, em simultâneo, para se ter acesso em condições deploráveis ao direito ao trabalho, em que os sistemas de segurança social ameaçam bancarrota a médio prazo, debaixo da ditadura de uma austeridade irracional, deixando uma sombra de inquietação nas camadas sociais em plena idade activa e contributiva. Num mundo de progressiva insegurança, importa recordar que cada cidadão tem de ser um militante e um soldado dos e pelos seus direitos fundamentais. Eles, seja qual for a sua geração ou estrato, jamais estarão garantidos sem o compromisso individual e colectivo pela sua intransigente e simultânea defesa.

3.^a Tese: Os direitos humanos encontram no respeito do ambiente e da Natureza a sua fundamental condição de sustentabilidade futura.

O pior inimigo dos direitos humanos no século XXI é constituído por uma concepção estreita e antropocentrista de humanismo.

A principal ameaça que impende hoje tanto sobre a Humanidade como sobre os direitos individuais de cada cidadão resulta do inaudito e incontrollado poder tecno-científico acumulado. É um poder que escapa ao controlo democrático, encontrando-se nas mãos de uma minoria ambiciosa, disseminada pelas sete partidas geográficas, económicas e ideológicas do mundo. O humanismo grosseiro (no fundo um pseudo-humanismo) é geralmente a sua marca distintiva comum. Em nome do papel central do Homem, estes fundamentalistas do “humanismo integral” devastam os recursos naturais, derrubam e queimam as florestas, arrasam os habitats de milhares e milhares de espécies que connosco compartilham esta delicada habitação planetária, contaminam a água e o ar, envenenam as cadeias alimentares, deixam atrás de si a marca do deserto e da devastação.

É esta mesma criminoso ideologia, falsamente antropocentrista, que cria megalópoles em que ninguém pode viver com decência, que arrasta milhões e milhões de crianças para a escravidão de um trabalho precoce, ou para a mendicidade, as dependências e a mendicidade, promovendo a ruptura das comunidades e dos seus valores.

A conjugação de tudo isto na *crise global do ambiente* atingiu uma nova zona de clarificação quando se tornou sensível e inegável, aquilo que durante décadas aparecia como mera hipótese científica: a *existência de um processo de alterações climáticas em curso*, que, como ficou mais uma vez comprovado através de importantes estudos dados à estampa em 2018, constitui a maior ameaça ao futuro da civilização humana, tanto na perspectiva dos direitos individuais como no ângulo temporal da justiça entre gerações.

No século XXI, que começou de forma tão aziaga e violenta para os direitos humanos, se quisermos que estes sobrevivam ao risco de uma nova era das trevas, então as sociedades politicamente organizadas terão de caracterizar-se pelo respeito profundo pela *sustentabilidade ecológica, ambiental e climática* do Planeta, porque só essa sustentabilidade poderá garantir a base vital em que repousam *os direitos das gerações futuras*. O mesmo significa garantir as condições indispensáveis de paz e segurança para que também os vindouros possam prosseguir a marcha, tantas vezes terrível, mas igualmente fascinante, da continuação inventiva da viagem história da nossa espécie neste magnífico orbe de Água e Terra que é a nossa única e hospitaleira casa em todo o Cosmos.

I – FILOSOFIA

AS CIRCUNSTÂNCIAS DA PAZ E DA GUERRA NA VIDA E OBRA DE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

José Esteves Pereira*

À memória do meu avô Faustino Esteves,
combatente em La Lys

1. Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), que a partir de 1825 se fixa em Paris, mereceu nos meios cultos europeus uma ampla aceitação da sua obra de publicista, particularmente no que diz respeito à vasta produção na área de direito público interno e externo a que se dedicou. Comentador e crítico do jusnaturalista Emmerich de Vattel (1714-1767) e de Karl von Martens (1790-1863), atenta e intensamente lido e comentado desde o aparecimento das suas obras publicadas em Paris, na década de 30, pode verificar-se que até ao fim daquele século aparece profusamente citado em inúmeros tratados e bibliografia de direito das gentes. Os temas específicos da *guerra* e da *paz* que se inserem nos seus estudos de direito público mereceram a atenção de Proudhon e o apreço crítico de autores menos conhecidos como Platon Lvovitch de Waxel¹:

“Quant au droit des gens naturel pur et simple, il n’a été traité dans notre siècle que par un nombre fort limité de savants. Il y a cependant deux auteurs qui se firent dans cette sphère d’études des noms européens et qui, tous deux, appartiennent à des contrées méridionales de l’Europe, dans lesquelles on ne s’incline pas autant devant le principe de l’autorité établie que c’est généralement le cas dans nos pays du Nord. Nous voulons parler

* CHAM – Centro de Humanidades, Portugal. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Platon Lvovich de Waxel (1844-1918), natural de S. Petersburgo, viveu na Ilha da Madeira com a família, por motivo de doença da sua irmã, antes de ingressar na carreira diplomática e interessar-se por matérias de direito internacional. Cf. <https://recursosartisticos.madeira.gov.pt/index.php/projetos/d-musicos/biografia/227-waxel-platon-lvovitch> (consultado em 04.10.2018).

du portugais Pinheiro Ferreira, dont les écrits datent des années 1830 et suivantes, et de l'italien Fiore, notre contemporain [...] Pinheiro Ferreira peut être considéré dans notre siècle comme le père de cette tendance libérale qui attaque sans ménagement les erreurs du droit international érigées en loi et propose pour les remplacer ce qu'il croit être la vérité-tendance qui, comme nous l'avons vu, s'est reflétée même sur la science positive du droit des gens. Ainsi, nonobstant bien des égarements et bien des exagérations, a-t-il souvent frappé juste et a définitivement condamné beaucoup d'iniquités”².

2. Numa Europa em recomposição nacional redesenhada, na esteira do Congresso de Viena, após a derrota napoleónica, talvez se compreenda a mensagem de paz de que “os direitos e deveres comuns a todos os homens são também os direitos e deveres de todas as nações”³, com salvaguarda da sua independência e soberania pois que estas não conferiram a ninguém “o direito de exercerem a seu respeito algum dos direitos políticos, bem como fizeram os homens que, nascendo independentes, se reuniram em corpo de nação”⁴. Importa sublinhar neste passo de Silvestre Pinheiro Ferreira, que acabei de citar, a centralidade da defesa dos direitos individuais em que a *segurança pessoal*, a *liberdade individual* e a *propriedade real* aparecem como axiais na estruturação do pensamento do publicista vindo a ser invocados nas questões de paz e de guerra.

A visibilidade das ideias e dispositivos jurídicos propugnados por Silvestre Pinheiro Ferreira em muito se deve, aliás, ao facto de uma das edições mais divulgada do *Droit des Gens*, de Emmerich de Vattel ter sido objeto de um comentário de mais de seiscentas páginas, por parte do autor português, constituindo o terceiro volume da obra do jusnaturalista de Neuchâtel⁵. Mas Pinheiro Ferreira anotaria, igualmente, Charles de Martens, em 1831 (*Précis du droit des gens moderne de l'Europe fondés sur les traités et l'usage, pour servir d'introduction à un cours politique et diplomatique*).

² Platon de Waxel, *L'Armée d'invasion et la population. Leurs rapports pendant la guerre étudiés au point de vue du droit des gens naturel*, Leipzig, Joh. Wilh Krueger, 1874, p. 47.

³ Silvestre Pinheiro Ferreira, *Manual do Cidadão em um governo representativo*, edição fac-similar, com introdução de António Paim, Brasília, Senado Federal, 1998, p. 511. A partir daqui referenciado como *Manual*.

⁴ Idem, p. 512.

⁵ Sobre os extensos comentários de Silvestre Pinheiro Ferreira à obra de Vattel ou melhor de uma releitura do jusnaturalista alemão ver: *L'eterno retorno del Droit des gens di Emer de Vattel (séc. XVIII-XIX). L'impatto sulla cultura giuridica in prospettiva globale*, Frankfurt am Main, Max Planck Institute for European Legal History, 2017, pp. 176-181. Diz a autora que, em relação ao jurista de Neuchâtel, “Pinheiro non vuole ‘aggiornare’, il suo scopo ultimo è spiegare o meglio ancora riformulare le teorie di Vattel” (p. 181). Em 2004, no Brasil, em edição da Editora da Universidade de Brasília, foi publicada uma tradução de Vattel com breve referência à edição comentada por Silvestre Pinheiro Ferreira.

As considerações que Silvestre Pinheiro Ferreira irá desenvolver, quer no seu *Cours de Droit Publique Interne et Externe* (1830-1838), quer no *Manual do Cidadão em um governo representativo* (1834) – que por maior comodidade da citação em português irei utilizar –, na parte respeitante ao que agora importa tratar, não constituem uma abordagem teórica e prática sobre um flagelo inelutável que, desde sempre, acompanha a Humanidade. O propósito silvestrino está, portanto, distante do modo como o tema foi desenvolvido na obra clássica de Carl von Clausewitz (1780-1831), cuja publicação póstuma é, no entanto, contemporânea das incidências críticas e intencionalmente normativas de Pinheiro Ferreira. Mas não tenho elementos que me provem que o pensador português, que dominava o alemão, tenha lido sequer o autor prussiano cujas obras em que se integra *Vom Kriege* foram editadas entre 1832 e 1837. A tradução francesa do Barão de Neuns, oficial do exército belga, só aparecerá em 1849 tendo surgido, em 1853, os *Commentaires sur le traite de la Guerre de Clausewitz*, da autoria de La Barre-Duparcq que, em 1856, publica um outro estudo sobre o estratega prussiano. Entretanto, já tinha passado uma década sobre o falecimento do sábio português.

A focalização no tratamento de condições, quer do *jus ad bellum*, quer do *jus in bello*⁶, que preocuparam o jurisconsulto e filósofo português não significa, porém, que as questões mais práticas da gestão de conflitos bélicos, a estratégia e a tática militares lhe fossem desconhecidas. Muito pelo contrário, como se verá de seguida.

3. Quando em 1802 assume o cargo de encarregado de negócios em Berlim, como homem de confiança de António de Araújo e Azevedo (1764-1817), futuro Conde da Barca, uma das suas missões foi a de proceder ao recrutamento de espingardeiros no sentido de vir a ser criada uma unidade de produção de armas, em Portugal. Cumpre dizer que Silvestre Pinheiro Ferreira sugeriria, então, em alternativa, que artífices portugueses pudessem aprender na Alemanha para, através de tal ofício, “aumentar a massa real dos conhecimentos nacionais”⁷.

De modo a desincumbir-se da tarefa transmitida por Araújo e Azevedo que, por decreto de 19 de Maio de 1806, iria iniciar uma reestruturação do exército

⁶ Distinção necessária a fazer entre direito na guerra (*jus in bello*) e direito de guerra (*jus ad bellum*).

⁷ Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, *Silvestre Pinheiro Ferreira. Ideologia e Teoria*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1975, p. 22. Ver também Jorge Vernex, “Silvestre Pinheiro Ferreira e a posição portuguesa em face da unidade europeia nos alvares da liberal-democracia”, *Gil Vicente*, Guimarães, n.os 9-10 (1945), p. 135.

português, em momento particularmente delicado no contexto europeu perante a ofensiva napoleónica, Silvestre Pinheiro Ferreira procura soluções. Para tanto, visita oficinas e estabelecimentos fabris em Suhl (Henneberg), que não o satisfazem, sugerindo ao ministro Araújo e Azevedo que seria mais aconselhável contar com recursos humanos prussianos tendo alguns deles acabado mesmo por rumar ao Brasil. Nessas circunstâncias, Pinheiro Ferreira apresenta um quadro dos elementos necessários para organizar uma unidade de produção de armamento exequível além de obter em Spandau, mediante agentes de infiltração, desenhos de reprodução não autorizada⁸.

Contudo, em breve essas diligências se verificarão como inúteis. Como se poderia prever, reforçado o poder a leste, sobretudo depois da vitória em Friedland, Napoleão Bonaparte determina o bloqueio continental em Berlim, em 21 de Novembro de 1806. Em Portugal, a linha política de neutralidade de Araújo e Azevedo será substituída pelo alinhamento pró-britânico de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812). Araújo e Azevedo será, em todo o caso, quem na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra assina em 8 de Novembro de 1807 uma convenção com a Inglaterra sobre as medidas a tomar no caso da intervenção franco-espanhola em Portugal⁹. Quanto a Silvestre Pinheiro Ferreira, que até então desempenhava tarefas oficiosas na Prússia (fora demitido do cargo de encarregado de negócios em 1804) sempre com a cobertura do futuro Conde da Barca, nada mais lhe resta do que, com a família que entretanto constitui em Berlim (casando-se com Justina Dorotheia Von Leitholdt), abandonar, o mais rapidamente possível, a capital ocupada. Ao agente português a diligência, aliás, saía-lhe cara. Assumira responsabilidades de natureza pecuniária no negócio dos espingardeiros e noutros assuntos, por sua conta e risco.

Ainda sobre a realidade da guerra, cujos desenvolvimentos políticos em Berlim Silvestre Pinheiro Ferreira conheceu de perto, chegando a aventar-se a ideia de que teria fornecido informações de primeira mão sobre a invasão iminente de Portugal e sobre o Bloqueio Continental, o ouvinte de Fichte, Schelling, Werner e Karstens certamente trocou impressões e obteve informação valiosa, de varia ordem, junto dos círculos sociais e culturais que frequentava. Observador privilegiado, bom conhecedor e admirador da tradição institucional e militar

⁸ Idem, p. 15 e ss.

⁹ Cf. António Pires Nunes, "Portugal e o novo conflito armado emergente da Revolução Francesa", in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 38.

prussianas, o conhecimento estratégico e tático nunca lhe passou despercebido, como se depreende de reflexões que, incidentalmente, transmitiu aos alunos nas suas célebres preleções filosóficas do Colégio de S Francisco do Rio de Janeiro, em 1813, a propósito do conceito de definição:

“Mas para com um exemplo mais trivial vos mostrar quanto essa escolha, e critério na fatura das definições pode influir no modo de tratar as Ciências; vos peço, que observeis comigo a grande diferença que faz se definirmos a *Arte da Guerra*, como todos a definem, *A arte de destruir as Forças do Inimigo*, ou se a definirmos, como eu a defino, a *Arte de Paralisar as Forças do Inimigo*. Ambas as definições são iguais, ambas enumeram as mesmas ideias. *Paralisar* é sinónimo de *destruir*. Mas para destruir, nem sempre é precisa *Tática*. Número e rapidez são os elementos da *Arte de destruir*. *Tática* e valor, são os da *Arte de paralisar*. Esta foi a que fez Grande a Frederico; por aquela Napoleão apenas pôde granjear o epíteto de extraordinário. Os recursos do Inimigo não são tão isolados, que a sua destruição não acarrete consigo, cedo ou tarde, a ruína dos nossos próprios recursos. Nunca a paz é tão estável, nem tão glorioso o triunfo, como quando é devido á superioridade da *Tática* do vencedor; e não absoluta prostração das forças do vencido. Já se vê pois quão diferentes devem ser os preceitos e o tratado da *Arte da Guerra*, partindo da nossa definição, ou partindo da definição vulgara mesma reflexão se poderia fazer percorrendo pela maior parte das Ciências”¹⁰.

Ainda no Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro de 1821, Silvestre Pinheiro Ferreira seria chamado por D. João VI para o lugar de Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

As questões bélicas e a esperança numa paz duradoura haviam de o interessar muito depois. Num artigo publicado postumamente, em 1851, mas que deve ter sido escrito pouco antes de Silvestre Pinheiro Ferreira falecer, onde se trata do financiamento e exploração dos caminhos-de-ferro na perspectiva das suas consequências para as relações internacionais. No clima de livre comércio e livre circulação, sem alfândegas internas, que definem bem a sua crença liberal, mesmo que não alheia a dispositivos de reforma social, o sábio português prognosticaria uma fusão europeia em termos de um bloco ocidental e oriental. Parecia-lhe, além disso, antevendo meios que só seriam utilizados bastante mais tarde, que o aproveitamento militar do caminho- de- ferro poderia “opor ao inimigo em poucas horas, dez vezes mais força que ele pode trazer de improviso. Sabendo-se

¹⁰ Silvestre Pinheiro Ferreira, *Prelecções Filosóficas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, pp. 193-194.

assim ser certo o mau êxito da invasão, ninguém ousará empreendê-la”¹¹. E, nas mesmas considerações insertas na *Revista Popular*, Silvestre Pinheiro Ferreira não deixa de ter presente, como horizonte de paz, a superação dos conflitos armados:

“[...] esta forçosa fusão de toda a Europa, em dois grandes ramos de uma só família (oriental e ocidental) não só traria consigo o cruzamento e a íntima travação de interesses; mas com eles e por eles, seriam sopeadas as surpresas e as invasões à mão armada, e estabelecer-se-ia a boa harmonia entre ambos os ramos. Pela diária e livre comunicação das luzes de todas as nações e com a liberdade de comunicação, se dissiparão os prejuízos vulgares que dividem os povos de diversos Estados, os que dividem os partidos políticos em cada Estado, e os que dividem as seitas religiosas disseminadas pelos diversos países”¹².

Como se pode constatar, as propostas jurídicas silvestrinas que a seguir pretendemos considerar, partem de uma pessoa que sempre se interessou pelas circunstâncias concretas da guerra e desejaria encontrar meios para fechar o maior número de vezes possível as portas do templo de Janus. O estabelecimento do primado do direito sobre a força será o objetivo essencial de Silvestre Pinheiro Ferreira.

4. *Da Paz.* O autor do *Manual do Cidadão em um governo representativo* tem a convicção de que é sempre possível alcançar a defesa de interesses preventivos do excesso a que os conflitos armados podem conduzir. Para tanto, espera-se dos governos, enquanto autoridades públicas, que representem bem os povos. Lapidariamente afirmará que que “os governos, isto é, todas as autoridades públicas, são feitos para os povos e pelos povos, e não os povos para os governos”¹³.

Na temática desenvolvida em torno dos direitos das nações durante a paz, nas questões específicas ali abordadas, encontramos a clara aplicação daquele princípio. De um ponto de vista fundamentador dos direitos e deveres individuais e coletivos (que se equivalem), no sentido do exercício da paz compreende-se, também, que Pinheiro Ferreira insira na sua explanação uma definição do direito das gentes enquanto “complexo dos princípios por que se devem regular os agentes dos diversos poderes políticos de cada nação, para que nenhum dano seja feito pelos seus membros aos direitos das outras nações”¹⁴.

¹¹ Silvestre Pinheiro Ferreira, *Textos Escolhidos de Economia Política e Social*, introd. e dir. de José Esteves Pereira, Lisboa, Banco de Portugal, 1996, p. 309.

¹² Idem, p. 310.

¹³ *Manual*, vol. I, tomo II, p. 515.

¹⁴ Idem, *ibid.*

Entretanto, no seguimento de questões elencadas, através do estilo dialogal de que Silvestre Pinheiro se serve no *Manual do Cidadão*, popularização do seu *Cours de Droit Publique Interne et Externe*, destaca-se a preocupação de clarificar conceitos que sempre podem ser invocados no sentido de uma definição coerente de razões aduzidas em caso de conflito. Pretende-se, portanto, antes de mais, salvaguardar a *independência das nações* e o exercício da respetiva soberania. A independência das nações significa que estas a ninguém conferiram “o direito de exercerem a seu respeito algum dos direitos políticos, bem como o fizeram os homens que, nascendo independentes, se reuniram em corpo de nação”¹⁵. Importa sublinhar, igualmente, que para Silvestre Pinheiro Ferreira, a par das questões de paz e guerra, está devidamente contemplado o necessário exercício das relações diplomáticas entre as nações¹⁶. As negociações e tratados são instrumentos que devem permitir “remover tudo o que poderia fazer reinar que sejam perturbadas as relações de harmonia e boa inteligência das duas nações cujos governos entram em negociação, ou, sobrevindo alguma desavença, tentar os possíveis meios de conciliação”¹⁷.

Pretende-se, portanto, salvaguardar a independência das nações, imprescindível para a boa convivência entre elas. Seria um tanto fastidioso enumerar todas as incidências de clarificação do jurisconsulto português relativamente a outras matérias conexas, como a que acabei de referir, em que se enquadram questões como a alienação de território, a determinação de fronteiras, a circulação de mercadorias, o problema do asilo e os delitos praticados por cidadãos estrangeiros ou o direito de livre-trânsito de tropas através de países neutros, matéria esta particularmente delicada.

O trânsito de mercadorias é um outro aspeto relevante. Na tentativa silvestrina de uma estruturação política-constitucional, com o propósito de assegurar um bom relacionamento internacional, o problema do comércio não poderia deixar de ter especial destaque nas projetadas considerações reguladoras. Silvestre Pinheiro Ferreira, não obstante o reformismo social que também preconizou é, em matéria de ideias e propostas económicas, estruturalmente um liberal o que se verifica, com clareza, quando aborda a questão a que acabei de me referir sobre

¹⁵ Idem, p. 512.

¹⁶ É assunto amplamente tratado na parte do *Manual* sobre as relações diplomáticas entre as nações (554-573) e na que diz respeito aos agentes diplomáticos (574-596). Da ação diplomática espera-se a imparcialidade fundada no bom direito e a energia temperada pela dignidade (p. 574, cf. epígrafe).

¹⁷ *Manual*, p. 554.

a circulação de mercadorias. Tratava-se, para o comentador de MacCulloch¹⁸, admitir precauções no sentido de proteger a indústria nacional sem contrariar o comércio, nem a indústria estrangeira. O essencial da sua mensagem perante a persistência de medidas protecionistas era a seguinte:

“Se a civilização tivesse feito os progressos que os votos dos homens de bem chamam há tanto tempo, já existiria a liberdade geral e ilimitada de comércio entre todos os países sem o menor inconveniente, antes com grande vantagem para todos. Mas no estado atual das sociedades os governos são forçados a tomar certas precauções para que o trânsito das mercadorias estrangeiras pelo seu país não ofenda, nem a agricultura nem as manufaturas nacionais”¹⁹.

O problema do comércio, quer no contexto de guerra, quer no de paz teve foros de intensa discussão no tempo do constitucionalista e para além dele. Gustave de Molinari (1819-1912) publica no ideologicamente liberal *Dictionnaire d'Économie Politique*, dirigido por Cocquelin e Guillaumin e que viria a lume na década de 1850 (década seguinte à do falecimento de Pinheiro Ferreira), o artigo *Paix-Guerre*, tendo-se debruçado numa outra longa entrada sobre a *Liberté du Commerce*. Apontando o deve e haver do protecionismo e da livre troca, acreditava que “la liberté des échanges apparait à la fois comme un élément de bon marché et comme un élément d'ordre”²⁰. E de paz, portanto.

Curiosamente, numa das várias referências pontuais que Proudhon vem a fazer do liberal português, justamente sobre a interrupção de comércio em tempo de guerra, anotará o seguinte:

“Suivant Pinheiro-Ferreira, l'état de guerre n'est pas une raison suffisante d'interrompre les relations commerciales entre deux pays. C'est sans doute le blocus continental qui a suggéré à Pinheiro-Ferreira cette opinion d'une haute philanthropie et il faut avouer qu'avec un tel principe Napoléon I eût été réduit de bonne heure. Bien plus, il faut reconnaître que les opérations commerciales, si elles devaient être respectés et maintenues, rendraient le plus souvent les opérations militaires inexécutables”²¹.

Mas, sobre o que o autor de *Qu'est-ce que la propriété* pensa sobre Pinheiro Ferreira falarei mais adiante.

¹⁸ Cf. José Esteves Pereira, *Silvestre Pinheiro Ferreira. O seu pensamento político*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1974, p. 147 e ss.

¹⁹ Idem, p. 520.

²⁰ G. de Molinari, “Liberté du Commerce”, in *Dictionnaire de l'Économie Politique*, dir. de Charles Cocquelin et Gilbert-Urbain Guillaumin, tome II, Paris, Librairie de Guillaumin et C.^{ie}, 1852, p. 60.

²¹ P.-J. Proudhon, *Œuvres Complètes*, tome XIV (*La Guerre et la Paix. Recherches sur le principe et la constitution du Droit des Gens*, vol. II), Paris, Librairie Internationale, 1869, p. 60.

5. *Da Guerra*. Na metodologia utilizada pelo pensador português, ao tratar do tema da guerra, importa atender a um conjunto de definições, como se verificou a propósito da paz, dentro de uma certa simetria de pressupostos, agora entendidos na ação beligerante que, no âmbito de um governo representativo, é decretada pelo poder legislativo e levada a cabo pelo poder executivo.

No que tange aos direitos e deveres das nações durante a guerra talvez seja adequado atender ao pressuposto basilar constante da epígrafe elegida por Silvestre Pinheiro Ferreira de que “a guerra contra o governo agressor é justa, contra a propriedade particular é iníqua”²², o que acarretará consequências de monta. Desde logo, a partir de uma teorização jusnaturalista mais liberal, se configuraria o primado do respeito da vida e da propriedade que sobreleva as consequências de uma intervenção bélica, indiscriminada e forçada, pondo em causa a universalidade dos deveres e direitos fundamentais.

Neste entendimento basilar do pensador português, cumpre atender a três aspetos fulcrais: a) O objeto da guerra; b) A guerra justa e injusta e a sua declaração; e c) a defesa do princípio de que a guerra “só tem lugar entre os governos, e não entre as nações”²³, posição esta que não deixaria de ser motivo de algumas objeções por parte daqueles que o leram e discutiram.

Como tive ocasião de referir, a propósito de um exemplo que Silvestre Pinheiro Ferreira invocou para recomendar aos alunos da corte fluminense, a boa prática do acerto das definições que se utilizam, o intuito da guerra é destruir as forças do inimigo. Nesse sentido teorizaria, também, Clausewitz embora defendendo uma restrição extrema da injunção eventual do direito das gentes para realçar, em absoluto, o primado da força:

“Or dans la lutte, chacun des adversaires cherche, au moyen de sa force physique à terrasser l'autre et à briser sa résistance. *La guerre est donc un acte de la force par lequel nous cherchons à contraindre l'adversaire à se soumettre à notre volonté*. Pour commettre la force, la force utilise tout ce que les arts et les sciences mettent à sa disposition. Elle ne connaît d'autres limites à son action que quelques restrictions insignifiantes qui n'affaiblissent pas essentiellement sa puissance et qu'elle accepte sous le nom de droits des gens”²⁴ (sublinhado meu).

²² *Manual*, p. 529.

²³ *Idem*, p. 531.

²⁴ Carl von Clausewitz, *De la guerre*, Paris, Éditions Ivrea, 2000, p. 27.

Ora, para Pinheiro Ferreira, se nas *Preleções Filosóficas* (1813) tinha estabelecido e sinonímia entre *destruir* e *paralisar*, no *Manual* (e igualmente no *Cours* e nas notas a Vattel) procede a uma certa distinção. A destruição não será isenta de custos justificando-se alguma economia de ação beligerante:

“Portanto se, paralisando-as, forçamos o nosso adversário a satisfazer aos deveres cujo cumprimento constituía o motivo da guerra seria pouco aviso fazer mais sacrifícios do que é mister para conseguir aquele fim”²⁵.

As considerações relativas à opção de pura *paralisação* poderiam suscitar, obviamente, o reparo de excessos de filantropia. Porém, em coerência com a primazia do direito sobre a força, compreende-se a invocação liminar do respeito dos direitos do homem como princípio, na medida em que não se faz a guerra senão para chegar, quanto antes, a uma paz sólida e honrosa²⁶ sendo de evitar “tudo quanto a isso poder pôr obstáculo”²⁷. Advertia, ainda, o jurista português para o estrito confinamento da guerra ao terreno militar, ao arrepio portanto de qual configuração do soldado-cidadão, porque “desde que a guerra não se faz entre soldados e soldados passa a ser uma luta entre cidadãos e bandidos”²⁸, produzindo uma vingança sem limites.

Dentro dos princípios basilares da defesa do direito de propriedade das populações beligerantes e do comércio em tempo de guerra (tema que já fora tratado nas condições de paz), mesmo que nos pareça difícil a sua efetivação, compreende-se que Silvestre Pinheiro defenda “que a obrigação de respeitar a propriedade do cidadão não deriva nem do lugar em que esta propriedade se encontra, nem da pessoa a que é confiada, nem do destino que se lhe pode presumir”²⁹, reprovando não só as teorias de economistas de séculos anteriores que parecem desconhecer que o único móbil nacional da indústria, é o interesse privado, como também, a ação dos governos que “com a sua importuna intervenção tem antes estorvado do que favorecido a indústria”³⁰. À luz de uma ideologia marcadamente liberal, igualmente se compreende que o apresamento de navios mercantes seja considerado pirataria (“O cidadão não tem menos direito à

²⁵ *Manual*, p. 509.

²⁶ *Idem*, p. 533.

²⁷ *Idem*, *ibid.*

²⁸ *Idem*, *ibid.*

²⁹ *Idem*, p. 534.

³⁰ *Idem*, p. 540.

sua propriedade quando ela está no oceano, do que quando ela se acha nos seus armazéns”³¹). Na definição do que seja pirataria e atividade de corsário, Pinheiro Ferreira expenderá, também, um conjunto de tópicos sobre o apresamento e o saque a que, liminarmente, se opõe e não deixaram de ser objeto de apreciação por parte de Proudhon. Como já tive ocasião de referir não há em Silvestre Pinheiro Ferreira qualquer alinhamento possível com os que defendem o direito da guerra (*jus ad bellum*) contrastando com a paradoxal argumentação de Proudhon sobre a sua “deificação”. O que constitui, pelo contrário, uma preocupação silvestrina consubstancia-se na necessidade de estabelecer um quadro de direitos e deveres nas circunstâncias negativas da guerra (*jus in bello*) e nas positivas da paz não compreendendo que os fins justifiquem meios defesos. Não é lícito, por exemplo, o envenenamento de víveres ou a introdução de moléstias contagiosas utilizados até época recente do momento em que escreve. Como sabemos, depois dele, outros meios bem mais letais viriam a ser utilizados até ao presente. Corroborando o seu utilitarismo virtuoso, na linha de Bentham, ao lembrar que se não deve fazer o mal com a esperança de obter o bem, reencontramos a principialidade ética de Pinheiro Ferreira expressa pelo princípio do justo correspondente à eleição de tudo o que produz a maior soma possível de bens para a sociedade em geral e para cada indivíduo em particular³².

Nesta ordem de ideias Silvestre Pinheiro Ferreira não podia, também, deixar de encontrar resposta para o problema da *guerra justa* que, até hoje, constitui matéria das mais discutíveis. Desde Santo Agostinho, depois com São Tomás de Aquino, Francisco Suárez e Francisco de Vitória, mais tarde na linhagem jusnaturalista desde Grócio, em que Silvestre Pinheiro Ferreira, não obstante todo o seu posicionamento crítico, pode ser considerado, foram invocados critérios da intervenção justa, quer a coberto de uma justificação e fundamentação transcendente, quer no plano da pura imanência. Ao longo do século XVIII, nomeadamente entre os autores da *Encyclopédie*, o problema foi por demais escalpelizado³³. Todavia, não foi no campo da argumentação filosófica (ou teológica) fundamentadoras que Pinheiro Ferreira colocou o problema para os propósitos que o motivavam no âmbito jus-constitucional. O pensador e jurisconsulto português resume a

³¹ Idem, p. 536.

³² Idem, vol. I, tomo I, p. 3. O princípio de justo tal como aqui se expressa é para Silvestre Pinheiro Ferreira “o único meio seguro de distinguir o justo do injusto, tanto na moral como na política”.

³³ Sobre a atitude da *Encyclopédie* e o direito da guerra ver a bem informada e problematizada síntese de Solange Rameix: *L’“Encyclopédie” et le droit de la guerre* que utilizei com proveito; cf. <http://www.educ-revues.fr/CPHILO/AffichageDocument.aspx?iddoc=34185> (consultado em 04.10.2018).

questão no plano do que considera o princípio de justa reclamação feita ao inimigo sobre o que julga ter direito. Da não satisfação segue-se a legitimidade do emprego da força, também aplicável quando da parte do inimigo se receia um ataque inesperado após um pedido de explicações.

Importa reter ainda, na argumentação de Silvestre Pinheiro Ferreira a questão da declaração de guerra. Ao invés do que foi corrente no tempo em que ao príncipe cabia a declaração de beligerância, mediante a apresentação de um manifesto com laivos de um ato de lealdade e de alguma encenação cavalheiresca (ilustrada pela educada prática de *guerre en denteles* mas também considerado por Albert Soboul como *macabre jeux d'échecs*) a nova atitude pressupõe meios bem distintos:

“O uso de fazer preceder o manifesto não pode deixar de ser bem aceito por todo o coração generoso, por ser um ato de lealdade; mas esse uso, necessário nos governos absolutos para prevenir, tanto os próprios súbditos como as nações neutras, a fim de não serem expostos aos inconvenientes duma surpresa, em um governo representativo é totalmente inútil, porque a guerra não devendo ser decidida senão pelo poder legislativo depois de uma discussão mais ou menos prolongada e sempre pública, toda a gente será informada da época e mesmo das consequências prováveis da guerra, muito melhor do que o seria por via d’um manifesto do governo”³⁴.

Mas não só o problema da declaração de guerra foi objeto das considerações de sentido normativo do juriconsulto português, onde subjaz a sua convicta desconfiança da vontade geral rousseauista de sempre, importando-lhe frisar, portanto, que a guerra só tem lugar entre os governos, e não entre as nações³⁵. Para tal afirmação concorre o seu entendimento de que não se poderá conceber que seja a vontade coletiva da nação, no estado de necessidade que a guerra supõe, a assumir decisões que só o governo representativo pode determinar, com conhecimento de causa. Nesse contexto, Silvestre Pinheiro Ferreira irá ao ponto de suscitar, interrogativamente, eventual objeção de quem viesse a considerar mais representativo o que se passava nas repúblicas gregas e na romana ao que, perentoriamente, responde:

“Nessas repúblicas não havia votação nem deliberação em regra. Eram massas ignorantes, que depois de haverem escutado discursos que não podiam compreender, e que

³⁴ *Manual*, p. 530.

³⁵ *Idem*, p. 531.

a maior parte nem mesmo tinha ouvido, votavam sem conhecimento de causa [...] por uma ficção não só ilusória, mas absurda, e calculada unicamente para impor à multidão, fingia-se acreditar que as decisões eram tomadas pelo povo, e por meio de voto universal”³⁶.

A perspectiva silvestrina de que a guerra só tem lugar entre os governos, e não entre as nações foi a que, porventura, entre francos elogios sobre as suas considerações de *bello ac pacis* a que suscitou mais reparos. Platon de Waxel, a que já tive ocasião de me referir, publicita a suas ideias depois da guerra franco-prussiana tendo a oportunidade de considerar Silvestre Pinheiro Ferreira como o primeiro jurisconsulto liberal que, entre o mais, procedeu a um conjunto de retificações sobre matérias de direito internacional. Ao dar boa nota ao conjunto dos dispositivos que elencámos e que acolhe e cita na sua argumentação, nem por isso o diplomata russo deixou de contestar pressupostos silvestrinos que considerou erróneos. O mais discutível pareceu-lhe ser, precisamente, o da separação e completa ausência de solidariedade entre a nação e o governo em caso da declaração de guerra. Mesmo concedendo que Silvestre Pinheiro Ferreira, em anotação pontual a Vattel, tenha atribuído à nação a possibilidade de resistir no caso de injustiça da invasão, a separação entre governo e a nação é, para Pinheiro Ferreira, a regra. O outro ponto de discordância do diplomata russo teve a ver, ainda, com o controvertido expediente da declaração de guerra que o jurisconsulto português considerava excessivo, na medida em que para Waxel “la déclaration de guerre est fort utile pour tous les intérêts privés aussi bien des pays belligérants que des neutres. Il importe beaucoup aux habitants d’un pays de connaitre officiellement l’ouverture des hostilités, à fin de mettre à l’abri des opérations militaires leurs intérêts privés et les personnes exposées”³⁷. Certamente mais se poderia dizer sobre as incidências argumentativas de Pinheiro Ferreira concernentes aos desafios da guerra no quadro não só das suas objeções críticas ao jusnaturalista Emer de Vattel como das suas propostas em tom dialogal constantes do *Manual do Cidadão em um governo representativo* que privilegiamos neste estudo.

6. Como acima referi, Pinheiro Ferreira, na medida em que comentou, aprofundadamente, o *Droit des Gens, ou Principes de la Loi Naturelle, appliqués à la conduite et aux Affaires des Nations et des Souverains*, de Emer de Vattel, numa

³⁶ Idem, p. 532.

³⁷ Platon de Waxel, *ob. cit.*, p. 96.

edição que tinha o prestígio da casa Aillaud e a imensa difusão no mundo culto do tempo, não poderia deixar de ser objeto de leitura e apreciações de vária ordem dos que, especialmente, atendiam ao *direito das gentes*. Entre eles, Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) que em *La Guerre et la Paix* (1861)³⁸ “deifica” a guerra, enquanto demonstração do direito da força sancionado pelo direito das gentes. Para tanto, serve-se de Vattel e dos comentários silvestrinos como paradigma a que radicalmente se opõe. A guerra é para Proudhon, manifestação primordial e culminante da justiça que sanciona todo o direito. Não se justifica, obviamente, para o objetivo do presente estudo desenvolver a primazia da força e da guerra no sentido de Proudhon mas, tão só, sinalizar os principais momentos em que o filósofo francês se detém nas posições de Silvestre Pinheiro Ferreira, as procura compreender e, por via de regra, contesta. Contudo, na referência pontual à questão da interrupção do comércio em situação de beligerância, Proudhon assume uma atitude compreensiva da posição filantrópica do português mesmo que a não possa seguir:

“Profondément convaincu de l’absurdité du droit de la force, Pinheiro-Ferreira ne marchande point, comme les autres avec le préjugé. Il s’attache à entourer la guerre de toutes les conditions qui peuvent l’abréger, la restreindre, la rendre impraticable et impossible. Tel est le caractère général des écrits de ce philosophe”³⁹.

Outros aspetos seriam abordados por Proudhon, convocando o comentador crítico de Vattel como, por exemplo, a política do equilíbrio dos Estados e a “question grosse” sobre saber se os cidadãos das potências em confronto são inimigos. A este propósito vale a pena determo-nos um pouco. Remontando a Grócio e verificando a persistência da mesma ideia em Vattel, sobre as consequências da solidariedade presumível entre a nação e o governo, tira a conclusão de que as crianças, as mulheres, os velhos seriam inimigos e pertenceriam ao vencedor o que não parece ao autor de *La Guerre et la Paix* motivo suficiente para os massacrar. Nesse contexto ponderará, com a devida atenção, a indignação silvestrina sobre a atrocidade de que se reveste tal estado de coisas na medida em que se venham a produzir:

“Pinheiro Ferreira se récrie contre cette doctrine, et il faut avouer que son opinion, quoique faiblement motivée en principe, dans la pratique plaît davantage. Sans doute, peut-

³⁸ Sobre o tema ver Edouard Jourdain, *Proudhon, Dieu et la Guerre. Une philosophie de combat*, Paris, L’Harmatan, 2006.

³⁹ P.-J. Proudhon, *ob. cit.*, p. 60.

-on dire avec lui, en bonne logique, il n'est pas possible de séparer ici la cause de l'État de celle des particuliers. Mais quoi! si la guerre n'est comme on le prétend, qu'une substitution arbitraire ou fatale, de la force à la justice; si la victoire par elle-même ne prouve absolument rien. Si l'on ne peut admettre qu'en toute guerre le droit soit positivement égal des deux côtés; si cette égalité n'est qu'une fiction de légiste; si par conséquent la guerre se réduit le plus souvent à un fait de l'ambition, du machiavélisme ou de l'imbécilité des princes, faut-il rendre responsables de toutes ces folies tant d'innocents [...] ne serait-il pas d'une pratique plus humaine, n'aurait – on pas fait un grand pas vers la pacification définitive, de déclarer, d'un commun accord, les populations insolidaires, en temps de guerre, de la politique de leurs gouvernements?”⁴⁰.

Na economia de pensamento proudhoniano, por certo, o movimento dos Estados constitui uma necessidade histórica e os atos bélicos como se equivalem a atos jurídicos, de modo tal que “dans la guerre, il serait dangereux, impolitique, immoral, de séparer les gouvernements des sujets, que la cause leur est commune, et que par conséquent leur responsabilité est la même”⁴¹, tal como o vimos igualmente defendido no comentador oitocentista de Pinheiro Ferreira, Platon de Waxel.

Em todo o caso Proudhon não discorda, na totalidade, das posição de Pinheiro Ferreira mas pretende mesmo ir mais longe porque entende que o antagonismo, no fundo, mais do que a circunstância interna de nação e governo, manifesta-se entre duas pessoas morais que se chamam Estados “en sorte que, même dans une guerre à outrance ayant pour but l'absorption intégrale de l'une des puissances par l'autre, les sujets de ces puissances PAS PLUS QUE LES SOLDATS EUX MÊMES, ne doivent se considérer comme personnellement ennemis”⁴².

No termo desta curta viagem às questões da paz e da guerra tratadas por Silvestre Pinheiro Ferreira gostaria de reafirmar com ele que, apesar das sombras persistentes das situações de beligerância, com as consequências atrozes que bem conhecemos, ontem e hoje, cumpre nunca deixar de lutar pela primazia do direito sobre a força.

⁴⁰ Idem, p. 61.

⁴¹ Idem, *ibid.*

⁴² Idem, p. 62. Proudhon, de um modo simpático, recorda que, na Guerra da Crimeia, “dans laquelle Français et Russes, dans les intervalles des luttes plus acharnées, se rapprochaient en amis, en hôtes, échangeaient une pipe de tabac, une gorgée d'eau-de-vie, est le plus beau commentaire que je puisse donner de ma pensée et de la manière d'exercer le droit de la force” (idem, *ibid.*).

LEONARDO COIMBRA E A GUERRA

António Martins da Costa*

Num artigo de 1916 intitulado “O sentido da Guerra”, Leonardo Coimbra começa a traçar o essencial daquilo que pensa sobre a guerra e a sua legitimação e fundamentação filosófica.

Para Leonardo, a origem de uma guerra nunca deveria ser essencialmente comercial, económica, industrial ou mesmo tecnológica¹. Não se sabe se Leonardo teve algum contacto com as teorias económicas ou as grandes teorias sobre as guerras da altura (parece que não, pelo menos na sua biblioteca não há referência a isso), nomeadamente a teoria sobre a guerra de Carl von Clausewitz (1780-1831), sobretudo na sua obra *Vom Kriege (Da Guerra)*. O certo é que podemos encontrar uma ideia, mais ou menos desenvolvida, sobre a compreensão do fenómeno da guerra em muitos aspectos parecida com aquela que defendia o General Prussiano, nomeadamente, a aproximação da guerra à política e a relação da guerra com a paz. A guerra não tem só motivos pessoais, como a ambição, com o egoísmo psicológico ou ético, mas tem a ver com o resultado das nossas acções e, sobretudo, com as acções dos outros e mesmo da sociedade, sendo que, às vezes, os outros podem permitir que os nossos interesses sejam realizados e outras vezes não permitirem que isso aconteça. Por essa razão, levado aos limites,

* CEFi – Centro de Estudos de Filosofia, Portugal. Universidade Católica Portuguesa.

¹ Norberto Cunha, na brilhante análise histórica e política que faz sobre a posição de Leonardo Coimbra em torno da I Guerra Mundial, diz que Leonardo sempre esteve ao lado dos aliados, o que é um fato absolutamente indesmentível. Contudo, nunca teve uma interpretação simplista, maniqueísta e instrumental da guerra europeia. Embora soubesse as motivações imediatas, comerciais e materiais que a desencadearam, também sabia que uma guerra nunca devia ter como motivo único esses valores materiais, mas que há motivos e finalidades mais elevados e espirituais que os devem transcender. A guerra enquanto tal não tem qualquer valor ou justificação. A morte pela morte, o caos pelo caos, também não. Leonardo impregna em todas a sua reflexão filosófica sob a guerra uma preocupação humanista e moral. Os homens por mais inimigos que sejam devem ser sempre amigos e fraternos. Se assim não for, o homem cai num irracionalismo sem sentido e numa desorientação existencial muito perigosa. Cf. Norberto Ferreira da Cunha, “Leonardo Coimbra e a 1.ª República”, in *Figuras da Cultura do Porto nas Comemorações da República*, coord. de Arnaldo de Pinho, Porto, Centro Nacional de Cultura, 2013, pp. 126-131.

a satisfação ou não dos interesses egoístas, pessoais, ou mesmo do Estado, pode dar origem à guerra².

Por outro lado, a guerra não é para Clausewitz uma questão de mero jogo ou mera estratégia militar. A guerra tem muito que ver com o modo como ela se insere no quadro das relações sociais historicamente determinadas. Ou seja, o processo bélico, a guerra, não nasce isolado do contexto social, político e económico, mas dentro desse mesmo contexto, dependendo das escolhas e decisões que se tomam, ao ponto de Clausewitz dizer que a guerra é a continuação da política por outros meios³. A guerra tem, por isso, motivações que vão para lá dos elementos e factores quantitativos, mas tem também motivações qualitativas, que tem a ver com a vida e com o desenvolvimento da acção humana em termos espirituais. A guerra tem um sentido ético e humanista. Só se justifica para a criação de uma sociedade e de um homem melhor. Ou seja para a criação de condições para seja possível instaurar a paz.

Para Leonardo, a guerra tem, também, um sentido mais profundo, inserindo-se no sentido e no valor que para os homens tem essa vida cósmica. Ou seja, a origem ou o motivo de uma guerra não pode ser meramente material ou, mais objectivamente, materialista e imediata, mas tem que ter um fundamento espiritual que, mesmo sendo uma guerra, tem que unir os povos e o universo num anel ético e humanista. Por isso, para Leonardo, fazer uma guerra por egoísmo psicológico ou por egoísmo ético não se justifica nem se compreende. Tanto o egoísmo psicológico como o egoísmo ético, sendo um descritivo e o outro normativo, levam o ser humano para um mundo do eu. O que interessa é a satisfação do interesse pessoal. A sua motivação está na sua própria auto-satisfação e auto-suficiência do eu. No segundo caso, o egoísmo vai até mais longe. O que interessa, neste caso, é maximizar o interesse pessoal. Ainda que eu encontre interesse pelos outros e pela sociedade, isso só tem valor moral para mim se eu daí retirar o máximo de proveito próprio. Esta perspectiva defendida por Thomas Hobbes e Adam Smith defende que o bem-estar social só é possível

² Para Leonardo Coimbra, a economia deve estar ao serviço do bem-estar social de todos. Nas sociedades humanas é “desse nós que se parte, pela indústria ou invenção, para um eu solitário cujas formas de solidariedade vão da unificação despótica à colaboração amiga”; cf. Leonardo Coimbra, *Obras Completas*, vol. III (1916-1918), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 333. Leonardo não apoia o Liberalismo económico que cria um clima social de anomia no trabalho e uma sociedade individualista, geradora de profundas injustiças e de fortes conflitos sociais, tanto a nível nacional como internacional.

³ Cf. Clemente Ancona, “A guerra como actividade humana e como fenómeno histórico e social”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 14 (*Estado-Guerra*), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 348-371.

se cada um agir em função do interesse e bem-estar pessoal. Estas teorias político-económicas são atraentes, contudo, entram em contradição, são muitas vezes incoerentes e não têm em conta o conflito de interesses e, como afirma James Rachels⁴, não é possível a essas teorias identificar uma diferença relevante que justifique atribuir mais importância aos interesses do próprio do que aos interesses dos outros. Assim, coloca-se a questão de saber por que devemos importar-nos com os outros, que é um dos factores, como se disse anteriormente, da causa da guerra, o egocentrismo e a centralidade dos meus interesses em detrimentos dos interesses dos outros.

Leonardo afirma que não nos podemos isolar no nosso eu e que “nenhum homem deixa de ter uma visão cósmica da sua existência”⁵ e, por isso, diz que se algum homem “é simplesmente comercial, é porque para ele o Universo se apresenta como uma passividade oferecida à sua iniciativa empreendedora e a sociedade como um sistema de simples e puros interesses trocas”⁶. Isto é, os homens comportam-se como uns simples merceeiros.

A visão que Leonardo tem sobre a guerra tem muito a ver com a sua visão do homem e da sua tarefa enquanto ser metafísico, que se relaciona e se realiza com os outros e com o resto do universo. O homem não se reduz a uma massa informe, a um peso, a carne e osso, cálculo, números. O homem projecta-se para o futuro e para o infinito, e isto só se concretiza numa relação cósmica com todos os seres. As mónadas estão abertas ao mundo. O homem para Leonardo, tanto do ponto de vista ontológico, como do ponto de vista da existência, é um mundo de possibilidades, sempre aberto e em excesso. Ou seja, um ser completo, integral, liberto de quaisquer amarras, sejam elas económicas, políticas ou outra qualquer. Como dizia Heidegger, o homem é um *Daseinwelt*. É importante fazer-se um esforço espiritual, para que a ligação do homem com o todo se dê, colocando o homem no planeta com alto significado de vida.

A guerra só se justifica se estas condições foram asseguradas. Se dela resultar um bem maior, uma abertura do homem ao mundo e a todo o universo, Se dela resultar uma harmonia infinita. Ou seja, a paz. Por isso, a questão da guerra é essencialmente uma questão e uma atitude religiosa e ética. Também para Aristóteles a guerra só se justifica para atingir um bem maior (guerra justa). Na sua obra *Política*, Livro VII, este filósofo diz mesmo que a busca do bem é o

⁴ Cf. James Rachels, *Elementos de filosofia moral*, Lisboa, Gradiva, 2004.

⁵ Cf. Leonardo Coimbra, *Obras Completas, cit.*, vol. III, p. 27.

⁶ Idem, *ibid.*, p. 27.

que difere a acção humana de todos os outros animais. Por isso, o Estado deve preocupar-se com a paz e com a educação e a moral dos povos e não tanto com a guerra. A violência e a guerra só se justificam como correcção e castigo justos. Assim, a guerra só pode ter alguma razão de ser uma vez que ninguém deve ser escravizado às mãos dos outros⁷.

Apesar de a guerra ser inerente à natureza humana – assim se pode ver pela história da humanidade – é, acentua Leonardo, “um drama religioso [...] ela tem mesmo um aspecto dum esforço transcendente das forças espirituais contra a vertigem materialista do mundo moderno, prestes a abismar-se num abaixamento de vida tamanho como nenhum dos que a história aponta”⁸. Esta dimensão religiosa torna o homem mais humilde e aberto aos outros numa universal comunicação em amor e bondade íntima. Leonardo, nunca se esquece desta dimensão existencial do homem, simultaneamente ontológica e metafísica. Leonardo, na senda desta dupla dimensão da condição humana afirma que “O Universo, revelado em beleza, abriu-se em ternura e piedade e o sentimento da comunicação estética fez-se o sentimento da dependência transcendente, da humildade, dobrando cada alma numa atenção imediata a procurar e bem querer a intimidade das outras almas”⁹. A guerra é concebida por Leonardo Coimbra no contexto da existência, em que o homem se encontra e se projecta. Só assim se compreende o homem enquanto ser relacional, profundamente comprometido como os homens, com o universo e com Deus. Só desta forma a ideia de homem se pode fundar na autêntica bondade e no encontro de todas as almas.

A guerra, a ser feita, nunca deve esquecer o seu objetivo final que é regressar à unidade e harmonia perdida. Ou seja, fazer com que os homens voltem a experienciar o sentimento de fraternidade a que todas as almas devem regressar e para a qual todos os homens devem trabalhar. Com a guerra, segundo Leonardo Coimbra, as almas são deitadas ao desespero, à perdição, à perda da unidade e identidade cultural. Assim, há que voltar e readquirir a alegria de espírito, a harmonia entre todos, a unidade espiritual e a atitude revigorada da vida. A guerra, a existir, deve ter uma função pedagógica, humilde e aprender com o passado em ordem a criar um futuro melhor e acabar ou diluir o mal que a originou o mais possível. Este optimismo leonardino é evidente em toda a sua filosofia da

⁷ Cf. Aristóteles, *Política* (edição bilingue), trad. de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes, Livro VII, Lisboa, Vega, 1998.

⁸ Cf. Leonardo Coimbra, *Obras Completas, cit.*, vol. III, pp. 27-28.

⁹ Idem, *ibid.*, p. 28.

história, nomeadamente na crença do progresso moral da humanidade que, de alguma maneira, no limite, a guerra pode contribuir. De facto, a guerra feita só com objectivos comerciais e industriais ou ainda por meros interesses políticos mesquinhos não faz sentido algum. É pura maldade. É absolutamente imoral.

Todo o esforço de Leonardo em toda a sua reflexão sobre o fenómeno da guerra vai no sentido de comprometer o homem com a paz e não com a guerra. Por isso, ele insiste em elevar o homem nos mais altos valores humanistas, anteriormente referidos. Em todo o seu pensamento há um claro esforço de reflexão filosófica em torno dos grandes princípios éticos que devem orientar a atitude e o comportamento do homem. Atitude e comportamento que se consubstancia no comprometimento de todo o homem de boa vontade com a paz, com a tolerância, com o respeito pelo ser humano. No fundo, o homem assume um autêntico e genuíno compromisso com o valor intrínseco da vida humana. Para Leonardo Coimbra, este desiderato não é um simples discurso retórico, de beleza oca, mas é um compromisso que deve levar o homem e as nações a uma actividade e a uma prática concreta de responsabilidade e fraternidade universal.

O fenómeno da guerra, tal como Leonardo o vê e o analisa, não pode deixar de cumprir os objetivos já referidos. Leonardo é contra qualquer raciocínio bélico assente num sistema logicista e calculista. Imbuído do espírito e dos ideais da Revolução francesa, faz uma avaliação profundamente negativa dos objectivos que levou a Alemanha à I Grande Guerra. Os alemães levados pelos valores materialistas, comerciais e industriais vão acabar por criar uma situação no contexto mundial de profunda destruição e esmagamento espiritual que nem eles vão sair incólumes. A vontade da Alemanha, em tudo querer e em conquistar os mercados, vai de forma perigosa levar a si própria e à Europa a um descontrolo e a um desvairamento, com consequências profundamente negativas no concerto do mundo. Leonardo afirma mesmo que a Alemanha moderna é o mais exacto representante do desvairamento dinâmico, da plena exteriorização da alma, espalhando-se em coisas e instituições que a esgotam e oprimem.

A liberdade, e não a opressão, tem lugar no pensamento e na prática de Leonardo Coimbra. Os seus ídolos são Platão, Newton, Poincaré, Renouvier, Boutroux e Bergson, pais do espírito, da alma humana, da liberdade e da razão emotiva e dinâmica, da harmonia e “beleza do homem dentro do Cosmos”. Leonardo diz mesmo que ser bárbaros não é somente andar de tanga, é, sobretudo, inverter os valores e, contra o amor e a fraternidade, soltar a violência, o instinto, todas as forças elementares. Ser idólatra é adorar o símbolo em vez do espírito,

a obra em lugar do obreiro, as instituições em vez da fraternidade e da justiça. Ser idólatra é penetrar-se o homem da força, que é a simples presença do Ser, e adorar a quantidade onde a mais alta qualificação idealista mal consegue ainda aflorar a verdadeira divindade. É adorar o granito do templo e esquecer o Deus, é preferir a emoção da tempestade à perfeita e suavíssima bondade de Jesus.

Uma guerra que faça prevalecer a força bruta, a matéria, o organicismo, e o sacrifício pelo sacrifício vão, é uma guerra inútil e, como disse anteriormente, imoral. Da guerra deve surgir uma nova vida a força espiritual, o amor universal, uma nova forma de criatividade e não um automatismo e organicismo inferior. O sacrifício e a dor – diz Leonardo – “só podem ser fecundos à pátria trazendo-a à Vida substancial, ao drama da existência. O mérito está em aceitarmos livremente com alegria heróica dum dever em vez de a sofrermos com a miserável passividade duma fatalidade. É o sacrifício da nossa menor vida de hoje à maior vida do futuro, à grande vida da Pátria; é o cumprimento do grande dever religioso de contribuir para que a vida terrestre se não apouque e degrade num servilismo sem nobreza, num orgíaco movimento sem entranhas, nem idealidade”.

Para Leonardo Coimbra, a guerra só se pode justificar se resultar num último esforço para se atingir a paz e para reforçar a sociabilidade dos povos. Num artigo de 1918, intitulado “Significado da guerra europeia (Portugal na guerra)”, este filósofo insiste na tragédia e no horror que é a guerra. A guerra acontece quando “o homem desatento deixa introduzir na sua vida espiritual formidáveis forças de negação e, quando olha, vê em fumo enegrecido as mais belas criações da sua consciência”. As nações – diz Leonardo – “para serem amigas precisam, como eles e antes de tudo, de serem belas, serem grandes tesouros de vida espiritual, falarem no Universo um verbo original e verdadeiro”. Os valores da liberdade, da verdade, da solidariedade, do amor, da generosidade, da unidade e da harmonia são superiores a qualquer forma de guerra. Os soldados devem ter consciência disso mesmo. Quando de facto tiverem plena consciência desses plenos valores não quererão lutar por outra coisa.

Leonardo Coimbra ao discutir a problemática da guerra estende o conceito ao nível da violência dizendo que tanto a guerra como a violência em geral é nociva para a sociedade. A sociedade humana é um complexo rico e intricado de relações criadora, na qual a cooperação entre os indivíduos e a existência de valores espirituais são de facto os elementos mais importantes e que conferem unidade e coesão a essa sociedade. São todos estes elementos que integram qualquer sociedade que permitem ao homem ter cultura, história e tradição permitindo

transmiti-la de geração em geração. Ora, o estado de guerra e de violência permanente, muitas vezes desnecessária, (necessária apenas por questões económicas e industriais), coloca todas as potencialidades espirituais, culturais, forças criadoras e a coesão e unidade sociais em causa. Uma sociedade que opte pela violência e pelo assassinato, compromete, “renega, desmente e destrói o seu próprio destino de criadora e conservadora dos valores espirituais”¹⁰. Nem em tempo de guerra a pena de morte é admissível. Assim, na guerra, “a sociedade mata-se em sua própria alma, espezinhando, humilhando, esfrangalhando no individuo tudo o que nele ainda resta de faísca original que o fez homem”¹¹. Referindo-se ainda à questão da pena de morte, afirma que “a cada homem que mata, que ofende a dignidade humana, a sociedade opõe uns tantos homens que a pretendem salvar, assassinando”¹². A guerra acontece, como já se sugeriu anteriormente, por deficiência de consciência espiritual, por egoísmos, por cegueira, por ganância e bruteza material. Assim, há que elevar os valores espirituais, clamorando por mais beleza e por mais justiça.

Leonardo, a este propósito, diz que “a convulsão mundial, se traz no ventre muita cobiça, traz também no coração muita ansiedade e amor. Quero explicar-me que a guerra mundial revelou a incompetência moral das actuais organizações, e que, se soltou os egoísmos que esmagam, também abriu os lábios dos oprimidos que pedem justiça”¹³. Mais uma vez, Leonardo, em sintonia com o seu pensamento acerca da guerra, diz que a guerra pode justificar-se se e só se “o meio que permite o desvio moral dum braço assassino se poder olhar com um braço de justiça e resgate”¹⁴. A humanidade ou “uma sociedade histórica não têm, como o não tem o individuo, o direito de se fazer um absoluto e tudo sacrificar ao absoluto actual da sua existência. Uma sociedade vive na história para o crescimento interior e exterior dos valores espirituais que a norteiam e em cada momento histórico a excedem, nela existindo apenas em esforço: A terra é apenas o caminho do céu”¹⁵.

Deste modo, Leonardo rejeita toda a forma de pensamento logicista, organicista, positivista e utilitarista da guerra. Esta forma de pensar germânica

¹⁰ Cf. Leonardo Coimbra, *Obras Completas*, vol. V, tomo I (1922-1923), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, p. 57.

¹¹ Idem, *ibid.*, p. 58.

¹² Idem, *ibid.*, p. 58.

¹³ Idem, *ibid.*, p. 51.

¹⁴ Idem, *ibid.*, p. 52.

¹⁵ Idem, *ibid.*, p. 52.

(germanismo organicista versus idealismo criacionista), que levou a Alemanha a ser a protagonista das duas grandes guerras mundiais, levou ao uso do excesso brutal para esmagar pelo terror, e deu como resultado o acréscimo de heroísmo em reação, e às maiores atrocidades nunca antes vistas contra a humanidade. Na guerra o homem pode inventar e criar novas tecnologias e artefactos bélicos, mas em rigor todas estas invenções não elevam verdadeiramente o espírito. O homem pode criar mais matéria mas não se excede em bondade, justiça, beleza e em inteligência. Por isso, o verdadeiro progresso nunca se fará por via da guerra mas por via da paz e da actividade criadora do espírito. O progresso que Leonardo fala é um progresso, não só exterior, mas sobretudo interior. É o progresso da liberdade criadora e da moral, que o filósofo tanto fala na sua obra, *O Criacionismo (Esboço de um Sistema Filosófico)*, de 1912. É o progresso que permite concretizar a liberdade dentro do corpo social e da consciência da humanidade.

A guerra, para Leonardo Coimbra, só faz sentido se for o último recurso para derrubar uma ditadura ou outro qualquer sistema totalitário. Para Leonardo a dignidade da pessoa está acima de qualquer forma de vida ou de qualquer sistema político. O ideal democrático é o melhor que cumpre o ideal de dignidade da pessoa e o que permite uma maior harmonia social e o progresso. Por isso, uma democracia só existe em progresso. O mal da guerra pode assim justificar-se se cumprir o objectivo de instaurar ou restaurar o ideal de democracia, o ideal de progresso e o ideal de liberdade.

Matar alguém é sempre um mal, só se deve praticar, no limite, no extremo da defesa, uma vez que “somos todos radicalmente irmãos”. Leonardo diz que devemos “atuar para defender a vida livre de nossos filhos, para defender a dignidade humana; mas sabendo sempre que, para além do ato, somos todos irmãos e seremos, no eterno, e por fim, todos unidos. A guerra necessária é um ato do corpo; se é feita com rancor e ódio profundos, é então um ato da alma, que, por ricochete da justiça, é a desgraça de quem o pratica”¹⁶. Leonardo até quando trata deste assuntos da guerra, da morte, do sofrimento, da dor, do sacrifício, do mal e da violência não deixa de ser poético e muito metafísico. A morte, apesar de tudo, não deixa de ter uma dimensão catártica. Quem sabe morrer com dignidade (como é o caso Cristo e do filósofo Sócrates) jamais morrerá. Estas mortes são a

¹⁶ Idem, *ibid.*, p. 150.

luz eterna da eterna dignidade do homem! De resto tudo há-de morrer, menos as obras do amor infinito e leal”¹⁷.

Claro que, para Leonardo Coimbra, o surgimento da guerra, como já se sugeriu anteriormente, tem um profundo carácter religiosos e transcendente. Ou seja, o facto de o homem estar afastado da natureza, de si mesmo e de Deus é que o mal e a guerra surgem. Este triplo afastamento faz com que o homem não só use os bens materiais que tem ao seu dispor, e que deviam ser usados para o bem comum, mas que os use de forma inadequada, abusiva, desproporcionada, egoísta e gananciosa e, por isso mesmo, não se dê conta do mal que está a fazer à natureza, a si próprio e a Deus. É o próprio filósofo que o diz, quando afirma que “é a natureza obscurecida para o homem, é o homem afastado de Deus e inimigo do homem. O homem não saberá usar a matéria; o ritmo desta será mesmo rebelde e destruidor. Toda a Natureza perderá a docilidade paradisíaca, e, quer no corpo do homem pelos instintos, quer nos mundos por uma incessante queda, a Natureza só contará na ampulheta imensa dos astros a Doença, a Guerra e a Morte”¹⁸.

Leonardo Coimbra tem uma visão da natureza e do homem semelhante àquela que S. Francisco tem. Por isso, a natureza e os bens materiais não devem ser usados de forma egoísta, comercial e industrial, sem ética. Nem Leonardo opõe a natureza à ciência. Diz mesmo que “é pela ciência que empreende os fundamentos duma Sociedade nova, de justiça, de paz e de bondade”. O progresso da humanidade faz-se nesta simbiose, Homem, natureza, ciência. Pelo respeito que o homem tem que ter pela natureza e pelo uso ético da ciência e da técnica, numa compreensão integral, abrindo a sua alma encarcerada ao sol fecundo do amor universal, respeitando o homem, a natureza e a vida, numa comunhão tão íntima quanto possível com todas essas dimensões do humano. A natureza deve ser usada pelo homem com humildade, e com respeito por ela mesma, para que desta forma preservemos os bens que ela nos dá e os coloquemos de forma moderada e a conservemos para que gerações futuras possam também usufruir desse bem que Deus a todos deixou. A visão da natureza de S. Francisco e Leonardo é uma visão edénica, adâmica, mítica e mística, tocada pela saudade e pela ideia do regresso ao princípio do mundo. É uma visão que revela um grande respeito

¹⁷ Idem, *ibid.*, p. 151.

¹⁸ Cf. Leonardo Coimbra, *Obras Completas*, vol. VI (1924-1934), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010, p. 187.

pela dignidade do homem e pela dignidade da natureza. É uma visão holística na qual o homem e a natureza estão unidos numa convivência santificada.

Num livro sobre *A Filosofia de Henri Bergson* (I parte), Leonardo Coimbra, em consonância com Bergson, diz que “a guerra não é uma fatalidade directamente exigida pela vida, mas uma quase necessidade do homem social natural. As sociedades naturais, duma Vida que não saltou do plano das espécies para a sua própria essência de libertação consciência, são estrelas, fechadas e ferozmente xenófobas, As próprias necessidades de posse dos instrumentos de trabalho e das matérias-primas e riquezas naturais levam o homem à defesa feroz do que é seu e até à conquista do que pode ser dos outros e lhes é necessário. Estas sociedades vivem virtualmente em guerra, seja, na perspectiva da guerra virtualmente necessária. Muitas das suas guerras são até um jogo desportivo, de preparação para a grande guerra de fatal necessidade”¹⁹. Por tudo o que é aqui afirmado por Bergson e Leonardo, percebe-se que a guerra não só pode ser desnecessária, como, quando acontece por vontade consciente (inconsciente), é fruto da ganância humana. O que aqui é sugerido, é que muitas vezes a guerra é motivada e justificada, face ao desastre e à tragédia em que se transforme, por factores fúteis, meramente economicista, territoriais e bélicos, que serve muitas vezes para ensaiar material de guerra, como novas bombas, aviões e muitas novas armas, como foi o caso, da I e da II Grandes Guerras e no passado recente com a invasão do Iraque pelos EUA. Por outro lado, a guerra é também explicada por aquilo que de mais animal o homem tem e por complexos de inferioridade e superioridade da espécie humana. A guerra é, assim, um forma espiritualmente diminuída de resolver os problemas e uma forma inferior de o homem se revelar e manifestar. É sempre o resultado de uma falta de consciência que o homem tem de si e da falta de esforço de procurar a liberdade e a paz. A Alemanha perdeu a I e a II Guerra Mundial por ter dado mais valor ao comércio, a conquistar território, ao poder, à matéria e à força bruta do que ao espírito e à liberdade.

¹⁹ Idem, *ibid.*, p. 412.

POLÍTICA, PAZ E REVOLUÇÃO NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT

Ricardo George de Araújo Silva*

1. Considerações iniciais

Primeiramente é preciso que se diga que Hannah Arendt não se ocupou do tema da paz ou da guerra de primeira mão. Estes temas, quando aparecem ao longo de sua obra, se encontram sempre relacionados ao tema da política, seu objeto de estudo por excelência. Isto não significa que não possamos depreender de sua teoria elementos e posições sobre esses temas. A autora, ao enfrentar a compreensão do político a partir do evento totalitário, acaba lançando um olhar sobre tais temáticas.

Nesta direção, podemos de início afirmar que o horror totalitário e toda engrenagem do mal que se estabeleceu nesse evento, que ceifou milhares de vidas e colocou em xeque o espaço público, figurou como mola propulsora das reflexões de Arendt. O evento totalitário foi propugnado pelo método de guerra, fosse ela direta, no assassinato em grande escala, e em seu expansionismo doentio no qual o totalitarismo foi subsumido no “desejo de domínio total” (Arendt, 1989: 442). Fosse por via da guerra ideológica, da propaganda e, do uso da violência, na estrutura onde estivesse instalado o movimento totalitário. Desse modo, “A lei de matar, pela qual os movimentos totalitários tomam e exercem o poder, permaneceria como lei do movimento, mesmo que conseguissem submeter toda a humanidade ao seu domínio” (Arendt, 1989: 516).

Outro aspecto importante, que salta aos olhos na teoria da Arendt, é seu estudo sobre as revoluções no qual a autora destaca o papel da fundação como

* GEPEDE/UVA/CNPQ – Grupo de Pesquisa em Política, Educação e Ética, Brasil. Doutor em Filosofia, Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Sobral-CE – Brasil. Coordenador do Grupo de pesquisa em Política, Educação e Ética (GEPEDE) e do Laboratório de Estudos da Política (LEPOL/UVA). Editor da *Revista Reflexões de Filosofia* (www.revistareflexoes.com.br).

instauração de corpos políticos centrados na experiência da deliberação em nome da felicidade pública.

Assim, pensar política, paz e revolução em Arendt nos remete a um exercício junto à defesa da liberdade, como expressão do que possa representar bem esse tripé. Em nosso entender, as três dimensões estão assentadas na liberdade. A política – diz Arendt – tem sentido posto nessa. A paz é a expressão do ser livre. Nas palavras de Schio:

“Para Arendt, a paz é uma meta a ser buscada com e pela política. Por intermédio da política, entendida como a resolução não violenta dos conflitos, das diferenças, a paz pode ser ‘construída’ ou cultivada, o que evitaria a busca de um armistício quando ocorre a exaustão das partes em guerra” (Schio, 2011: 208).

E a revolução, por sua vez, tem seu *leitmotiv* melhor assentado na liberdade, nada mais motiva um revolucionário do que ser livre.

Exposto isso, podemos dizer que os temas da paz e da guerra são costurados, na obra de Arendt, a partir dos temas da política, todavia, ocupam um lugar importante no que se refere a uma teorização em nome da permanência dos corpos políticos. Ora, essa permanência é importantíssima para Arendt, pois sem a paz seria impossível garantir que os corpos políticos fundados pudessem permanecer. Então de início, adiantamos que se Arendt não dedicou nenhum texto em específico ao tema da paz, esta se encontra subjacente a sua teoria. Assim, como a guerra, que sempre é pautada na violência, não é desejada, uma vez que para nossa autora, onde existir violência pode ter tudo menos política.

2. A política em Arendt

A política em Arendt se define como o sentido da liberdade. Nas palavras da pensadora: “Para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis. Tal resposta seria: o sentido da política é a liberdade” (Arendt, 2002: 38). Desse modo, pensar a política é sempre pensar a liberdade. Todavia, não confundir esta liberdade com livre arbítrio ou como uma dimensão da alma, algo como uma liberdade interior. Para Arendt, ser livre implica diretamente na capacidade agir e falar no espaço público. Portanto, tem a ver diretamente com a capacidade de agir.

Nesta direção, a liberdade emerge de um exercício da *lexis* e da *práxis*, como expressões da política. Desse modo, se tem a característica de uma dimensão de cooriginariedade entre as duas categorias. Essa congruência entre política e liberdade encontra guarida no espaço público, que vem à baila como *lócus* privilegiado da ação. Dito de outro modo: “Política sem liberdade é uma compreensão distorcida de política, tanto quanto o é conceber liberdade sem política. Esse espaço público é o local onde uma significa a outra” (Silva, 2010: 98).

Arendt considera a pergunta pelo sentido da política no contexto conjuntural do século XX, portanto, nossa autora deseja compreender o agir humano em meio a esse evento, no contexto dessa experiência histórica, localizada espaço-temporalmente. Este agir tem lugar privilegiado no interior das comunidades e corpos políticos estruturados. Todavia, a partir da emergência do regime totalitário, seja ele de direita ou de esquerda, o que se observou, foi que a ação humana esteve alijada de sua capacidade, uma vez que se encontrou silenciada e paralisada pela violência. Assim – para a pensadora –, naquela ocasião se considerava a possibilidade de destruição, monstruosamente elaborada pelas nações em conflito¹. Arendt se indagou então, até onde o desenvolvimento tecnológico, por vezes anunciado como meio para promover a paz, não seria ele mesmo o fim da espécie humana.

A corrida armamentista, naquela ocasião e, a intensa produção de armas, de grande poder de destruição ameaçava a vida. De certo modo, ainda hoje, tal ameaça nos remete à atualidade da preocupação de Arendt no século passado. Naquele contexto, a pensadora asseverou que “o que está em jogo não é apenas a liberdade, mas sim a vida, a continuidade da existência da humanidade e talvez de toda vida orgânica da Terra” (Arendt, 2002: 39).

Esse horror vivido pelos períodos de guerra e o horror totalitário conduziram a humanidade à uma experiência na qual a paz já não podia ser algo dispensado, passou a ser item de primeira necessidade para a existência. Nada mais permanecia, tudo era pulverizado ou ameaçado nessa direção. Arendt, então aponta uma

¹ O mundo viveu na segunda metade do século XX em diante o risco eminente de uma destruição via armas atômicas. Os EUA e a antiga URSS ameaçavam-se e ameaçavam o mundo no que ficou conhecido como Guerra Fria. Como nos esclarece Hobsbawm, “os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não formam um período homogêneo único na história do mundo. [...] Dividem-se em duas metades, tendo como divisor de águas o início da década de 1970. Apesar disso, a história desse período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS: o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada ‘Guerra Fria’” (Hobsbawm, 1994: 178).

saída, não como fórmula mágica ou prescrição absoluta e irrevogável, mas como exercício cotidiano e exaustivamente posto e repostado, qual seja: criar milagres!

A proposta de milagre parece absurda, em um primeiro olhar. Todavia, o conceito de milagre em Arendt, para enfrentamento dos tempos sombrios, para a “barbárie instaurada” (Arendt, 2008a: 21), tem peculiar significado. O mesmo diz respeito à capacidade de agir. Portanto, diante do horror de todo recrudescimento da violência e do risco de destruição da vida, temos diante de nós duas posturas possíveis, a saber: a do isolamento e a da ação. Pelo isolamento, abriremos espaço para o avanço da guerra, da violência e do horror. Pela ação, ocupamos o espaço público, geramos resistência e criamos a possibilidade de frear o mal que pretenda se espalhar.

Nesta direção, de uma ação em concerto, portanto da criação de poder (Arendt, 1994a: 36) é que podemos falar de milagre. Nesta pista, o milagre nada mais é do que a capacidade dos seres humanos mobilizados em nome de algo maior do que eles próprios. Assim, suplantando seus interesses privados e lançando-se à ação visam à permanência da vida na Terra e no mundo.

A Terra aqui expressa o espaço natural, da qual fazemos parte e “com ela marcamos a quintessência da vida no planeta. Essa natureza terrestre, ao que sabemos, pode ser a única no universo capaz de proporcionar aos seres humanos um *habitat*” (Arendt, 2014: 2). Mundo, por sua vez, diz respeito ao espaço não natural por nós criado, e que se estabelece nas relações que travamos no seio dos negócios humanos. Mundo em Arendt, tem a ver com o *inter-esse*, isto é, com o estar entre. Mundo é o espaço de convívio, dito de outro modo: “O mundo é o artifício criado, são as relações que os seres humanos estabelecem mediadas pela *lexis* e a *práxis* e, portanto, o palco dos negócios humanos por meio da cultura, de leis, dentre outros” (Silva, 2018: 369). Nas palavras de Arendt, o mundo é: “a despeito de toda sua intangibilidade, o espaço entre, que é tão real quanto o mundo das coisas que visivelmente temos em comum. Damos a essa realidade o nome de teia de relações indicando pela metáfora sua qualidade de certo modo intangível” (Arendt, 2014: 227).

Esclarecido isto, depreendemos que aí reside o milagre, ou seja, na ação que visa à permanência desses espaços: a Terra e o mundo. A política, assim, é uma ação com fim em si mesma, que ao ocupar o espaço público garante a vida comum e plural contra todo horror que eventualmente possa desejar se espalhar. Os seres humanos são potencialmente miraculosos, uma vez que suplantem a comodidade dos seus interesses particulares e vise o bem comum, expresso na vida

política. Destarte, Arendt apresenta o homem como um “ser dotado, de modo extremamente maravilhoso [...] de fazer milagres. No uso idiomático habitual e comum, nós chamamos essa aptidão de agir” (Arendt, 2002: 43).

Esse agir potencialmente miraculoso nos possibilita a criação do novo. Para Arendt é claro que a política tem assento na natalidade, isto é, na categoria que politicamente é capaz de gerar novos começos, de instaurar o inédito de criar a novidade. Esta capacidade de poder começar algo tem forte ligação com a liberdade. Ser livre e poder iniciar algo se apresentam como marcas de um agir comprometido com a vida: “O milagre da liberdade está contido nesse poder começar que, por seu lado, está contido no fato de cada homem é em si um novo começo, uma vez que por meio do nascimento, veio ao mundo que existia antes dele e vai continuar existindo depois dele” (Arendt, 2002: 43-44).

Nesta direção, temos a categoria da natalidade como categoria política por excelência. Em Arendt, a natalidade tanto espelha o momento natural, do nascer e estar no mundo, como reflete e, sobretudo, de modo mais significativo, um segundo nascimento. Esse segundo nascimento representa um nascer para a vida pública. Esse vir ao mundo como agente das coisas públicas. Desse modo, a natalidade se instaura no mundo como categoria de dimensões políticas de primeira grandeza. Nas palavras de Oliveira (2011: 83) “a natalidade é condição do homem político, isto é, ela está presente na vida do homem, cuja natureza é potencialmente política (*bios politikos*)”.

Assim, uma vez inserido no mundo e tomando parte nas coisas do mundo, agir e falar se impõem como manifestações legítimas do modo de fazer política. Nesta perspectiva, a política é sempre fruto de experiências. Destarte, a política tem a ver com os eventos. Pensar e agir em Arendt são, sobretudo, um pensar e um agir pária. Isto significa que ela não assume os moldes da tradição ocidental, assentado na metafísica na qual o pensar se localiza na mente de alguns iluminados e, o agir, por sua vez é visto como algo secundário. Nesse sentido, Arendt realiza um desmantelamento da metafísica, chama essa de “ciência assombrosa” (Arendt, 2009: 140).

Desse modo, considerando a ocupação do espaço público como uma experiência, sua condição de judia torna-se para ela um filtro a ser considerado. Compreender o fenômeno político no mundo parte de quem sou, de como me revelo, de como me relaciono com o mundo. Diz ela: “Não estava discutindo meus problemas pessoais na condição de judia. Mas agora pertencer ao judaísmo passava a ser também problema meu, e meu problema era político” (Arendt,

2008b: 42). Nesta pista, concordamos com Stolcke (2002: 93) quando afirma que “O pensamento de Hannah Arendt é indissociável de sua experiência pessoal enquanto judia alemã”. E a comentadora nos lembra que a própria Arendt assinalaria ainda que: “não pode haver processo de pensamento que não seja o resultado de uma experiência” (Arendt, 2008b: 50).

Dito isto, cabe esclarecer, ao nosso entendimento, que embora se configure uma defesa da paz na teoria de Arendt, não podemos de modo algum negar o aspecto agônico², próprio da política. Desse modo, a pensadora reconhece que o conflito é congênere da ação pública. Entendemos que em nada uma coisa elide a outra. Pois, conflito não implica violência. O que temos aqui em questão é a emergência do mundo plural, das opiniões díspares, portanto do que há de melhor na experiência democrática e republicana.

Neste contexto, assim, como na Grécia antiga emerge a figura do herói que carece de coragem para ir para o campo de batalha, aqui temos a prefiguração de um Aquiles, de um Heitor. Todavia, seu campo de batalha agora é o espaço público e suas armas são a *lexis* e a *práxis*. Contudo, mesmo desconsiderando a violência que não coaduna com a política, ao contrário, a nega. Não temos como deixar de evidenciar que o campo da política é conflituoso. Aparecer no espaço público exige coragem, uma vez que ir a esse sempre representa um perigo³. O que não significa ausência de paz. Mas sim, respeito pelo diferente e pelo plural e, sobretudo, uma potencial ação em concerto. Arendt nominou os homens de ação que se movem no espaço agônico de párias rebeldes ou párias conscientes.

² Sobre este aspecto da política como espaço de luta, Arendt põe em relevo essa ideia e a tem em destaque em sua teoria. Nesta direção, são relevantes as reflexões da professora Fátima Simões, para quem “Arendt [...] extrai o cerne de seu argumento acerca da razão de ser da pólis, e de qualquer vida política, segundo o qual a criação do espaço público na Atenas clássica teria o propósito de mimetizar o campo de batalha troiano e a função imortalizadora do poeta épico” (Francisco, 2007: 103).

³ Arendt não nega o caráter conflituoso da política. O que a autora faz é retirar desse campo a violência. Todavia, o agônico é uma marca da vida plural. Exige-se, portanto, de todo o agente público uma significativa parcela de coragem, uma vez que aparecer é sempre um risco. É perigoso, porque implica um possível reconhecimento como igual e, portanto, uma isonomia diante de todos. E é perigoso, pois implica em contrariar posições e ter as suas contrariadas, uma vez que a marca do espaço público é a pluralidade. Arendt nos lembra do risco de aparecer em uma nota de rodapé da *Condição Humana*, na qual ela assevera: “uma anedota da época da Roma imperial, narrada por Sêneca, pode mostrar o quanto era considerado perigoso o mero aparecimento em público. Naquela época, foi apresentada ao Senado a proposta de que os escravos usassem em público traje idêntico, para que fossem prontamente diferenciados dos cidadãos livres. A proposta foi rejeitada como muito perigosa, uma vez que os escravos poderiam reconhecer-se uns aos outros e tomar consciência do seu potencial de poder. Os intérpretes modernos tendem evidentemente a tirar desse incidente a conclusão de que o número de escravos da época devia ser muito elevado, no que estão inteiramente enganados. O que o sólido instituto político dos romanos julgava perigoso era o aparecimento como tal, independentemente do número de pessoas envolvidas. (cf. Westermann, ‘Sklaverei’ em Pauly-Wissowa, p. 1000)” (Arendt, 2014: 269-270).

Para Arendt, essa fenomenologia do aparecer, que tem grandeza esplêndida e aspecto singular, na visibilidade de cada indivíduo, é o cerne do político. Assim, o ser político é aquele que se lança corajosamente ao mundo público. Desse modo, assume o risco da vida comum, exercita a convivência ao suplantar o comodismo da vida protegida pelo lar (*oikos*) e entende que é a praça (ágora) seu espaço de atuação. Assim, o poder se configura na pólis. A política tem seu assento na cidade. Desta feita, o mundo comum é definido no agir de cada um nesse espaço. Todavia, não é o espaço físico que define a política, mas o agir consciente que opta pelo risco do agônico, mas não se furta ao discurso e a ação. Nas palavras de Arendt:

“A rigor, a *pólis* não é a cidade-Estado em sua localização física: é a organização das pessoas como tal como ela resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam: “*onde que vás, serás uma pólis*”. [...] Trata-se do espaço da aparência, no mais amplo sentido da palavra, ou seja, o espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens existem não meramente como as outras coisas vivas ou inanimadas, mas fazem explicitamente seu aparecimento” (Arendt, 2014: 246).

Nesta pista, nossa autora apresenta um par de destaques que não é apenas conceitual, mas, sobretudo, é exemplar para esse contexto, qual seja: o *parvenu* e o pária rebelde. O pária rebelde ou consciente é nesse sentido o exemplo elencado por Arendt para representar essa coragem de enfrentamento no espaço agônico da política. Assim, emerge aqui “a oposição entre a postura do pária rebelde como aquele que visa à liberdade e a do *parvenu* que visa à salvaguarda pessoal imediata, privilegiando assim o aspecto da necessidade” (Silva, 2016: 37).

A paz, nesse sentido, não pode ser entendida como fuga do mundo público. Como escape do enfrentamento – enfrentamento esse que se faz necessário enquanto garantia de direitos políticos. A paz deve ser entendida como ausência de aniquilamento do outro, como inexistência da violência que mata e destrói o diferente, mas nunca como fuga do conflito, pautado na ação e no discurso, próprio do espaço agônico da política. A resistência ao mal é uma pauta da paz.

A paz se constitui também pelo diálogo. A quem defenda que é essa sua melhor estratégia. Se assim o for à paz encontra na teoria de Arendt uma forte congruência, uma vez que pelo exposto antes, esse é também fundamento da noção de política da autora. Todavia, a paz entendida como fuga do mundo e do

conflito, só responde ao interesse do *parvenu*⁴ que Arendt destaca como a figura do judeu, que motivado por sanar suas necessidades mais imediatas e visando apenas a salvaguarda pessoal se assimilava e, assim, abandonava os direitos políticos nem nome do reconhecimento social.

Pautado, pela necessidade, o *parvenu* abandona a cena pública. O assimilado nessa direção visou à liberdade e a igualdade. Todavia, findou por abrir espaço para o horror e toda forma de autoritarismo, guerra e violência. Não significa que ele seja causa disso. Implica sim que sua postura assimilada, de negação da vida política em nome de ganhos econômicos, acaba por abrir espaços que permitem a passagem desses afrontamentos que se instauram com muita facilidade, quando não encontram nenhuma forma de resistência política. Assim, diz Arendt, “é ambígua a liberdade que emancipação assegurou, e quão traiçoeira é a promessa de igualdade que a assimilação realizou” (Arendt, 2016: 1495). Desse modo, o *parvenu* emerge na teoria de Arendt como um despolitizado, ilustra bem isso as palavras de Aguiar:

“Ao *parvenu*, Arendt associa as imagens do judeu como um ser sem tato com as pessoas, imbecil e indiferente político, dotado de complexo de inferioridade e avaro. Para a autora, isso resultou da compreensão assimilacionista da situação judaica. Essa prática provocou a perda de referência comum e transformou a luta dos judeus em lutas individuais, fazendo surgir uma concepção acósmica e filantrópica da proteção aos judeus. Nessa perspectiva, o único meio para o judeu se fazer reconhecido era tornar-se célebre, excepcional, gerando a idolatria do gênio, do grande homem e o culto do sucesso entre eles” (Aguiar, 2012: 41).

Na contramão dessa postura arrivista do judeu assimilado, bem expresso na figura do *parvenu* temos o pária rebelde⁵ como paradigma de resistência a

⁴ *Parvenu* é a figura do pária assimilado. Geralmente esse goza de privilegiada condição econômica ou visa esta. Todavia, muitas vezes alcança o reconhecimento social não pela via econômica mas pela via da genialidade cultural ou artística e, que alcançando tal *status* de reconhecimento social, contudo não político, toma o problema da questão judaica como superado, desejando e vivendo como se não fosse e, nunca tivesse sido judeu, acovarda-se diante do mundo e, visa salvar a própria pele, sem considerar seus pares que estão sob insígnia do sofrimento e da opressão. Tendo alcançado o reconhecimento social, o *parvenu* dá-se por satisfeito e abandona a política.

⁵ Para nossa discussão, estamos dando enfoque à figura do pária rebelde, como ícone máximo da resistência política, capaz de fazer frente ao mal que queira se espalha via as brechas da apoliticidade *parvenu*. Todavia, Arendt apresenta uma configuração do pária em quatro ícones, a saber: o *schlemihl* de Heine, o vagabundo de Chaplin, o rebelde de Lazare e o homem de boa vontade, expresso no estrangeiro de Kafka. Todos são de algum modo expressões de luta e resistência. Todavia, nem todos alcançam, em seus enfrentamentos, a esfera do político ficando por vezes na dimensão do social. Para tanto é esclarecedora a posição de Coutine-Denany, que destaca que “os párias de Heine e de Chaplin são apenas párias sociais, pois não acenderam à esfera do político. Ora, para Arendt, nesse século vinte não é mais possível manter-se fora da sociedade, nem como *schlemihl*, nem como senhor dos sonhos. Não existe mais uma escapatória individual, nem para o *parvenu* que antes, e por iniciativa própria, estabelecia a paz com o

toda forma de autoritarismo e exclusão. O pária rebelde, nessa direção, não visa à violência. Muito menos o fim da paz. Todavia, entende que sem resistir não pode ter a permanência da paz e, muito menos, a garantia de direitos políticos, enquanto a certeza de “direitos a ter direitos” (Arendt, 1989: 332) como formulou Arendt.

Desse modo, ao pária rebelde cabe apenas a resistência, que se expressa de formas variadas, desde a desobediência civil, método defendido por Arendt como legítimo, pois para nossa autora “quem cala de certa forma concorda” (Arendt, 2004: 39). E, sobretudo, desenvolvendo uma resistência via ocupação do espaço público, via *lexis* e *práxis* fazendo assim emergir das ruas à vontade de liberdade. O desejo de ser visto como um legítimo membro da comunidade política. O pária rebelde não nega o mundo hostil, ao contrário se entende com este, pois na perspectiva de Thoreau, assumida por Arendt, “o homem não veio ao mundo com o fito principal de torná-lo um bom lugar para morar, mas para morar seja bom ou mau” (Thoreau *apud* Arendt, 2004: 58). Assim, cabe ao pária rebelde, encarnado na pessoa de Bernard Lazare, por ser consciente, abandonar sua zona de conforto pessoal, ir ao mundo e resistir à opressão. Nas palavras de Arendt:

“Assim que o pária entra na arena da política e traduz seu *status* em termos políticos, ele torna-se forçosamente um rebelde. A ideia de Lazare era, portanto, que o judeu devia assumir-se abertamente como representante do pária. “visto que é o dever de todo ser humano resistir a opressão”. Ou seja, ele demandava que o pária abrisse mão de uma vez por todas da prerrogativa do *Schlemiel*, se soltasse do mundo de fantasia e ilusão, renunciasse à proteção confortável da natureza e enfrentasse o mundo dos homens e das mulheres. Em outras palavras, queria que o pária sentisse que era ele próprio o responsável pelo que a sociedade fizera com ele” (Arendt, 2016: 506).

Assim, a ocupação do espaço público é sempre um modo de resistência ao mal e uma garantia da paz. O pária rebelde, nessa direção, é um modelo do que é o político em Arendt, isto é, representa bem a ideia de liberdade, de resistência e de pluralidade. O contrário disso é fuga e arrivismo. Neste sentido, Arendt ressaltou (2016: 507) “todo pária que se recusou a ser um rebelde, foi

mundo no qual o fato de ser judeu representava a exclusão da humanidade, nem para o pária que esperaria poder renunciar a um tal mundo” (Courtine-Denany 2004: 53).

⁶ Esta expressão *Schlemihl* é iídiche. Tal expressão tem uma representação pejorativa, designando um “tolo” um “azarado”, um “malsucedido”. Esta é indicativa também de um personagem da literatura e do folclore judaico-europeu (Arendt, 1994b: 15).

parcialmente responsável por sua posição”. Desse modo, na teoria política de Arendt, todo homem e mulher são chamados – importa destacar – convidados, não obrigados, a ocupar o espaço de ação, pois na visão de Arendt o grande problema não era o *parvenu* e sua postura arrivista e assimilada, mas “o pária se recusar a tornar-se um rebelde” (Arendt, 2016: 507).

Assim, o pária rebelde ao sair de seu conforto e comodidade pessoal visa o mundo. Assume riscos, e se propõe a conviver de modo plural e agonístico. Desse modo, um conviver não violento, mas ativamente rebelde. Trás consigo o espírito constituinte do revolucionário, que visa à fundação de novos corpos políticos, para acolhimento do diferente do plural, que por meio da lei e das instituições busca a permanência pacífica das comunidades políticas. Insistindo na mesma tecla; pacíficas, porém agônicas, pois não é indiferente a pluralidade posta, em vista de suas singularidades, nem negam esta.

3. Fundação e poder: o agir pária

O agir pária é um modo de estar no mundo. Assim, essa presença no mundo assume a condição plural desse espaço de convivência comum. Nesta direção, o agir pária não reduz o outro a sua verdade, nem imputa ao outro seu posicionamento. O agir pária visa uma igualdade no falar e no agir no contexto da vida pública. Desse modo, “A ação não incide sobre quaisquer objetos, pois se dá sempre em um espaço-entre as pessoas, capaz de relacioná-las e mantê-las juntas.” (Correia, 2014: XXXV).

É, portanto, neste contexto de relações plurais e de convívio comum que podemos tratar do tema do poder. A ação pária é própria para a constituição do poder, uma vez que esse modo de agir implica a exigência da presença do outro. Imputa o agir do outro. O espaço de aparência como condição prévia da ação e como base para o poder encontra na peculiaridade da vida plural sem assentamento, seu alicerce. Esse alicerce da aparência se sustenta na emergência do discurso e da ação. Mantém-se apenas na reunião plural de pessoas que deliberam juntas.

Nesse sentido, diz Arendt (2014: 248) que “é o próprio poder que mantém a existência do domínio público”. Desse modo, a vida comum e qualquer forma de relação que pense se pautar pelo poder deve considerar essa estrutura. Para Arendt, não há poder fora do domínio público. Qualquer que seja a concepção

que se encaminhe nessa direção, encontrará a tirania, a ditadura ou o totalitarismo, mas nunca o poder, uma vez que este destoa daqueles, que se pautam por violência e personificação da força. O poder nunca está centrado em um só. “O poder sendo ação em concerto” (Arendt, 1994b: 36) nunca está centrado em único indivíduo⁷. Dessa forma, para nossa autora “o poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder” (Arendt, 2014: 248).

Nesta direção, podemos depreender que o agir pária é potencialmente um agir capaz de fundação de corpos políticos. O ato da fundação genuinamente está assentado nessa reunião de pessoas em prol do bem público e da instituição de poder. Nesta trilha, o poder como convívio comum estabelecido enquadra-se perfeitamente no ato fundador.

Desta feita, o modo pária de agir se apresenta com seu aspecto agonístico. Como dito antes. Assim, o conflito é inevitável, as disputas por validade de opiniões são legítimas e emergem no interior do espaço público. Destacamos que, nesta lógica, as opiniões mesmo contrárias são legítimas e necessárias e, melhor, fundamentam o modo pária de agir. Ressalvamos apenas aquelas opiniões que negam o próprio espaço público e sua expressão agônica e plural.

Passada a experiência dos regimes totalitários de esquerda e de direita, aprendemos que quanto mais plural o espaço público melhor, uma vez que a opinião divergente, como uma companhia esclarecedora nos alarga a consciência, imputa-nos um colocar-se na posição do outro. Em última instância, o plural implica um exercício de empatia e compreensão do outro. Contudo, não se deve abrir espaço para a posição que, pretensamente plural, não almeja outra coisa a não ser destruir a pluralidade e o espaço público de opiniões⁸. Assim, nossa ressalva para os tempos hodiernos recai justamente nessa perspectiva, em que há o perigo de posicionamentos que estão gestados de autoritarismo e concentração do poder.

⁷ Guardadas as devidas proporções, encontramos na teoria de Claude Lefort uma consonância com esse aspecto, quando o pensador, ao tratar das democracias, afirma que “o poder é lugar do vazio” (Lefort, 2007: 991). Para o referido autor, entre outros aspectos, essa configuração abre espaço para uma concepção de poder deliberativo nas democracias, na qual o falar e o agir emergem. Explicita isso a compreensão de Schevisbiski (2017: 13-14): “Na democracia, a disjunção tem o efeito de permitir um debate, uma contestação fixada em ideias sobre o que é legítimo, ilegítimo, bom, mau, de tal forma que se abre uma via para que a lei se constitua pelo jogo do debate, da enunciação dos direitos e que o poder seja sempre reenviado a ele. Com a democracia, nasce, então, o ‘espaço público’, a liberação da palavra onde há a abertura do campo do dizível e do pensável, o qual apenas pôde se constituir porque a sociedade democrática não detém um saber total sobre si mesma”.

⁸ Aqui estamos claramente fazendo referência a toda forma de fascismo e autoritarismo que se instaura no meio do jogo democrático, todavia, usa esse apenas para quando no poder destruir a pluralidade o espaço público e a liberdade. Contra estes a ação deve ser contundente e obstar suas práticas denunciando suas estratégias e obstando seus discursos de ódio e conservadorismo excludente.

Nesta direção, asseveramos que o modo pária de agir se inscreve na lógica do plural e assentado no espaço público acolhe a diversidade, todavia o diverso que negue a diversidade não deve ser acolhido, sob pena de destruição do espaço público. Para Arendt, “a política baseia-se na pluralidade dos homens” (Arendt, 2002: 21). Portanto, ela mobiliza o convívio dos diferentes, não de iguais.

Entendemos que posturas fascistas, que emergem no seio da democracia, fazendo uso do espaço plural para difundir suas posições [opiniões] devam ser fortemente combatidas e obstadas. Estes fascismos, já nesta difusão anunciam o fim da pluralidade, defendendo a existência de um só discurso, de um só modo de pensar, de uma só representação étnica ou moral, trazendo em si um “germe” que precisa ser barrado pela própria pluralidade como forma de resistir e de se proteger do mal. Esse mal, que uma vez já esteve instaurado na humanidade e que potencialmente se faz presente, ronda o mundo e as relações humanas, querendo voltar às instâncias de poder, por meio da democracia. Embora, como antes já demonstrado, estas posturas almeja apenas alcançar o poder, via democracia, e assim, esta destruir. Em nosso entendimento, não pode ser acolhido como pluralidade tais posições fascistas, pois se disfarça de plurais para eliminar a pluralidade, para elidir a democracia.

A esse perigo, resta a resistência agônica. É preciso denunciar, combater via *lexis* e *práxis* para manter o espaço público vivo. Resistir, com palavras, atos e exemplos. Duarte (2010) nos instrui sobre isto, com a exemplaridade subversiva. Esta exemplaridade está pautada na resistência, assim:

“A ação, tanto quanto o pensamento e o juízo ético-político não metafísicos, recusa-se a imitar modelos normativos do passado e procura reinventar a coisa política em seu aspecto radicalmente democrático, disseminando-se em movimentos sociais, minoritários e de resistência, os quais buscam repolitizar a cidadania, o espaço público e o próprio exercício do pensamento e do juízo autônomos na contramão da experiência cotidiana da espetacularização da política” (Duarte, 2010: 438).

O modo pária de agir, nesse sentido, assume para si essa exemplaridade subversiva que não se dobra ao mundo normatizado, padronizado e concentracionista. O agir pária fia-se na resistência por ocupação do espaço público, através do exemplo que incomodamente faz frente ao horror que visa o fim da pluralidade. Assim, o modo pária de agir, ao assumir a exemplaridade subversiva como método de resistência, coloca-se no espaço agônico da política para a essa garantir sua permanência. Deste modo:

“A exemplaridade subversiva é aqui concebida como modo de ser no mundo contrapondo à indiferença complacente, manifesta na interação de comportamentos e opiniões padronizados e previsíveis. Se, na modernidade tardia, “ao invés da ação, a sociedade espera de cada um de seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los ‘comportarem-se’, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada”, então a exemplaridade subversiva se manifesta no mundo contemporâneo por meio de ações, juízos e pensamentos que instauram novas relações entre os homens” (Duarte, 2010: 438).

Nesta direção, a resistência emerge como um compromisso da política, bem ao estilo arendtiano do “prometer e se obrigar” (Arendt, 2011: 226), para assim poder se preservar e dar permanência aos corpos políticos estabelecidos. “Arendt estava consciente de que a exemplaridade subversiva também se manifesta nos silêncios ponderados e na recusa discreta dos cidadãos anônimos em obedecer àquilo que o governo ou a sociedade deles espera e que, entretanto, lhes parece injusto, aviltante ou incorreto” (Duarte, 2010: 439). Nesta direção, o modo pária de agir é também sempre um modo de resistência ao mal. É um agir que milagrosamente habita e protege o mundo.

O poder funda e preserva os corpos políticos, “em termos arendtianos, em se tratando de revolução, estamos lidando com ação fundadora, da liberdade política” (Oliveira, 2014: 46). Nessa direção, fundar um corpo político emerge como acontecimento ímpar, como evento destacável do agir que promove a liberdade, que organiza a vida em torno da pluralidade e garante o direito de se sonhar e de construir “novas moradas” no mundo, enquanto novos e genuínos corpos políticos. O ato fundador se encontra instaurado no poder de agir em conjunto, de deliberar em concerto em nome de uma felicidade pública. Nas palavras de Hannah Arendt:

“Na medida em que o maior acontecimento em toda revolução é o ato de fundação, o espírito da revolução contém dois elementos que nos parecem irreconciliáveis, e até contraditórios. O ato de fundar o novo corpo político, de conceber a nova forma de governo, supõe uma séria preocupação com a estabilidade e durabilidade da nova estrutura; por outro lado, a experiência vivida pelos homens empenhados neste grave assunto é a percepção revigorante de que os seres humanos têm a capacidade de iniciar alguma coisa, o entusiasmo que sempre acompanha o nascimento de algo novo na terra” (Arendt, 2011: 283).

Quando Arendt enfrenta o tema da revolução, ela traz à baila duas revoluções modernas com força e significados heurísticos para o tema da fundação: a Revolução Americana e a Revolução Francesa. Para nossa autora, o campo da revolução tem ligação com a dimensão da liberdade. Todavia, por vezes, ao longo da história se tomou a revolução como uma dimensão ligada à supressão do social. Para Arendt, reside nessa compreensão um equívoco sem precedente e que acabou por contaminar toda a visão revolucionária até nossos dias. A pensadora destaca que “o fundamental para qualquer compreensão das revoluções na era moderna é a convergência entre a ideia de liberdade e a experiência de um novo início.” (Arendt, 2011: 57).

Desta forma, depreendemos que o modo pária de agir implica diretamente um agir revolucionário, uma vez que visa à liberdade e o impulso da novidade. Ao nosso entendimento, o agir pária emerge aqui como o *modus operandi* das revoluções, ao privilegiar a liberdade e o novo que essa ação instaura.

A fundação de novos corpos políticos implicou a participação em grande escala do povo. Quando não foi em grande escala foi em grande intensidade pelos que decidiram agir. Essa intensidade não é marcada pela violência em si, mas, sobretudo, pela supressão do conforto e proteção da vida privada em prol da felicidade pública. O ato fundador, pautado no agir pária, visa a felicidade pública em detrimento da realização pessoal, pois entendem que só a efetiva participação pode realmente expressar todo o esforço e sentimento do espírito revolucionário, que se define mesmo antes da luta em si começar, pois estes se definiram pelo pleno exercício da *lexis* e *práxis* em direção ao bem comum, enquanto convívio comum, enquanto felicidade pública. Nessa direção, o que importa é revitalizar os modelos de participação, abrindo sempre maior participação e poder de deliberação dos agentes. O modo pária de agir deseja e se abre à participação plural na constituição do novo. Nas palavras de Arendt:

“Queremos participar, queremos debater, queremos que nossas vozes sejam ouvidas em público, e queremos ter uma possibilidade de determinar o curso político de nosso país. Já que o país é grande demais para que todos nós nos unamos para determinar nosso destino, precisamos de um certo número de espaços públicos dentro deles. As cabines em que depositamos as cédulas são, sem sombra de dúvidas, muito pequenas, pois só tem lugar para um. Os partidos são completamente impróprios; lá somos, quase todos nós, nada mais que o eleitorado manipulado. Mas se apenas dez de nós estivermos sentados em volta de uma mesa, cada um expressando sua opinião, cada um ouvindo a opinião dos

outros, então uma formação racional de opinião pode ter lugar através da troca de opiniões. [...] Nossos pontos de vista serão esclarecidos pela influência dos outros pontos de vista” (Arendt, 2004: 200).

Arendt destaca a importância de não confundir a liberdade com a libertação. As revoluções por vezes tomaram uma pela outra. Considerar a fronteira entre essas categorias se torna relevante para não se confundir o campo em que cada uma atua, a que expectativa cada uma responde. Deste modo, Arendt ressalta que “a libertação pode ser a condição da liberdade, mas de forma alguma conduz automaticamente a ela” (Arendt, 2011: 57). Desse modo, é preciso ter claro que libertação e liberdade têm limites estabelecidos que implicam o resultado da revolução, como proposta de fundação de corpos políticos. Ora, uma vez que a libertação centra sua questão nas dimensões do social e de tudo que orbita em seu eixo, parece-nos claro que neste espectro de ação o que está em jogo é a supressão da necessidade, portanto de uma dimensão do econômico, e não do político.

Por outro lado, Arendt destaca que “a liberdade emerge como o objetivo da revolução” (Arendt, 2011: 60). Neste sentido, assevera a pensadora que “o conteúdo concreto da liberdade [...] é a participação nos assuntos públicos ou a admissão na esfera pública” (Arendt, 2011: 61). Desta feita, uma zona fronteira se ergue entre liberdade e libertação em que claramente a primeira trata da liberdade e a segunda da necessidade. Ressalve-se que não se trata de uma fronteira estanque, em que estas categorias não se tocam. Em Arendt, os conceitos dialogam, seguindo a inspiração de André Duarte (2013), os conceitos em Arendt mantêm um relacionamento, que, todavia, não se confundem, mas “se estabelecem na fina arte arendtiana de distinguir e relacionar conceitos”.

Assim, a libertação tem como propósito suprimir as dimensões negativas como a fome, a pobreza, entre outras nessa direção e, portanto, se vê ocupada com as dimensões do espaço privado da sobrevivência, marca da necessidade, que é pautada pelo econômico. Por sua vez, a liberdade emerge como o lado externo da *oikos*, nesse sentido não são as dimensões do econômico que estão em jogo, mas do político. Aqui não é a necessidade privada que tem prevalência, mas sim o que é da ordem do público. Nesta perspectiva é que Arendt afirma que a “liberdade exige um lugar onde as pessoas pudessem se reunir – a ágora, a praça ou pólis, o espaço político propriamente dito” (Arendt, 2011: 59). Nesta direção, podemos afirmar que o modo pária de agir é pautado na liberdade, uma vez que o agir pária visa ao público e à felicidade pública. Esse agir pária

não se confunde com as demandas das necessidades, não por estas não serem importantes, pois são, mas sim porque não são políticas.

Esse par conceitual, liberdade – necessidade, tem valor heurístico na teoria de Hannah Arendt e a ocupou em toda sua obra. O binômio antes citado se faz presente, desde as querelas entre o *parvernu* e o pária consciente. Assim, assumindo essa assertiva, depreendemos que o *parvernu* é a expressão da necessidade e, portanto, se este tomasse a revolução como método, desembocaria em libertação, pois sua estratégia sempre foi mediada pela ascensão social, pelo aspecto econômico, prática de toda estirpe assimilada. Por sua vez, o pária rebelde se enquadra bem no conceito de liberdade, uma vez que visa o bem comum à felicidade pública, os negócios da praça, da *pólis*.

Deste modo, a questão judaica vem à tona como uma primeira discussão de Arendt sobre o tema, uma vez que a autora já identifica na questão do problema judeu uma fuga do mundo, ou dito com as palavras de Aguiar (2016: 275) uma “renúncia à fundação de espaços de organização, participação e convivência humana na modernidade”.

Desse modo, a fundação como a emergência de um espaço político foi negligenciado pelo judeu assimilado que desconsiderou que o ganho social e econômico não implica no ganho político e, portanto, o que estaria fragilizado era o espaço público enquanto espaço de felicidade pública. Ao fazer a opção pela necessidade, pelo ganho imediato, ligado ao social e ao econômico, abriu-se espaço para a emergência dos regimes de terror, não que isto tenha sido sua causa, mas representou caminho aberto para seu trânsito, para a implantação dos tempos sombrios. São esclarecedoras as palavras de Aguiar ao afirmar que:

“A relação entre a não fundação política e a descartabilidade humana foi muito cedo percebida por Arendt; era isso que motivava seu embate com a visão assimilacionista da questão judaica. A supremacia da postura assimilacionista, economicista, entre os judeus, e a incompreensão da dimensão política da questão judaica aparecem e são criticadas desde os primeiros textos de Hannah Arendt. É esse o teor que extraímos quando ela afirma que a postura assimilacionista e filantrópica do judaísmo foi o atalho que levou direto aos campos de concentração. Essa ligação entre assimilacionismo e holocausto faz-se presente em vários textos sobre a questão judaica anteriores e posteriores a *Origens do totalitarismo*. Vale dizer, sem a rede político-institucional, a vida humana fica desprotegida. Investir na garantia da reprodução biológica, econômica, descuidando da proteção político-participativa, pode até facilitar a resolução sacrificial que se efetuou nos campos de extermínio” (Aguiar, 2016: 275).

Assim, o agir pária caminha na contramão do assimilacionismo, assume a via do político como a sua escolha de atuar no mundo. Ilumina e sente-se iluminado pela presença do outro. O agir pária funda espaços de convivência, em detrimento de uma vida apenas privada. Lança-se aos negócios humanos e assume seus riscos. O agir pária é marcado pela coragem que pensando na fundação de corpos políticos, de convivência do bem comum, suspende o conforto e a segurança da vida privada em nome de algo maior do que ele; a felicidade pública.

Essa felicidade pública, que almeja o agir pária, não é uma esfera interior, na qual os homens podem se refugiar, escapando às pressões e às intempéries da existência no mundo. Arendt nos leva ao entendimento da felicidade pública inscrita também como liberdade pública. E como tal, a liberdade é e só pode ser como algo concreto, como realidade posta. Esta felicidade pública existe apenas no seio das coisas públicas. É terrena, criada pelos homens. É o espaço público visível a todos, politicamente estabelecido e deliberadamente posto, não é um dom. É a marca do agir pária.

Na obra *Sobre a Revolução* (1963), ao destacar o papel dos pais fundadores e a escolha deles pela categoria de felicidade, Arendt (2011, p. 173) assevera que “o fato de escolher a palavra felicidade para designar a pretensão a uma parcela no poder público [...] os homens sabiam que não poderiam ser totalmente felizes [...] apenas na sua vida privada”. Desse modo, o agir pária só é feliz no pleno exercício da coisa pública, no estabelecimento da vida comum, na construção de espaços políticos de deliberação e paz.

4. Considerações finais

Ao tratarmos do tema da política, da paz e da revolução em Arendt, o fazemos considerando o contexto do século do horror totalitário e da perspectiva teórica de Arendt, que sempre levou em conta a dimensão do político, como objeto de investigação privilegiado.

Desse modo, destacamos que a política no corpo teórico da autora não encontra ressonância na violência, ao contrário, caminha em direção oposta. De tal modo, que onde existe violência pode-se ter tudo menos política. Nesta pista, a paz como a alternativa a violência se faz presente, ainda que de modo subjacente, a necessidade de permanência e estabilidade das comunidades políticas.

Todavia, a paz desejada no interior das comunidades não implica a inexistência de conflitos. O que não se admite são o desrespeito à vida e à dignidade humana, aviltada pela violência. Contudo, o espaço público é agônico e acolhe o litígio de ideias via *lexis* e *práxis*. Em última análise, podemos dizer que a política se constrói pelo milagre da ação dos homens e mulheres, que agindo em concerto possibilitam o novo e responsabilizam-se pela estabilidade do mundo. Assim, a política ocorre em meio ao conflito de ideias, mas no respeito à pluralidade e a singularidade que habita o mundo comum e garante a convivência comum. A paz, desse modo, é a consequência de um mundo plural vivido na harmonia do comum.

Referências bibliográficas:

- AGUIAR, Odílio Alves (2016), “Hannah Arendt e o malogro do espírito revolucionário”, in *Griot. Revista de Filosofia*, vol. 14, n.º 2, pp. 274-287. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/713/429> (acesso em 05/04/2018).
- AGUIAR, Odílio Alves (2012), “Necessidade e Liberdade em Hannah Arendt”, in *Princípios. Revista de Filosofia*, vol. 19, n.º 32, pp. 35-54. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7562/5625> (acesso em 05/04/2018).
- ARENDT, Hannah (2016), *Escritos Judaicos*. Trad. de Laura Degaspere Monte Mascaro, Luciana Garcia de Oliveira, Thiago Dias da Silva. Barueri (SP), Ed. Amararilys.
- ARENDT, Hannah (2014), *A condição humana*. Trad. de Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação de Adriano Correia. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária.
- ARENDT, Hannah (2011), *Sobre a revolução*. Trad. de Denise Bottmmann. São Paulo, Ed. Companhia das Letras.
- ARENDT, Hannah (2009), *A vida do espírito*. Trad. de César Augusto de Almeida [et. al.]. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- ARENDT, Hannah (2008a), *Homens em tempos sombrios*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo, Ed. Companhia das Letras.
- ARENDT, Hannah (2008b), *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo, Ed. Companhia das Letras.
- ARENDT, Hannah (2004), *Crises da República*. Trad. de José Wolkman [et. al.]. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- ARENDT, Hannah (2002), *O que é política?* Trad. de Reinaldo Guarany. Org. de Ursula Ludz. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil.
- ARENDT, Hannah (1994b), *Rahel Varnhagen, A vida de uma judia alemã na época do romantismo*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

- ARENDT, Hannah (1994a), *Sobre a violência*. Trad. de André Duarte. Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumara.
- ARENDT, Hannah (1989), *Origens do Totalitarismo*. Trad. de Roberto Raposo. São Paulo, Ed. Companhia das Letras.
- COUTINE-DENAMY, Sylvie (2004), *O cuidado com o mundo. Diálogo entre Arendt e alguns de seus contemporâneos*. Belo Horizonte, UFMG.
- CORREIA, Adriano (2014), “Pensar o que estamos fazendo”, in *A condição humana*. Trad. de Roberto Raposo; revisão técnica de Adriano Correia. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária.
- DUARTE, André (2010), *Vidas em Risco. Crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária.
- DUARTE, André (2013), “Hannah Arendt e o pensamento político: a arte de distinguir e relacionar conceitos”, in *Argumentos*, ano 5, n.º 9. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/argumentos> (acesso em 05/04/2018).
- FRANCISCO, M. F. S. (2007), “Hannah Arendt e o herói homérico”, in *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, vol. 11, n.º 2, pp. 97-117.
- HOBBSBAWM, Eric (1994), *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo, Ed. Companhia das Letras.
- OLIVEIRA, José Luiz (2014), “Revolução como fundação no pensamento de Hannah Arendt”, in *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, vol. 23, pp. 37-51. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/74734/78327> (acesso em 29/09/2018).
- OLIVEIRA, José Luiz (2011), “Hannah Arendt e o sentido político da categoria de natalidade”, in *Argumentos. Revista de Filosofia*, ano 3, n.º 6, pp. 79-88. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/19163/29881> (acesso em 29/09/2018).
- SILVA, Ricardo George de A. (2018), “A questão dos refugiados e a ideia de pertencimento ao mundo em Hannah Arendt”, in *Philosophos. Revista de Filosofia*, vol. 23, n.º 1, pp. 365-401. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/phi.v23i1.53031> (acesso em 15/09/2018).
- SILVA, Ricardo George de A. (2016), “A figura do pária rebelde na teoria política de Hannah Arendt”, in *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n.º 28, pp. 36-50. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/116284> (acesso em 02/09/2018).
- SILVA, Ricardo George de A. (2010), “A dimensão cooriginária entre política e liberdade em Hannah Arendt”, in: *Argumentos. Revista de Filosofia*, ano 2, n.º 4, pp. 97-105. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/18977> (acesso em 03/09/2018).
- SCHIO, Sônia (2011), “Hannah Arendt e a questão da paz”, in *Filosofia, ética e educação por uma cultura de paz*, org. de Everaldo Cescon e Paulo César Nodari. São Paulo, Ed. Paulinas.
- STOLCKE, Vera (2002), “Pluralizar o universal: guerra e paz no pensamento de Hannah Arendt”, in *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 8 (1), pp. 93-112. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v8n1/9642.pdf> (acesso em 03/09/2018).

II - DIREITO

INTERSECÇÕES ENTRE A GUERRA E O DIREITO

José de Matos Correia*

1. Introdução¹

1.1. Considerações gerais

A guerra configura-se como uma realidade com relevância em múltiplos planos – político, económico, social, ético ou religioso. E constitui também, naturalmente, uma fonte material de direito, isto é, o fundamento para uma pletora de normas jurídicas que nela encontram, a vários títulos, a sua *causa causans*.

Não surpreende, por isso, que a conflitualidade bélica, marca ancestral da comunidade internacional², tenha conduzido a permanentes interrogações sobre os melhores modos para parametrizar os seus contornos, seja no que toca às condições da sua declaração, seja no que respeita aos termos e condições do seu desenvolvimento, numa tentativa, tão indispensável quanto espinhosa, de

* CEJEA – Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais, Portugal. Universidades Lusfada. Professor Auxiliar Convidado da Universidade Lusfada de Lisboa (Faculdade de Direito e Faculdade de Ciências Humanas e Sociais). Advogado especialista em direito constitucional. Consultor da CMS/Rui Pena & Arnaut. O autor não escreve de acordo com as regras do Acordo Ortográfico.

¹ Na imensidão da bibliografia existente sobre as diferentes dimensões que o direito da guerra abrange, pode consultar-se Michael Howard, George J. Andreopoulos and Mark R. Shulman (eds.), *The Laws of War: Constraints on Warfare in the Western World*, New Haven, Yale University Press, 1994; Geoffrey Best, *War and Law since 1945*, Oxford, Clarendon Press, 1996; Ingrid Detter, *The Law of War*, 2nd ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2000; Frits Karlhoven and Liesbeth Zegveld, *Constraints on the Waging of War: An Introduction to International Humanitarian Law*, 4th ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2011; José Luis Fernandez-Flores, *El Derecho de los Conflictos Armados*, Madrid, Ministerio de la Defensa, 2001; A. P. V. Rogers, *Law on the Battlefield*, 2nd ed., New York, Huntington, 2004; David Kennedy, *Of War and Law*, Princeton, Princeton University Press, 2006; Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Internacional Penal*, Coimbra, Almedina, 2008; idem, *Direito Internacional da Segurança*, Coimbra, Almedina, 2013; David Cumin, *Le Droit de la Guerre*, 3 volumes, Paris, Larcier, 2015 e Mario Bettati, *Le Droit de la Guerre*, Paris, Odile-Jacob, 2016.

² Para um breve resumo desta permanência, pode ver-se José Loureiro dos Santos, *História Concisa de como se faz a Guerra*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2010.

regular normativamente aquilo que, “ex natura”, tende a constituir-se como um espaço de (a)juricidade.

Ao direito internacional coube (e continua a caber) um papel decisivo nesse percurso. E, a centralidade da guerra no contexto das relações internacionais tradicionais foi de tal forma marcante, que a construção da dimensão moderna daquele assentou largamente, sobretudo após a publicação, por Hugo Grócio, da sua obra clássica *De Jure Belli ac Pacis* (1625), na essencial distinção entre direito da guerra e direito da paz.

Mais recentemente, o surgimento do Estado Constitucional³ e a afirmação do princípio da separação de poderes, que dele constitui trave-mestra, exigiu também uma crescente densificação jusinterna da questão, sobretudo no que toca à delimitação dos espaços e dos processos de intervenção dos órgãos de soberania em matéria de declaração e condução da guerra e de feitura da paz.

Ainda que traçado em termos muito genéricos, um quadro deste jaez deixa, por si só, pistas suficientes acerca das diferentes intersecções que se têm vindo a estabelecer entre a guerra e o direito. E, dentro dos condicionalismos inerentes a um texto de muito limitada dimensão, como ocorre com o presente, o nosso desiderato será o de ilustrar, de modo minimamente revelador, os domínios e a relevância dessas principais intersecções.

1.2. *O que é a guerra?*

No plano doutrinal, apontam-se numerosas classificações da guerra, o que contribui directamente para o significado polissémico que lhe está, por regra, associado. Classificações que assentam, *v. g.*, no critério do objectivo (guerra-revolução, guerra-revisão, guerra-execução), no critério da natureza (guerra internacional, guerra civil, guerra de agressão, guerra de legítima defesa), no critério da abrangência (guerra mundial, guerra regional, guerra local) ou no critério dos instrumentos dominantes a que nela se recorre (guerra clássica, guerra nuclear, guerra química, guerra biológica).

Essa diversidade analítica deixa antever que o prisma de arrumação assenta, com frequência, muito mais em juízos materiais, políticos ou sociológicos, do que em raciocínios de natureza jurídico-legal. E a consequência lógica dessa

³ Sobre o tema, pode ver-se Ricardo Leite Pinto, José de Matos Correia e Fernando Roboredo Seara, *Ciência Política e Direito Constitucional – Teoria Geral do Estado e Formas de Governo*, 5.^a ed., vol. I, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2013, p. 77 e ss.

disparidade é que, noutras paragens, se considere como guerra aquilo que, no domínio do direito, o não é.

Sucedem, para efeitos da reflexão que aqui conduzimos, o que importa é apontar qual o conceito jurídico de guerra. E aí, a guerra deve configurar-se, apenas, como uma subespécie da categoria mais ampla dos conflitos armados que, para além dos conflitos armados internos⁴, inclui ainda, no âmbito internacional, as acções de polícia (ou de segurança) internacional, que respeitam aos conflitos em que intervenha a Organização das Nações Unidas ou que se desenvolvam no quadro dos mandatos por ela conferidos.

Nessa medida, e recordando o clássico raciocínio aristotélico, se o género próximo da guerra são os conflitos armados internacionais, a sua diferença específica face a outras categorias ínsitas nesse universo assenta no facto de aquela se configurar, por natureza, como um confronto entre Estados. É isso, e apenas isso, que deve ser considerado como determinante para a sua qualificação legal, apresentando-se como desprovidos de qualquer utilidade definitiva, ao menos na actualidade, elementos valorados noutras épocas históricas, como a percepção dos fins prosseguidos ou a existência da sua formal declaração.

Notar-se-á, aliás, que esse conceito mais estrito é o que as quatro Convenções de Genebra de 1949 consagram, uma vez que no seu artigo 2.º (comum a todas elas) estabelece-se a respectiva aplicação “em caso de guerra declarada ou de qualquer outro conflito armado que possa surgir entre duas ou mais Altas Partes Contratantes, mesmo que o estado de guerra não tiver sido reconhecido por uma delas”⁵.

2. A guerra no direito internacional

2.1. O âmbito do direito da guerra

Tradicionalmente, a expressão *jus belli* traduzia a referência ao conjunto de regras jurídicas que regiam o recurso à guerra por parte dos Estados. Porém, o progressivo surgimento de instrumentos internacionais visando humanizar os

⁴ Inicialmente, este conceito resumia-se àquilo que vulgarmente era designado como “guerra civil”. Porém, o seu conteúdo foi-se progressivamente alargando, abrangendo hoje realidades como as lutas de libertação nacional ou conflitos relacionados com o combate ao terrorismo.

⁵ Sublinhado nosso.

termos em que esses conflitos se travam, levou ao surgimento de uma diferenciação em dois universos – o *jus ad bellum* e o *jus in bello*.

Assim, o *jus ad bellum* (direito à guerra) abarca o universo dos critérios que delimitam as condições em que a guerra é legalmente admissível. Por seu turno, o *jus in bello* (direito na guerra) é composto por todas as regras que parametrizam os termos e condições em que a guerra deve ser travada.

Mais recentemente, alguma doutrina tem sustentado a utilidade de autonomizar uma categoria adicional, denominada *jus post bellum*⁶ (direito após a guerra), que abrangeria os princípios e regras orientadores da feitura da paz, bem como a aplicação da justiça pós-conflito. Não sendo alheia à concepção tradicional do *jus in bello* – e, nessa medida, afigurando-se duvidoso que seja merecedora de autonomização – esta última dimensão registou um desenvolvimento significativo após o final da Guerra Fria, com o processo de estabelecimento de tribunais internacionais *ad hoc*, culminando com a instituição do Tribunal Penal Internacional. É tema a que, pela sua relevância, também aludiremos.

2.2. O *jus ad bellum*

No rol dos pressupostos que definem a capacidade internacional dos Estados, o direito de fazer a guerra assumiu, desde sempre, um relevo primeiro. A ela recorrer constituía, assim, uma prerrogativa fundamental da soberania, não suscitando, em consequência, quaisquer problemas de ilegalidade, fosse qual fosse a razão que estivesse na sua base ou o objectivo dessa forma prosseguido. Contudo, preocupações de natureza ética e moral, decorrentes em particular do domínio das religiões (com natural destaque para o catolicismo romano e muito ligadas ao tema da justificação das cruzadas⁷), conduziram a intensas reflexões tendentes a apurar as condições em que uma guerra deveria ser qualificada como justa, merecendo destaque, nesse âmbito, os contributos conceptuais de Santo Agostinho, de São Tomás de Aquino, de Francisco de Vitória e de Francisco Suárez.

Essas e outras reflexões posteriores permitiram consolidar, de forma mais ou menos estabilizada, o conjunto de pressupostos a que deveria obedecer a legitimidade da guerra: fundar-se numa causa justa, apresentar uma intenção correcta, ser decidida pela autoridade política competente, haver uma esperança

⁶ Sobre a questão, pode ver-se Carsten Stahn, “*Jus ad bellum, jus in bello... jus post bellum?* – Rethinking the Conception of the Law of Armed Force”, *European Journal of International Law*, vol. 17, n.º 5, 2006, pp. 921-943.

⁷ Embora noutras paragens o tema também tivesse sido trabalhado, como sucedeu, no caso do Islamismo, com Ibn Khaldun, na sua obra clássica *Muqaddimah*, que data de 1377.

razoável de sucesso e existir proporcionalidade entre o bem que se visa atingir e o mal que, inevitavelmente, se irá provocar⁸.

Não sendo portanto questionável a sua aceitabilidade legal, a atenção doutrinária passou a centrar-se na construção de modelos políticos que permitissem banir, de forma preventiva, a utilização da guerra como forma de resolução de conflitos interestaduais. E aí, entre muitos outros, podem destacar-se os contributos reflexivos de Charle-Irénée Castel de Saint-Pierre (que ficou conhecido como Abbé de Saint-Pierre), na sua obra *Projecto de paz perpétua na Europa*⁹ (1712) ou de Immanuel Kant, no livro *A paz perpétua*¹⁰ (1795)¹¹.

O século XX¹² e, em particular, as condições especialmente virulentas em que decorreram os dois conflitos mundiais, veio a originar uma fundamental mudança de paradigma, num percurso que se iniciou com o Pacto da Sociedade das Nações em 1919, prosseguiu com o Pacto Briand-Kellogg em 1928 e culminou com a criação da Organização das Nações Unidas em 1945.

O Pacto da Sociedade das Nações¹³ não ilegalizou a guerra e, nessa medida, “não atingiu o seu objectivo essencial – o de estabelecer juridicamente uma solução pacífica para os conflitos internacionais”¹⁴. Mas, não obstante essa circunstância, o tratado representou uma evolução marcante do direito internacional, por força de vários dispositivos dele constantes:

- O artigo 10.º estipulava que os membros da Sociedade se comprometiam a respeitar e manter, contra toda e qualquer agressão, a integridade territorial e a independência política actual de todos eles (a chamada cláusula de solidariedade territorial e política¹⁵);

⁸ Sobre esta questão, os estudos doutrinários são numerosíssimos. Ainda assim, pode indicar-se a obra clássica de Pierre Batifol, Paul Monceaux, Émile Chénon, Alfred Vanderpol, Louis Rolland, Frédéric Duval e Adolphe Tanquerey, *L'Église et le droit de la guerre*, 2^e éd., Paris, Bloud & Gay Éditeurs, 1920 ou, mais recentemente, Michael Walzer, *Just and Unjust Wars*, New York, Basic Books, 1977.

⁹ Cujo texto pode encontrar-se em Lobo d'Ávila Lima, *Da Sociedade das Nações*, Lisboa, J. Rodrigues & C.^a Livraria-Editora, 1927, p. 163 e ss.

¹⁰ Ed. portuguesa: *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Lisboa, Edições 70, 2008.

¹¹ Ou, entre nós, de Silvestre Pinheiro Ferreira, com o seu “Projecto de um Tratado de Confederação e Mútua Garantia da Independência dos Estados que Nele se Mencionam”.

¹² Ainda assim, vale a pena deixar nota a um desenvolvimento simbólico ocorrido em 16 de Abril de 1856 quando, através da Declaração de Paris, foi declarada ilegal a guerra de corso.

¹³ Que constituía a Parte I do Tratado de Versalhes, aprovado para ratificação pela Lei n.º 962, de 2 de Abril de 1920, publicada no *Diário do Governo* de 4 de Abril de 1921. O texto pode ver-se em José de Matos Correia, Fernando Roboredo Seara e Fernando Loureiro Bastos, *Organizações Internacionais (Documentos Fundamentais)*, Lisboa, SPB – Editores & Livrários, 1996, p. 23 e ss.

¹⁴ Armando Gonçalves Pereira, *A Campanha da Paz*, Lisboa, Instituto Superior do Comércio, 1928, p. 12.

¹⁵ Lobo d'Ávila Lima, *op. cit.*, p. 112.

- O artigo 11.º declarava que qualquer guerra ou ameaça de guerra que afectasse, directamente ou não, algum dos seus membros, interessava a toda a Sociedade, devendo esta tomar medidas para salvaguardar eficazmente a paz;
- O artigo 12.º definia que todos os membros da Sociedade convinham, caso entre eles se originasse uma questão susceptível de motivar uma ruptura da paz, em submetê-la, ou à arbitragem, ou a um processo judiciário, ou ao exame do Conselho;
- O artigo 14.º determinava que, caso a questão fosse colocada à apreciação do Conselho e este, por unanimidade, sobre ela aprovasse um relatório, os membros da Sociedade comprometiam-se a não recorrer à guerra contra qualquer parte que se conformasse com as conclusões desse relatório.

Ao mesmo tempo, porém, o Pacto não deixava de admitir, expressa ou implicitamente, a possibilidade dos Estados enveredarem por uma situação de conflito armado. Fazia-o no artigo 12.º, em cujos termos os membros da Sociedade convinham em não recorrer à guerra, em caso algum, antes da expiração dum prazo de três meses depois da decisão arbitral ou judiciária ou do relatório do Conselho. E no artigo 15.º, que consagrava que, no caso de o Conselho não conseguir fazer aceitar o seu relatório por todos os membros que não fossem representantes de qualquer parte num litígio, os membros da Sociedade reservavam-se o direito de agir como julgassem necessário para a manutenção do direito e da justiça¹⁶.

Ainda assim e porque o recurso à guerra em desconformidade com os compromissos antes referidos era considerado, *ipso facto*, como um acto contra todos os membros da Sociedade, o Pacto conferia ao Conselho o poder para implementar sanções de natureza económica e financeira e, no limite, medidas que envolvessem o recurso à força (artigo 16.º). Mas tais previsões eram claramente insuficientes. No que toca às primeiras, porque a sua aplicação se revelou ineficaz, como ficou patente no caso da Itália, a propósito da sua intervenção na Abissínia em 1935. No que respeita às segundas, porque o Pacto não dotava a SDN de meios militares próprios, nem continha qualquer cláusula que impusesse aos Estados membros a cedência dos mesmos.

¹⁶ O que leva alguns autores a sustentar que o contributo do Pacto foi, apenas, o de propiciar o retardamento da guerra; cf. Jorge Bacelar Gouveia, “O uso da força no Direito Internacional Público”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 107 (2013), p. 158.

Por seu lado, nascido de uma iniciativa da França, que inicialmente pretendia celebrar com os Estados Unidos um tratado bilateral que prevenisse o perigo do recrudescimento alemão, mas que acabou por se multilateralizar por imposição daqueles, o Tratado de Paris¹⁷, concluído em 27 de Agosto de 1928, resumia-se a dois artigos substantivos¹⁸.

No primeiro, os signatários declaravam solenemente a sua condenação do recurso à guerra para solução dos conflitos internacionais e a sua renúncia a ela como instrumento de política nas suas relações recíprocas. No segundo, acordavam que todos os litígios ou conflitos, qualquer que fosse a sua natureza ou origem, que pudessem entre eles ocorrer, seriam sempre resolvidos por meios pacíficos.

O Pacto, cuja vigência parece prolongar-se até aos dias de hoje¹⁹, constituiu, em conjunto com a criação da SDN, o momento mais marcante de uma época em que imperou uma concepção da ordem internacional baseada no tríptico “idealismo, moralidade e *rule of law*”²⁰. Mas, no plano prático, a mudança de paradoxo que assim se prosseguia foi rapidamente posta em crise, justamente pela mão de alguns dos seus originários signatários como a Alemanha, a Itália e o Japão. Não esquecendo, além disso, como foi dito já, que a renúncia voluntária à guerra não significava, naturalmente, a sua ilegalização, até porque, em obediência ao princípio da eficácia relativa dos tratados, os seus efeitos só se projectavam na esfera jurídica daqueles que ao Pacto livremente aderiram.

A este propósito, vale a pena relembrar, igualmente, a ligação que se estabeleceu entre o Pacto e uma das decisões fundamentais da política internacional do século passado – referimo-nos à vulgarmente designada “Doutrina de Stimson”.

Proclamada em 7 de Janeiro de 1932, a propósito da questão da Manchúria, pelo Secretário de Estado norte-americano, Harry Stimson, o seu âmbito material era, contudo, de natureza muito mais alargada, traduzindo um princípio essencial de não reconhecimento de qualquer situação, tratado ou acordo, que pudesse

¹⁷ Vulgarmente conhecido como Pacto Briand-Kellogg, em homenagem aos seus dois principais fautores, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Aristide Briand – a quem se ficou a dever a iniciativa – e o Secretário de Estado Frank Kellogg.

¹⁸ Portugal notificou os Estados Unidos da América da ratificação do Tratado em 28 de Fevereiro de 1929 (ver Aviso publicado no *Diário do Governo*, n.º 63, de 19 de Março de 1929).

¹⁹ Numa resposta escrita a um membro do Parlamento britânico, datada de 16 de Dezembro de 2013, o *Solicitor-General* indicou que, segundo o *Foreign and Commonwealth Office*, o Pacto se encontrava ainda em vigor e que o Reino Unido permanecia parte nele (disponível em: https://publications.parliament.uk/pa/cm201314/cmhansrd/cm131216/text/131216w0004.htm#131216w0004.htm_wqn20).

²⁰ Tendo valido a Frank Kellogg o Prémio Nobel da Paz de 1929 (uma vez que Aristide Briand já tinha sido laureado, em 1926, pela celebração dos Tratados de Locarno).

originar-se através de meios contrários aos compromissos e obrigações decorrentes do Tratado de Paris, isto é, do recurso à força nas relações internacionais. Todavia, rapidamente a unilateralidade que a tinha marcado deu lugar a uma aceitação generalizada do seu teor, de tal sorte que, em 11 de Março de 1932, a SDN adoptou, por unanimidade, uma decisão estabelecendo que os membros da organização se encontravam vinculados a não reconhecer qualquer situação, tratado ou acordo que pudesse surgir por qualquer meio contrário ao Pacto da SDN ou ao Tratado de Paris.

Pese embora o acerto, no plano dos princípios, de todos estes desenvolvimentos, seria necessário que o mundo conhecesse os horrores da II Guerra Mundial para que, finalmente, a guerra de agressão viesse a ser formalmente interdita, passo que veio a ser dado por via da conclusão da Carta das Nações Unidas, em cujo texto se define, quanto ao tema, uma arquitectura que é, em simultâneo, coerente no plano dos princípios e densa no âmbito das soluções.

No domínio substantivo, à cabeça de todos os fins cuja prossecução a ONU deve prosseguir encontra-se, precisamente, a manutenção da paz e da segurança internacionais, comprometendo-se para isso os seus membros a tomar, colectivamente, medidas efectivas para evitar ameaças à paz e reprimir os actos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz (n.º 1 do artigo 1). E, em lógica consequência dessa orientação, são consagrados dois princípios estruturantes, que, integrando o acervo do “jus cogens, assumem a natureza imperativa que o caracteriza”: o da resolução pacífica dos conflitos, ínsito no n.º 3 do artigo 2.º e o da proibição do recurso à força nas relações internacionais, previsto no número imediatamente subsequente.

No que toca às condições de implementação dessas orientações fundamentais, destaca-se, como é óbvio, a instituição do Conselho de Segurança, bem como a impressiva amplitude de meios colocados ao seu dispor, que abrangem os instrumentos de resolução pacífica de conflitos (Capítulo VI), as acções de natureza coerciva (Capítulo VII) e a possibilidade de recurso a acordos ou organizações internacionais para aplicação das decisões por ele assumidas (Capítulo VIII). Universo a que deve aditar-se aquele que tem sido, sobretudo após o final da Guerra Fria, o principal recurso da organização – as operações de manutenção da paz –, matéria que permanece ausente do texto da Carta²¹, o que levou o

²¹ Convém recordar que a sua última revisão ocorreu em 1973.

antigo Secretário-Geral Dag Hammarskjöld a referir-se-lhe como constituindo o seu capítulo “seis e meio”.

Neste contexto, há que reconhecer que o núcleo central da Carta é constituído pelo denominado “peace enforcement”, a cargo do Conselho de Segurança, a quem cabe:

- a) A determinação da existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou acto de agressão (artigo 39.º);
- b) A decisão sobre as medidas adequadas a tornar efectivas as suas decisões, que não envolvam o emprego das forças armadas, as quais podem incluir – numa terminologia que, como bem se compreenderá, se apresenta, nos nossos dias, manifestamente datada²² – a interrupção completa ou parcial de relações económicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofónicos ou de outra qualquer espécie e o corte de relações diplomáticas (artigo 41.º);
- c) A adopção, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, das acções que julgar necessárias para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais, incluindo demonstrações, bloqueios ou quaisquer outras operações, sempre que outras medidas demonstrarem ser (ou que seriam) inadequadas (artigo 42.º).

De fora não foi deixada, como é óbvio, a questão central dos meios concretos de intervenção. Assim, não apenas se previu que todos os seus membros se comprometem a proporcionar ao Conselho de Segurança, em conformidade com acordos a celebrar, forças armadas (n.º 1 e n.º 2 do artigo 43.º), como se determinou que aqueles devem manter, imediatamente utilizáveis, contingentes de forças aéreas nacionais para a execução combinada de acções coercivas internacionais (artigo 45.º).

Para operacionalizar o exercício destas competências, a Carta estabelece a existência de uma Comissão de Estado-Maior, composta pelos Chefes de Estado-Maior dos membros permanentes do Conselho de Segurança, à qual cabe, entre outras, a tarefa de orientar e assistir este na utilização e comando das forças colocadas à disposição daquele (n.º 1 do artigo 47.º).

²² A ONU já aplicou sanções ao abrigo deste normativo, tanto a Estados quanto a entidades não estaduais (como o Daesh, a al-Qaida e os talibãs), por mais de trinta vezes, recorrendo a mecanismos tão díspares como sanções económicas e comerciais, embargos de armas, proibição de deslocações ao estrangeiro e restrições em matérias financeiras ou de transacções de matérias-primas.

Em alternativa a essa primeira – e preferencial – linha de actuação, a Carta admite, ainda, que o Conselho de Segurança possa recorrer, segundo o seu próprio juízo, e sob a sua directa autoridade, à concessão de mandatos para aplicar as decisões coercivas que adopte, seja a Estados (n.º 1 do artigo 48.º)²³, seja a acordos e organizações internacionais (n.º 1 do artigo 53.º)²⁴.

Nada na Carta põe em causa, porém, o direito – aí apelidado de “natural” – de legítima defesa em caso de agressão militar, seja ele exercido em termos individuais ou colectivos (artigo 51.º) e, no segundo caso, podendo envolver o recurso a acordos ou organizações internacionais (n.º 1 do artigo 52.º). Mas o exercício de tal direito assume natureza meramente temporária, devendo dar lugar, assim que possível, a medidas determinadas pelo próprio Conselho de Segurança (artigo 51.º).

Por força das características que marcaram a Guerra Fria, as esperanças de cooperação entre as grandes potências foram rapidamente goradas. A ideia de constituição de forças autónomas da organização ficou para trás, a Comissão de Estado-Maior paralisou, permanecendo apenas como “monumento estéril às desvanecidas esperanças dos fundadores das Nações Unidas”²⁵ e o veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança, em vez de se assumir, como foi intenção inicial, enquanto impulso positivo para o prolongamento do esforço de colaboração conjunta que estivera na base do sucesso na II Guerra Mundial, transformou-se num modo de bloqueio sistemático do funcionamento das soluções de segurança colectiva estabelecidas na Carta.

Chegou-se, assim, a uma situação paradoxal: a guerra de agressão passou a ser configurada como um comportamento ilícito, mas a construção jurídica em que a resposta se baseia impede, na grande maioria dos casos, que essa ilicitude seja reconhecida pelo órgão competente – o Conselho de Segurança – e, conseqüentemente, que as acções necessárias para lhe por fim sejam implementadas. E, como a prática se encarregou de demonstrar, o problema não estava nas características específicas da Guerra Fria, mas no próprio modelo de decisão, razão pela qual, após um breve momento de apaziguamento que permitiu a primeira intervenção militar no Iraque, em 1991 – e, mesmo aí, não pela própria

²³ Como sucedeu no caso do conflito na Coreia (Resolução n.º 84 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 7 de Julho de 1950).

²⁴ Como ocorreu com a NATO na Bósnia-Herzegovina (Resolução n.º 1031, de 15 de Dezembro de 1995).

²⁵ Eric Grove, “UN Armed Forces and the Military Staff Committee: a Look Back”, in *International Security*, vol. 17, n.º 4, 1993, p. 181.

organização, mas por uma coligação liderada pelos Estados Unidos, no quadro de uma autorização concedida pelo Conselho de Segurança²⁶ –, tudo voltou essencialmente ao mesmo.

A paralisia do Conselho de Segurança originou um, porventura inesperado, efeito colateral, desencadeando o regresso ao debate em torno do tema da legitimidade da guerra. É que, tradicionalmente colocada, como antes se referiu, no contexto da justificação moral, ética e religiosa de um acto legal, a questão passou a centrar-se na aceitabilidade do recurso à força num quadro de presuntiva ilegalidade, por ausência de permissão do Conselho de Segurança, resultante do sistemático recurso ao veto.

No contexto dessa discussão, dois acontecimentos centrais merecem destaque: em 1999, a intervenção da NATO no Kosovo, assente no argumento da “intervenção humanitária”, tida como indispensável para proteger as populações civis contra a violência sobre elas exercida pelos sérvios²⁷; em 2003, a invasão do Iraque por parte dos EUA e de alguns aliados, fundada num conceito de guerra preemptiva, travada pela necessidade de eliminar o risco que representavam as armas de destruição maciça (supostamente detidas) pelo regime de Saddam Hussein²⁸.

2.3. O *jus in bello*

Como antes se deixou referido, o âmbito do *jus in bello* prende-se com a delimitação das condições de desenvolvimento da guerra. E isso quer dizer que nele se englobam duas dimensões distintas, conquanto profundamente interligadas: por um lado, a definição dos meios a que se pode recorrer para a travar (e, conseqüentemente, as práticas tidas como não justificadas e, portanto, interditas); por outro lado, a estipulação dos direitos e deveres de quem nela directamente intervém, mas também daqueles que, não participando nas hostilidades, sejam por elas afectados. Trata-se, em suma, como se sintetiza na Declaração de

²⁶ Resolução n.º 678, de 29 de Novembro de 1990.

²⁷ Sobre o tema pode ver-se, entre nós, José Alberto de Azeredo Lopes, *Entre Solidão e Intervencionismo – Direito de Autodeterminação dos Povos e Reacções de Estados Terceiros*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, p. 955 e ss., e Maria de Assunção do Vale Pereira, *A Intervenção Humanitária no Direito Internacional Contemporâneo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, p. 744 e ss.

²⁸ Entre muitos outros, pode ver-se L. R. Lee, *US Hegemony and International Legitimacy: Norms, Power and Followership in the Iraq Wars*, Abingdon, Rutledge, 2010; Richard B. Muller, “Justification of the Iraq War Examined”, *Ethics and International Affairs*, vol. 22, n.º 1 (2008), pp. 43-67; e William Taft IV and F. Buchwald Todd, “Pre-emption, Iraq and International Law”, *American Journal of International Law*, vol. 97, n.º 3 (2003), pp. 557-573.

São Petersburgo de 29 de Novembro de 1868, de “conciliar as necessidades da guerra com as leis da Humanidade”²⁹.

Preocupação constante, também, tanto em textos religiosos quanto em contributos doutrinários, a questão só veio a ganhar dimensão jurídica formal em 1864, com a adopção da Convenção de Genebra destinada à melhoria de condições dos feridos em combate. E, como tantas vezes sucede, na sua base encontra-se o voluntarismo de um homem – Jean-Henri Dunant.

Profundamente marcado pelo que testemunhara no rescaldo da Batalha de Solferino de 24 de Junho de 1859, Dunant apontou, no seu livro “Lembrança de Solferino”³⁰, a necessidade de criar, em todos os países, sociedades que pudessem prestar auxílio aos feridos de guerra, lançando as bases para a criação, em 1863, do Comité Internacional da Cruz Vermelha, cujas propostas levaram a Suíça a propor a realização da conferência diplomática³¹ que deu origem àquela Convenção³² – surgia, assim, o ramo do direito internacional público hoje conhecido como direito internacional humanitário e cuja materialidade assume também a natureza de *jus cogens*³³.

Na concretização desse direito, é usual fazer alusão a três contributos complementares: o “direito da Haia”, o “direito de Genebra” e o “direito de Nova Iorque”.

O “direito da Haia” reflecte o conjunto dos compromissos assumidos nas duas conferências realizadas naquela cidade, a primeira em 1899 e a segunda em 1907.

Convocada por sugestão do Czar Nicolau II, a conferência de 1899 tinha como objecto principal o estabelecimento de compromissos alargados em matéria de desarmamento. Contudo, a sua realização acabou por ficar marcada por um sucesso assinalável na matéria das “leis da guerra”, traduzido na aprovação de um acervo significativo de instrumentos, entre os quais merecem destaque:

- A Convenção sobre a Resolução Pacífica de Conflitos Internacionais;
- A Convenção sobre as Leis e Usos da Guerra Terrestre;

²⁹ Primeiro documento a vedar a utilização, em combate, de certos métodos causadores de especial sofrimento (especificamente, projectos explosivos ou contendo cargas inflamáveis, de peso inferior a 400 gramas).

³⁰ Texto disponível em <https://www.icrc.org/pt/publication/lembranca-de-solferino>.

³¹ Portugal foi um dos doze países participantes nessa Conferência.

³² Sobre o tema, pode ver-se, extensamente, François Bugnion, *Le Comité International de la Croix-Rouge et la Protection des Victimes de la Guerre*, Genebra, CICR, 1994, p. 11 e ss.

³³ Sobre o tema, pode ver-se Jalil Kasto, “*Jus Cogens and Humanitarian Law*”, *International Law Series*, Kingston, 1994.

- A Convenção para a Aplicação à Guerra Marítima dos Princípios da Convenção de Genebra de 22 de Agosto de 1864³⁴.

O aprofundamento do trabalho assim iniciado veio a ocorrer pouco tempo depois quando, por proposta do Presidente Theodore Roosevelt, nova conferência se realizou, na mesma cidade, em 1907. Dos 14 documentos então concluídos³⁵, três aprofundaram e modernizaram as Convenções de 1899:

- (I) A Convenção sobre a Resolução Pacífica dos Conflitos Internacionais³⁶;
- (IV) A Convenção sobre as Leis e Costumes da Guerra Terrestre;
- (X) A Convenção para a Adaptação à Guerra Marítima dos Princípios da Convenção de Genebra.

Por seu lado, os restantes instrumentos alargaram, de forma muito significativa, o âmbito do *jus in bello*, como facilmente se depreende da sua mera elencação:

- (II) A Convenção relativa à Limitação do Emprego da Força para Cobrança de Dívidas Derivadas de Contratos³⁷;
- (III) A Convenção Relativa à Abertura das Hostilidades;
- (V) A Convenção Relativa aos Direitos e Deveres das Potências e das Pessoas Neutras, no Caso de Guerra Terrestre;
- (VI) A Convenção Relativa ao Regime dos Navios Mercantes Inimigos no Início das Hostilidades;
- (VII) A Convenção Relativa à Transformação dos Navios Mercantes em Navios de Guerra;
- (VIII) A Convenção Relativa à Colocação de Minas Submarinas Automáticas de Contacto;

³⁴ Portugal, que participou também na Conferência, ratificou as Convenções em 4 de Setembro de 1900. Sobre o assunto pode ver-se, entre nós, Conde de Penha Garcia, *As Convenções de Haya*, Lisboa, 1901.

³⁵ Todos os instrumentos entraram em vigor, excepção feita à Convenção XII, apenas ratificada pela Nicarágua. Portugal participou na Conferência e ratificou todos os instrumentos, salvo a Convenção (VIII) – textos publicados no *Diário do Governo*, n.º 49, de 2 de Março de 1911.

³⁶ Que regula ainda hoje, nos seus aspectos basilares, a actividade do Tribunal Permanente de Arbitragem.

³⁷ Em rigor, esta Convenção releva, não do domínio do *jus in bello* mas, antes, do plano do *jus ad bellum*, uma vez que, nos termos do seu artigo I, as partes contratantes “acordam em não recorrer à força armada para a cobrança de dívidas contratuais reclamadas pelo governo de um Estado ao governo de outro Estado como sendo devidas a nacionais seus”, regra que só não será “aplicável quando o Estado demandado recusar ou não responder a uma oferta de arbitragem ou, após a ela aceder, impedir a conclusão de um compromisso ou se, após a arbitragem, não cumprir esse compromisso”.

- (IX) A Convenção Relativa ao Bombardeamento por Forças Navais em Tempo de Guerra;
- (XI) A Convenção Relativa a Certas Restrições ao Exercício do Direito de Captura na Guerra Marítima;
- (XII) A Convenção Relativa à Instituição de um Tribunal Internacional de Presas;
- (XIII) A Convenção Relativa aos Direitos e Deveres das Potências Neutras no Caso de Guerra Marítima;
- (XIV) A Declaração Relativa à Interdição de Lançar, por meio de Balões, Projécteis e Explosivos.

Os termos em que a II Guerra Mundial foi travada obrigaram a aprofundar e ampliar o âmbito do direito internacional humanitário. E foi esse o desiderato que esteve na base da Conferência diplomática realizada em Genebra, que conduziu, em 12 de Agosto de 1949, à conclusão de quatro Convenções³⁸:

- (I) A Convenção para Melhorar a Situação dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha (que representa a evolução de anteriores Convenções sobre o mesmo tema, nascidas também em Genebra e datadas de 1864, de 1906 e de 1929);
- (II) A Convenção para Melhorar a Situação dos Feridos, Doentes e Náufragos da Guerra Marítima (que substitui a X Convenção da Haia de 1907);
- (III) A Convenção Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra (que toma o lugar de convenção sobre idêntica matéria que havia sido celebrada, igualmente em Genebra, em 1929);
- (IV) A Convenção Relativa à Protecção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra.

Da designação de todas elas, duas relevantes inferências podem, de imediato, ser retiradas: desde logo, que o único domínio em que verdadeiramente se operou um tratamento inovatório foi o da IV Convenção, uma vez que o tema não constava de qualquer tratado anteriormente elaborado e o sucedido no decurso do conflito 1939-1945 demonstrou, à saciedade, a indispensabilidade

³⁸ A versão oficial portuguesa dessas Convenções encontra-se em anexo ao Decreto-Lei n.º 42291, de 26 de Maio de 1960.

dessa regulação; depois, o facto de as Convenções não incidirem sobre a questão dos meios da guerra, matéria cuja regulamentação continua a pautar-se, em larguíssima medida, pelas Convenções de 1907.

O “direito de Genebra” veio a alargar-se, em 8 de Junho de 1977, com a celebração de mais dois instrumentos³⁹:

- O Protocolo Adicional I, Relativo à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais;
- O Protocolo Adicional II Relativo, à Protecção das Vítimas de Conflitos Armados Não Internacionais⁴⁰.

O contributo destes protocolos faz-se notar em duas dimensões essenciais: no caso do primeiro, no aprofundamento dos direitos das vítimas e no alargamento da aplicabilidade aos conflitos em que esteja em causa a luta contra a dominação colonial, a ocupação estrangeira e o combate aos regimes racistas, no quadro do exercício do direito à autodeterminação; no caso do segundo, a regulação de conflitos que, não correspondendo ao conceito legal de guerra, apresentam características materiais similares e se tornaram, de resto, muito mais frequentes do que esta.

Por fim, o “direito de Nova Iorque” abrange um conjunto de convenções internacionais de natureza mais dispersa, cuja adopção decorreu do labor das Nações Unidas⁴¹. É que, como seria expectável, a responsabilidade primeira cometida à organização no plano da manutenção da paz e da segurança internacionais, tem sido motivadora de uma intervenção alargada sobre os temas relacionados com as “leis da guerra”, fundamentalmente por parte da Assembleia Geral. E, na impossibilidade de aqui os referir de forma exaustiva, damos nota, apenas, de alguns dos mais significativos contributos:

- Em 1948, a Convenção sobre a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio⁴²;

³⁹ Em 8 de Dezembro de 2005 foi celebrado um terceiro Protocolo Adicional, Relativo à Adopção de um Emblema Distintivo Adicional, denominado emblema do terceiro protocolo ou Cristal Vermelho (o texto português pode encontrar-se no *Diário da República*, Série I, n.º 33, de 17 de Fevereiro de 2014).

⁴⁰ O texto oficial em língua portuguesa de ambos os Protocolos foi publicado no *Diário da República*, Série I-A, n.º 77 de 1 de Abril de 1992.

⁴¹ Mas também de outros documentos de natureza não pactícia como, *v. g.*, a Resolução n.º 3314 (XXIX), de 3 de Dezembro de 1972, que define o conceito de agressão.

⁴² Texto em língua portuguesa no *Diário da República*, Série I-A, n.º 160, de 14 de Julho de 1998.

- Em 1968, a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade;
- Em 1977, a Convenção Sobre a Proibição do Uso de Técnicas de Manipulação do Clima Através de Tecnologias para Fins Bélicos e com Objectivos Militares ou com Qualquer Outro Uso Hostil;
- Em 1980, a Convenção Sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais que Podem Ser Consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Ferindo Indiscriminadamente (e seus cinco Protocolos Adicionais)⁴³;
- Em 1992, a Convenção Sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sua Destruição⁴⁴;
- Em 2000, o Protocolo Facultativo à Convenção Sobre os Direitos da Criança, Relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados;
- Em 2017, o Tratado Sobre Proibição de Armas Nucleares.

2.4. *A justiça penal internacional*⁴⁵

O carácter (quase) exclusivamente interestadual que a ordem jurídica internacional tradicionalmente apresentou, envolvia uma necessária consequência: a recusa liminar do reconhecimento da personalidade jurídica do indivíduo. Destarte, ao negar qualquer possibilidade de relação directa entre as normas jusinternacionais e as pessoas singulares, impedida ficava, *ex natura*, qualquer possibilidade de sanção destes.

Ou seja, também neste domínio foi necessário que se registassem significativas alterações nas concepções tradicionais (incluindo na questão central da articulação entre a obrigatoriedade do direito internacional e a soberania estadual), para que se pudesse imputar aos indivíduos a responsabilidade pessoal pela comissão de crimes de guerra.

A primeira tentativa nesse sentido gorou-se – falamos da decisão de instituir um tribunal *ad hoc* para julgar o Imperador Guilherme II, acusado de “ofensa

⁴³ Texto em língua portuguesa no *Diário da República*, Série I-A, n.º 10, de 13 de Janeiro de 1997.

⁴⁴ Texto em língua portuguesa no *Diário da República*, Série I-A, n.º 169, 1.º Suplemento, de 23 de Julho de 1996.

⁴⁵ Sobre a questão ver, desenvolvidamente, José de Matos Correia, “Alguns apontamentos sobre a evolução da justiça penal internacional” in *Tribunais Penais Internacionais – Colectânea de Textos*, Lisboa, Universidade Lusfada Editora, 2004, pp. 7-54.

suprema contra a moral internacional e contra a autoridade sagrada dos tratados”⁴⁶, nunca concretizada por força da recusa da Holanda (onde se encontrava exilado) em extraditá-lo. Mas já o termo II Guerra Mundial conduziu à concretização parcial dessa aspiração, por via da criação do Tribunal de Nuremberga (1945) e do Tribunal de Tóquio (1946) que julgaram, respectivamente, os responsáveis nazis e os responsáveis japoneses, pela prática de crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade⁴⁷.

A Guerra Fria e as concepções profundamente distintas que opunham os EUA e a URSS, também neste domínio, impediu, porém, quaisquer evoluções adicionais, pelo que só o seu termo veio permitir retomar este processo.

Em momento inicial, tal retoma manteve o modelo dos tribunais *ad hoc*, neste caso decorrentes de intervenções do Conselho de Segurança, na sequência de alguns conflitos marcantes ocorridos na década de noventa do século passado – Jugoslávia⁴⁸, Ruanda⁴⁹ e Serra Leoa⁵⁰.

Sucede que, embora representando uma evolução no sentido correcto, tal opção de intervenção casuística é passível de várias – e fundadas críticas –, desde o risco de politização (a justiça dos vencedores sobre os vencidos) até à existência de dualidade de critérios (porque os tribunais não foram instituídos em muitos outros conflitos, como, *v. g.*, no Camboja ou em Timor-Leste). Ou seja, permanecia indispensável a criação de uma jurisdição de carácter permanente. E, de forma até algo surpreendente, a concretização desse desiderato não tardou muito, conduzindo à adopção, em 1998, do Estatuto de Roma que instituiu o Tribunal Penal Internacional⁵¹.

No plano da competência *ratione materiae*, o Tribunal intervém, sobretudo, quando em causa estejam violações das regras de *jus in bello* – o crime de genocídio (artigo 6.º), os crimes contra a humanidade (artigo 7.º) e os crimes de guerra (artigo 8.º). Ainda assim, se bem que de forma mais restrita, é-lhe também aberta a possibilidade de agir quando em causa esteja a violação do *jus*

⁴⁶ Artigo 227.º do Tratado de Versalhes.

⁴⁷ Ver o n.º 2 do artigo 6.º da Carta do Tribunal Militar Internacional e o n.º 2 do artigo 5.º da Carta do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente.

⁴⁸ Resolução n.º 808 (1993).

⁴⁹ Resolução n.º 955 (1994).

⁵⁰ Resolução n.º 1315 (2000).

⁵¹ Tradução oficial portuguesa publicada no *Diário da República*, Série I-A, n.º 15, de 18 de Janeiro de 2002 (com as alterações entretanto publicadas no *Diário da República*, Série I, n.º 36, de 20 de Fevereiro de 2017).

ad bellum, por via do desencadeamento de uma guerra de agressão (artigos 8.º-A, 15.º-A e 15.º-B).

Merecedora de nota é a circunstância de a competência do Tribunal ser de índole complementar. Quer isto dizer que a sua instituição não modificou, no essencial, a orientação – a que adiante se aludirá – de acordo com a qual é aos Estados que cabe perseguir e punir os responsáveis por violações do direito internacional humanitário. Assim sendo, a responsabilidade pelo julgamento dos crimes daí decorrentes permanece, a título principal, nos tribunais dos Estados parte, só podendo o Tribunal intervir quando estes não demonstrem vontade para intervir ou não tenham capacidade para o fazer (artigo 17.º).

2.5. *A questão da neutralidade*

Enquadrando-se no âmbito do *jus in bello* (e regida pelas suas regras), a questão da neutralidade, pela relevância, tanto política quanto jurídica, que assume, é merecedora de um tratamento autonomizado. Com efeito, se a ocorrência de uma guerra se reflecte, antes do mais, nas relações entre os beligerantes, ela não deixa de necessariamente se repercutir na situação jurídica daqueles que nela não querem ter intervenção, seja de que tipo for.

Embora possa assumir duas formas distintas – a permanente⁵² e a ocasional⁵³ –, o conteúdo jurídico da neutralidade é sempre o mesmo, até porque os seus contornos se encontram estabelecidos, desde 1907, na já referida Convenção Relativa aos Direitos e Deveres das Potências e das Pessoas Neutras no Caso de Guerra Terrestre. E ela envolve, necessariamente, direitos e deveres. No primeiro caso, trata-se, antes do mais, de assegurar que os Estados neutrais não podem ver posta em causa a inviolabilidade do seu território. No que toca aos segundos, destacam-se a obrigação de não participar na guerra, de garantir a igualdade de tratamento dos beligerantes ou de não colocar o seu território à disposição das partes no conflito.

Ou seja: a neutralidade não implica, apenas, para os Estados que a pratiquem, uma não intervenção directa no conflito, vedando também um alinhamento, independentemente da forma ou natureza que assuma, com qualquer dos beligerantes.

⁵² Isto é, aquela que envolve um previamente assumido compromisso de não tomar parte em qualquer conflito internacional. Exemplos desse estatuto são, entre muitos outros, a Áustria (por força do artigo 9.º-A da Constituição), a Finlândia (nos termos do acordo bilateral com a URSS de 1948), o Japão (de acordo com o artigo 9.º da Constituição), a Suécia (por via de uma declaração unilateral em 1814) ou a Suíça (através do Tratado de Paris de 1815).

⁵³ Traduzida numa decisão política discricionária, adoptada caso a caso e produzindo efeitos, apenas, no âmbito de um concreto conflito, como sucedeu com Portugal na II Guerra Mundial ou com a Espanha no conflito de 1914-1918.

gerantes. E, para os que travam a guerra, impõe o respeito estrito por esse não alinhamento, sempre e quando ele seja, em concreto, respeitado.

A instituição das Nações Unidas induziu, no entanto, a necessidade de levar a cabo uma leitura mais flexível dos contornos que a neutralidade envolve. E isso porque a Carta integra um conjunto de dispositivos com consequências directas neste plano, (incluindo quando em causa esteja o *peace enforcement*), dos quais decorre a insusceptibilidade de os Estados neutrais manterem a equidistância entre ela e os Estados visados pelas suas decisões sancionatórias. Disso exemplo são:

- O n.º 5 do artigo 2.º, ao impor que todos os membros lhe prestem a assistência que lhes venha a ser requerida e se abstenham, em simultâneo, de dar qualquer auxílio aos Estados contra os quais actue de modo preventivo ou coercivo;
- O artigo 4.º, que estabelece, como critério de admissão, a aptidão e a disponibilidade para cumprir todas as obrigações ínsitas na Carta;
- O n.º 1 do artigo 24.º, que determina que todos os membros se comprometem a providenciar ao Conselho de Segurança, quando por este solicitados, os meios necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais;
- O artigo 48.º, que estipula que as acções determinadas pelo Conselho de Segurança serão levadas a cabo por todos os membros, ou por alguns deles, consoante a opção por aquela assumida.

Em ordem a dar acolhimento a este novo estado de coisas, modulou-se um novo conceito – a neutralidade activa⁵⁴ –, que, mantendo os pressupostos fundamentais em que assenta, pretende flexibilizar os termos da sua interpretação operativa, em ordem a não prejudicar a necessidade de dar cumprimento integral às obrigações imperativas que a pertença à ONU envolve⁵⁵. Algo que, somado com a proibição da guerra de agressão que a Carta determina, nos deve levar a interrogar-nos, de resto, sobre se não estará em curso, antes, um progressivo esvaziamento do próprio conceito.

⁵⁴ Sobre a questão, pode ver-se Antonio Papisco, “Active Neutrality with the New International Law. Reflections from a Politics of Law Perspective”, in *Peace, Human Rights, Governance*, vol. 1, n.º 3, 2017, pp. 395-404.

⁵⁵ O receio de que a participação na ONU pudesse por em causa essa neutralidade, fez com que só em 2002, após um referendo popular – de resultado, aliás, bastante renhido – a Suíça tenha aderido. E que, nessa data, o Conselho Federal tenha sentido necessidade de emitir uma declaração renovando o seu estatuto de neutralidade perpétua.

2.6. *A guerra e os tratados internacionais*

A guerra constitui, como é óbvio, uma alteração fundamental das circunstâncias de que se encontra dependente o normal desenvolvimento das relações internacionais. Nessa medida, ela gera uma situação de instabilidade, de maior ou menor amplitude, que não pode deixar de apresentar consequências directas, de resto de natureza diversificada, sobre as condições de vigência dos tratados.

No que diz respeito aos tratados que regem o direito internacional humanitário, a eclosão de um conflito tem, evidentemente, consequências favoráveis no que toca às condições da sua execução. É que, concluídos para normativizar os termos e condições em que a guerra deve ser travada, só nessas circunstâncias tais instrumentos podem plenamente produzir os efeitos a que se destinam.

No que toca a todas as restantes convenções internacionais, não custa admitir que, a existirem, as consequências sobre a sua aplicabilidade só poderão, em tese, configurar-se como negativas, embora não seja indiferente a natureza, bilateral ou multilateral que apresentem ou o tipo de relações afectadas – entre Estados beligerantes ou entre estes e os Estados não-beligerantes.

Classicamente, admitiam-se soluções diversas para a questão: i) a caducidade dos tratados celebrados entre beligerantes; ii) A suspensão da vigência de tratados implicando a existência de relações pacíficas entre os Estados (aliança, comércio, navegação); iii) A permanência daqueles (ou das suas cláusulas) que não se demonstrassem incompatíveis com o estado de guerra, ao menos na dimensão relativa às relações com terceiros Estados⁵⁶.

A matéria do direito dos tratados é regida, hoje em dia, pela Convenção de Viena de 1969. Sucede que esta não aborda, em termos estruturados, o tema dos efeitos da guerra, limitando-se a três referências parcelares:

- No artigo 52.º, em lógica decorrência do princípio da proibição do recurso à força e em linha com o sentido apontado desde a já referida Doutrina de Stimson, fulmina com nulidade (de natureza absoluta), qualquer tratado cuja conclusão tenha sido obtida pela ameaça ou pelo recurso a ela;
- No artigo 73.º, determina que as suas disposições não prejudicam nenhuma questão que possa surgir, a propósito de um tratado, pela abertura de hostilidade entre tratados;

⁵⁶ Armando Marques Guedes, *Direito Internacional Público*, Lisboa, 1936, tomo II, pp. 340-341.

- No artigo 75.º, estipula que as suas disposições não afectam as obrigações que possam resultar em virtude de um tratado, para um Estado agressor, das medidas tomadas de acordo com a Carta da ONU, a respeito dessa agressão⁵⁷.

Pela sua relevância, o assunto foi longamente trabalhado pela Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas que, em 2011, aprovou um “Projecto de articulado sobre os efeitos dos conflitos armados em matéria de tratados”⁵⁸. E aí destaca-se, como orientação fundamental, a ideia de que a eclosão de um conflito armado não envolve, *ipso facto*, a cessação de vigência ou, sequer, a suspensão da vigência de um tratado, seja entre as partes beligerantes, seja na relação de qualquer delas com um Estado terceiro (artigo 3.º).

Assim, para avaliar se um tratado é susceptível de cessação de vigência, de recesso ou de suspensão (artigo 6.º), terá de proceder-se à avaliação: i) da sua natureza (em particular da matéria de que se ocupa, do seu objecto, dos seus fins e do número de partes que o integram); ii) das características de cada concreto conflito (nomeadamente a sua extensão territorial, a sua escala e intensidade e a sua duração).

Caso as condições necessárias estejam preenchidas, um Estado que pretenda fazer cessar a vigência do tratado, operar o seu recesso ou suspender a sua aplicação, deverá notificar dessa intenção os demais signatários, cabendo-lhe fazer prova, nos termos gerais, do fundamento da sua pretensão. Os demais contratantes podem, naturalmente, opor-se, pelo que, ocorrendo um litígio por força dessa objecção, os Estados comprometem-se a solucioná-lo por recurso a qualquer dos meios de resolução pacífica previstos no artigo 33.º da Carta da ONU (artigo 9.º).

O projecto elenca ainda, em função dos temas a que respeitam, os tratados cuja vigência não é automaticamente afectada pela ocorrência de um conflito armado:

- Tratados sobre conflitos armados, incluindo sobre direito internacional humanitário;

⁵⁷ André Gonçalves Pereira e Fausto de Quadros vêem neste normativo, a nosso ver sem fundamento, uma afirmação da irrelevância da abertura das hostilidades sobre as relações contratuais (*Manual de Direito Internacional Público*, Coimbra, Almedina, 3.ª ed., 2001, p. 252).

⁵⁸ Sobre o tema, pode ver-se Lucius Caflisch, “*Articles on the Effects of Armed Conflicts on Treaties*” (disponível em: <http://legal.un.org/avl/ha/aeact/aeact.html>).

- Tratados que declarem, estabeleçam ou regulem um regime ou estatuto permanente, ou direitos permanentes com ele relacionados, incluindo tratados que estabeleçam ou modifiquem fronteiras terrestres ou marítimas;
- Tratados multilaterais sobre a produção de normas de direito internacional;
- Tratados sobre justiça penal internacional;
- Tratados de amizade, de comércio e de navegação e acordos relativos a direitos privados;
- Tratados sobre a protecção internacional de direitos humanos;
- Tratados relativos à protecção internacional do ambiente;
- Tratados relativos a cursos de água internacionais e instalações e facilidades com eles relacionados;
- Tratados relativos a aquíferos e instalações e facilidades com eles relacionados;
- Tratados que constituam actos institutivos de organizações internacionais;
- Tratados relativos à resolução internacional de conflitos por meios pacíficos, incluindo por recurso à conciliação, à mediação, à arbitragem e aos meios judiciais;
- Tratados atinentes às relações diplomáticas e consulares.

É certo que o projecto em causa se situa no domínio do *jure constituendo*, uma vez que não deu origem, pelo menos até ao momento, a uma convenção internacional, de que deverá, em princípio, constituir a base essencial. Não deixará de se notar, contudo, que na sua resolução n.º 72/121, de 7 de Dezembro de 2017, a Assembleia Geral das Nações Unidas sublinhou o valor do documento enquanto contributo orientador da actuação dos Estados, convidando-os a utilizá-lo como referência, sempre que apropriado.

3. A guerra no direito interno

3.1. A guerra e o princípio de separação de poderes

A declaração de guerra e a sua condução constituiu, tradicionalmente, uma prerrogativa exclusiva do monarca, circunstância que o absolutismo real adensou, não só por força da própria concepção política em que assentava, mas igualmente

por ser nessa época que se assistiu à criação de exércitos nacionais permanentes, obviando a que, como ocorreu no período medieval, aquele ficasse dependente das contribuições que, para esse fim, lhe fossem aportadas pelos senhores feudais.

Afastada ficava assim, ao menos como regra geral, a hipótese de as Cortes exercerem qualquer poder de controlo material das decisões do soberano em tal matéria. Nessa medida, restava-lhes uma só possibilidade de intervenção, a qual gerou, de resto, alguns conflitos significativos: a autorização (ou a recusa) dos fundos necessários para financiar o esforço de guerra. Foi o que sucedeu, *v. g.*, na Inglaterra, quando Carlos I se viu na contingência de convocar o Parlamento (que anteriormente havia dissolvido), em 1628, em ordem a obter os meios necessários para sustentar a participação no conflito com a França e a Espanha e que esteve na base da imposição, por este, da aceitação da *Bill of Rights*.

A concepção liberal e democrática que marca a fundação do Estado Constitucional e a construção deste em torno do princípio da separação de poderes, alterou drasticamente esta realidade, ao menos no plano jurídico-formal. Substituído o princípio da legitimidade monárquica pelo princípio da soberania popular (ou da soberania nacional), a tendência inicial foi a de conceder ao órgão que representa o titular do poder político o poder de declarar a guerra, como as primeiras leis fundamentais evidenciaram.

Assim, a secção VIII do artigo I da Constituição norte-americana aloca ao Congresso a competência para declarar a guerra, criar exércitos e suportá-los financeiramente. E o artigo II do Capítulo III da Constituição francesa de 1791 determina que a guerra só pode ser decidida por decreto do Corpo Legislativo, adoptado sob proposta do Rei e sancionado por ele. Mas nem sempre essa mudança de paradigma se operou, como o demonstra, por exemplo, o teor da nossa primeira Constituição (1822), que manteve no Rei o poder de declarar a guerra e de fazer a paz, encontrando-se aquele obrigado, apenas, a dar conta às Cortes dos motivos da sua decisão (ponto XIII do artigo 123.º).

Actualmente, no âmbito dos regimes democráticos, as modalidades concretas do procedimento declaratório são variadas, mas permanece frequente, na prática, a ocorrência de situações de tensão dinâmica entre o parlamento e o executivo, que tendem naturalmente a favorecer quem conduz a governação, e que, no limite, podem até representar uma espécie de nominalização de quanto se encontra constitucionalmente estabelecido.

O exemplo mais relevante é, sem dúvida, o dos Estados Unidos, pois se é certo, como se disse já, que cabe ao Congresso declarar a guerra, não é menos

verdade que o Presidente é, constitucionalmente, o comandante das Forças Armadas (artigo II da Secção II) e conduz efectivamente as operações militares ou, pelo menos, é dele a última palavra em situações de conflito militar. Ou seja, tendo em vista uma repartição de poderes não muito clara nesta matéria, o Presidente assumiu um protagonismo crescente, interpretando-se a prerrogativa presidencial como autorização para defender os americanos de qualquer ameaça bélica, quer no território americano, quer no estrangeiro.

Como consequência disso, foram múltiplas as situações em que o Presidente praticou, sem qualquer intervenção do Congresso, verdadeiros actos de guerra, como o envio de tropas para a Coreia em 1950, os bombardeamentos do Vietnam em 1972 e da Líbia em 1976 ou os desembarques em Granada em 1983 e no Panamá em 1989. Além disso, em tempo de guerra o Presidente beneficia inclusive de um acréscimo de poderes excepcionais, que lhe permitem actuar em condições de emergência, requisitando bens e serviços⁵⁹.

Tal prática, naturalmente contestada em Capitol Hill, levou o Congresso a ensaiar um reforço da sua capacidade de intervenção, mediante a aprovação, em 1973, do *War Powers Act*, que, entre outras disposições, limita a sessenta dias a participação das tropas do país em território estrangeiro, quando em acção militar, sem autorização parlamentar⁶⁰.

Por seu lado, no Reino Unido, a declaração de guerra continua a fazer parte da *royal prerogative*, inexistindo dispositivos que confiram ao Parlamento qualquer possibilidade de intervenção nesse processo⁶¹. E isso significa que o exercício de tais competências cabe, materialmente, ao Primeiro-Ministro, uma vez que a decisão formal do monarca se limita a dar acolhimento às opções políticas por aquele livremente assumidas.

Recentemente, porém, foram lançadas as bases de uma *constitutional convention*, de acordo com a qual o Governo deve permitir ao Parlamento (através da Câmara dos Comuns) pronunciar-se sobre a utilização externa das forças armadas. Trata-se de orientação que se iniciou em 2003, a propósito da intervenção

⁵⁹ Seguimos aqui quanto se escreve em José de Matos Correia e Ricardo Leite Pinto, *Lições de Ciência Política e Direito Constitucional – Eleições, Referendo, Partidos Políticos e Sistemas Constitucionais Comparados*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2018, pp. 250-251.

⁶⁰ Sobre o tema, ver Curtis A. Bradley e Jean Galbraith, “Presidential powers as an interactive dynamic: international law, domestic law and practice-based legal change”, *New York University Law Review*, vol. 91, n.º 4, 2016, pp. 689-761.

⁶¹ Vale a pena notar, aliás, que em 2010, aquando da discussão e votação do *Constitutional Reform and Governance Act*, o projecto de lei que lhe deu origem previa, inicialmente, essa intervenção autorizatória, que veio a ser retirada no decurso do procedimento legislativo.

no Iraque e conduziu, em 2013, a uma decisão negativa quanto a uma eventual participação nas acções militares em curso na Síria⁶².

Uma nota, ainda, sobre os termos em que a questão se coloca entre nós, visto que a Constituição optou por uma opção institucionalmente complexa, decorrente da natureza dual do poder executivo que caracteriza o sistema de governo semipresidencialista. Nesses termos, a declaração de guerra (e a feitura da paz) cabe ao Presidente da República (após audição do Conselho de Estado), sob proposta do Governo e obtida a indispensável autorização da Assembleia da República (alínea c) do artigo 135.º da Constituição)⁶³.

Em bom rigor, aliás, aquela dualidade só se faz verdadeiramente sentir, no que diz respeito à defesa nacional, na vigência do estado de guerra, isto é, entre a declaração de guerra e a feitura da paz. Com efeito, no tempo de paz, se o Presidente da República se assume como Comandante Supremo das Forças Armadas (alínea a) do artigo 134.º da Constituição), é ao Governo que compete a condução da política geral do país (artigo 182.º da Constituição), donde decorre que é o Primeiro-Ministro que dirige a política de defesa nacional e das Forças Armadas (n.º 1 do artigo 13.º da Lei de Defesa Nacional⁶⁴).

Já a declaração da guerra altera significativamente este equilíbrio, favorecendo a posição do Presidente da República, uma vez que, aí, a direcção superior compete-lhe em conjunto com o Governo, ainda que dentro dos respectivos limites constitucionais (alínea c) do n.º 2 do artigo 9.º e n.º 1 do artigo 42.º da Lei de Defesa Nacional). E é perante ambos que responde o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, no que concerne à preparação e condução das operações militares (n.º 1 do artigo 44.º da Lei de Defesa Nacional)⁶⁵.

Olhando para o quadro geral das construções constitucionais nesta matéria, forçoso é reconhecer a existência de um fosso profundo entre as opções que aí

⁶² James Strong, “The war powers of the British Parliament: what has been established and what remains unclear?”, *The British Journal of International Relations*, vol. 20, n.º 1, 2018, pp. 19-34.

⁶³ A sequência procedimental é a seguinte: i) proposta do Governo ao Presidente da República; ii) audição, pelo Presidente da República, do Conselho de Estado; iii) solicitação de autorização, pelo Presidente da República, à Assembleia da República; iv) concessão de autorização pela Assembleia da República; v) declaração pelo Presidente da República.

⁶⁴ Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de Agosto.

⁶⁵ Para maiores desenvolvimentos, ver António Araújo, “Competências constitucionais relativas à Defesa Nacional: as suas implicações no sistema de governo”, in Jorge Miranda e Carlos Blanco de Moraes (coordenação), *O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas*, Lisboa, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2000, p. 188 e ss., e Jorge Bacelar Gouveia, “Estado de guerra”, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, 2.º suplemento, Lisboa, 2001, p. 301 e ss.

se contêm e aquilo que é a prática política que a realidade internacional contemporânea tem vindo a favorecer.

Desde logo, porque o acto de declaração caiu em desuso após a II Guerra Mundial, até porque a opção pela sua formalização dificilmente se articula com a proibição da guerra constante da Carta das Nações Unidas (excepção feita, naturalmente, à legítima defesa). E isso cria condições acrescidas para que o poder executivo, se for essa a sua intenção, eluda o cumprimento das exigências jusfundamentais, frustrando o exercício dos poderes parlamentares⁶⁶.

Por outro lado, como também se disse, as intervenções militares decorrentes de decisões do Conselho de Segurança (ou do cumprimento de mandatos por este conferidos) não se reconduzem, no plano jurídico, ao conceito de guerra, o que permite também ao poder executivo furtar-se ao cumprimento de soluções pensadas em função das situações clássicas (como sucede nos Estados Unidos, em que os Presidentes têm frequentemente justificado a dispensa de consulta ao Congresso com o cumprimento daquelas deliberações).

Mais surpreendentemente ainda, casos há em que as Constituições assumem, expressamente, uma diferença de tratamento normativo entre a guerra e as intervenções militares no exterior, mesmo quando estas decorrem do *peace enforcement* e se configuram, materialmente, como similares àquela.

Um desses exemplos é, precisamente, o português pois se, quando está em causa a declaração de guerra, o poder é de natureza partilhada entre os três órgãos de soberania – o que propõe, o que autoriza e o que toma a decisão final –, quando se trata da presença de contingentes militares no estrangeiro, a lei fundamental portuguesa limita-se a atribuir à Assembleia da República a competência para proceder ao acompanhamento, nos termos da lei, desse envolvimento (alínea i) do artigo 163.º)⁶⁷. E a legislação regulamentadora desse dispositivo (a Lei n.º 46/2003, de 22 de Agosto) impõe ao Governo, apenas, que informe previamente o Parlamento da sua decisão (n.º 1 do artigo 3.º) e que lhe submeta um relatório circunstanciado semestral (n.º 1 do artigo 5.º).

Além disso, a Constituição é totalmente omissa quanto ao papel que há-de competir ao Presidente da República, sendo tal lacuna suprida, ainda que também

⁶⁶ Veja-se, por exemplo, o caso do conflito das Falklands, travado entre a Argentina e o Reino Unido (1982) que, correspondendo inequivocamente ao conceito de guerra, foi travado sem que qualquer dos beligerantes a tivesse formalmente declarado.

⁶⁷ Que, nos termos da alínea c) do artigo 2.º, pode ocorrer no âmbito de missões de restabelecimento da paz ou de gestão de crises (sobre o tema, pode ver-se José de Matos Correia, “Direito das Relações Externas: o “parente pobre” da Constituição de 1976?”, *Polis*, n.º 7/8, 1999, p. 135 e ss).

em termos muito modestos, pela Lei de Defesa Nacional, que lhe reconhece, tão só, o direito de ser previamente informado pelo Governo, através de comunicação fundamentada, sobre o emprego das Forças Armadas em missões que envolvam a colaboração com as forças e os serviços de segurança contra agressões ou ameaças transnacionais (alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º).

3.2. *A punição das violações do direito internacional humanitário*

As Convenções de Genebra de 1949 classificam como delito grave a violação de algumas das obrigações delas constantes – *v. g.*, o homicídio, a tortura ou a imposição de sérias lesões, a tomada de reféns, a deportação ou transferência de populações civis (artigo 50.º da I Convenção, artigo 51.º da II Convenção, artigo 130.º da III Convenção e artigo 147.º da IV Convenção), impondo em simultâneo aos Estados que editem legislação penal adequada à sua punição.

Em acréscimo a isso, acolhem o princípio da jurisdição universal, de acordo com o qual cabe aos Estados julgar e condenar os responsáveis por essas práticas criminosas, independentemente de os factos terem qualquer ligação com ele, seja pelo lugar da sua prática, seja pela nacionalidade do comitente (artigo 49.º da I Convenção, artigo 50.º da II Convenção, artigo 129.º da III Convenção e artigo 146.º da IV Convenção).

Tal opção – ancorada, de resto, no direito internacional costumeiro – decorreu, em larga medida, da constatação da inexistência de instrumentos e de mecanismos adequados a assegurar, no plano internacional, a punição de tais práticas. Posta a questão noutros termos: face à ausência de tribunais internacionais com competência para apreciar a conduta delituosa de sujeitos individuais, não restava outra opção que não a de entregar ao direito internacional a tarefa de “legislar” e ao direito interno a de aplicar essas normas – é o chamado modelo de aplicação indirecta⁶⁸. E, como já notámos, tal orientação fundamental não foi posta em causa com a instituição do Tribunal Penal Internacional, por força da natureza complementar da sua competência.

Não se pode dizer, porém, que tal opção se tenha revelado uma mais-valia. Bem pelo contrário, uma vez que, na generalidade dos casos, a intervenção dos tribunais nacionais deve ser classificada como globalmente insatisfatória, muito em particular quando em causa esteja a responsabilização dos cidadãos dos seus

⁶⁸ Sobre o assunto, pode ver-se Sharon Weill, *The Role of National Courts in Applying International Humanitarian Law*, Oxford, Oxford University Press, 2014.

próprios Estados. Algo que, ainda que não sendo justificável, se pode compreender, uma vez que, na ausência de mecanismos uniformizadores, os critérios interpretativos variavam consideravelmente de ordenamento para ordenamento, o mesmo sucedendo com os condicionalismos à efectiva aplicação da justiça.

No que a Portugal diz respeito, o tema, tradicionalmente equacionado no texto do Código Penal, consta hoje da lei penal relativa às violações do direito internacional humanitário, anexa à Lei n.º 31/2004, de 12 de Julho⁶⁹, de cujo teor duas orientações merecem destaque:

- A reafirmação do princípio da aplicação universal, ao estipular a sua aplicabilidade, também, a factos praticados fora do território nacional, desde que o agente seja encontrado em Portugal e não possa ser extraditado ou seja decidida a sua não entrega ao Tribunal Penal Internacional (n.º 1 do artigo 5.º);
- A punição com uma moldura que, no seu limite superior, atinge a pena máxima que a nossa ordem jurídica admite (25 anos), do crime de genocídio (artigo 8.º), dos crimes contra a humanidade (artigo 9.º) e dos crimes de guerra, neste caso na dupla perspectiva dos que se dirigem contra pessoas determinadas ou contra populações civis (artigo 10.º e artigo 11.º) e dos que respeitem à utilização de meios bélicos proibidos (artigo 12.º) e do crime de agressão (artigo 16.º-A).

⁶⁹ Alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro e pela Lei n.º 11/2019, de 7 de Fevereiro.

NAS ORIGENS DA CONSTITUIÇÃO DE 1976: GIGANTISMO, CONTRADIÇÃO E PAZ SOCIAL

Ricardo Leite Pinto*

1. Introdução

Em entrevista dada por ocasião dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa Maria Lúcia Amaral, na altura Vice-Presidente do Tribunal Constitucional e actual Provedora de Justiça disse: “a natureza prolixa da Constituição foi o preço que pagámos pela paz”. E acrescentou: “É por isso que eu acho que temos de viver com ela sensatamente. Sensatamente significa não ter uma interpretação regulamentar para um texto que tem esta natureza prolixa”¹. É em torno deste tema e das suas refacções que centraremos este texto.

Mas gostaríamos de alargar o âmbito do tema, ao menos do ponto de vista cronológico, falando do momento do nascimento da Constituição em 1975/76, mas também das quatro décadas que se seguiram até hoje – ou seja, consideraremos a paz nas origens da Constituição e a paz na vigência dessa mesma Constituição durante a República actual.

A afirmação de Lúcia Amaral não é pacífica. Haverá quem defenda que a Constituição não é, em rigor, prolixa, pelo menos na perspectiva em que alguns entendem a palavra, ou seja, confusa. Pelo contrário, oferece clareza nos seus princípios fundamentais. E também haverá quem duvide que a paz (social e política) em que vivemos há 42 anos resulte do excesso de palavras da Constituição.

Alguns sustentarão que a paz se deveu menos à Constituição e mais, em 1975/76, aos equilíbrios político-militares conseguidos por Costa Gomes ou Melo Antunes e posteriormente, ao longo dos anos, ao consenso político e social que agregou à esfera do poder três partidos (PSD, PS e CDS) que representam, com poucas flutuações, 85% do eleitorado.

* CEJEA – Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais, Portugal. Universidade Lusíada.

¹ Cf. *Público*, Lisboa, 17/6/2016, p. 15.

Daí que, para voltarmos à expressão de Lúcia Amaral e testarmos a sua validade, importa ver em que medida os seus pressupostos se confirmam.

A nossa Constituição nasceu gigante. Esse gigantismo, não sendo inédito em termos comparados, é todavia minoritário como adiante se concretizará. A Lei Fundamental foi aprovada com 312 artigos em 1976, e é prolixa no sentido em que sendo gigante é palavrosa em excesso. Essas duas circunstâncias introduziram contradições de sentido interpretativo dos seus princípios e do seu projecto global. É verdade que essas contradições foram muito vivas no primeiro período de vigência da Constituição, até à primeira revisão de 1982. Mas não é menos verdade que se mantêm ainda hoje. O gigantismo e a contradição deram origem a verdadeiras refregas judiciais interpretativas. Algumas delas são relativamente recentes, porque ocorreram no período de assistência económica-financeira, entre 2011 e 2014, quando o Tribunal Constitucional foi chamado a pronunciar-se sobre determinadas questões. Aliás, as considerações de Maria Lúcia Amaral têm necessariamente, como pano de fundo, essas decisões do Tribunal Constitucional. Recorde-se que, como juíza do referido pretório, a constitucionalista da Universidade Nova de Lisboa participou na discussão dos acórdãos tendo, em alguns deles, votado vencida.

Mas pese embora o impacto das várias interpretações, umas políticas, outras jurídico-políticas sobre a Constituição, é inegável que existiu paz na sociedade portuguesa desde 1976. E paz em vários sentidos: paz no sentido em que nenhuma força ou sector político-social se sentiu compelida a romper com a Constituição e sempre se manteve fiel ao essencial dos seus princípios (se é verdade que o PCP votou sempre contra as sete revisões constitucionais posteriores, também é verdade que nunca renegou a Constituição); paz no sentido em que existiu estabilidade política-governativa com a prevalência de governos de legislatura e a aprovação dos orçamentos anuais; e, finalmente, paz no sentido em que não surgiram entre nós partidos anti-sistema relevantes, o que é também um sintoma de baixa intensidade política e de paz político-social.

Identificadas as principais questões, vamos ver em primeiro lugar como nasceu e se consolidou o gigantismo constitucional. Em segundo lugar, como esse gigantismo gerou contradições analisando, para esse efeito, três casos. E, a concluir, como é que essas contradições têm sido encaradas e como se garantiu a paz em 1975/76 e se manteve a mesma paz até hoje.

2. Gigantismo

Um exercício puramente aritmético permite constatar o seguinte: a nossa Constituição que nasceu com 312 artigos, como dissemos, tem hoje 296. Não é a mais longa Constituição de um país soberano do Mundo (privilegio que cabe à Constituição da Índia de 1949, que tem 444 artigos). E ainda está longe da do Brasil, com cerca de 350 artigos considerando as disposições finais e transitórias. Mas é certamente uma das maiores do Mundo. É claro que a dimensão de uma Constituição não se calcula apenas pelo número de artigos. Uma Constituição como a norte-americana, mesmo considerando apenas os seus 7 artigos originários, e ignorando os 27 aditamentos, não deixa de ter uma razoável extensão se atentarmos nas numerosas secções e parágrafos que cada artigo compreende. O que releva, pois, é a totalidade dos princípios e regras jurídicas, ou seja, o somatório das normas de diferente natureza e densidade que povoam o texto constitucional. Ou se quisermos analisar por outro ponto de vista, as matérias que substantivamente são tratadas no texto constitucional.

Ora, desta última óptica a nossa Constituição de 1976 é verdadeiramente gigante. Há quem lhe chama mesmo “documento-mamute”². Quase não houve matéria que não tivesse ganho dignidade constitucional na opção dos constituintes.

Esse evidente gigantismo ganha particular expressão se compararmos o cardápio de temas tratados nas quatro partes em que a mesma se divide, com o que outras Constituições em vigor em 1976, ou aprovadas pouco depois, também tratam. Não comparamos com a Constituição americana que, pelo seu especialíssimo lugar e papel histórico se limita a disciplinar a matéria do estatuto dos órgãos de soberania e as relações da Federação com os Estados Federados, deixando depois para os dez primeiros aditamentos a sua Carta de Direitos Fundamentais. Mas um breve conspecto comparativo com a Constituição espanhola de 1978, a Constituição francesa de 1958, a Lei Fundamental de Bona de 1949 ou a Constituição Italiana de 1947 ou mesmo com as novas Constituições dos países do Leste da Europa que, na sequência da queda do muro de Berlim em 1989, acederam à democracia constitucional, evidencia o nosso gigantismo ou se quisermos ser irónicos o “raquitismo” de todas as outras.

² Cf. Melanie Beth Oliviero, “Social histories and recurring themes in constitucionalismo”, in Kenneth Maxwell e Scott Monje (eds.), *Portugal: the Constitution and the consolidation of Democracy, 1976-1989*, New York, Camões Center for the Study of the Portuguese-Speaking World, 1991, p. 52.

A Constituição de 1976 trata de inúmeras matérias. É claro que muitas delas não podem deixar de estar consagradas na Constituição. São aquilo que a Teoria e a História Constitucional designam como princípios e normas “materialmente constitucionais”, ou seja, princípios e normas que correspondem às matérias estruturantes do Estado e deste nas suas relações com os cidadãos. São matérias que historicamente estão associadas ao conceito de Constituição: os órgãos de soberania, a separação de poderes, os direitos fundamentais da pessoa humana, os princípios e regras relativos à Forma do Estado, as normas que regulam a subsistência e a reforma da Constituição. Estas matérias, no essencial, não podem deixar de estar incluídas no texto da Constituição. Mesmo que não o estivessem e viessem a ser relegadas para a legislação ordinária- como de certo modo ocorre com a Constituição britânica que não tem natureza formal – sempre seriam matérias materialmente constitucionais e não poderiam deixar de ser assim consideradas e respeitadas.

A maior parte das Constituições históricas não deixa de consagrar tais matérias e todas as Constituições contemporâneas em menor ou menor grau abordam-nas. Acontece, porém, que a nossa Constituição inclui capítulos e matérias que dificilmente se encontram em outras. Mesmo que se admita que alguns desses temas têm dignidade constitucional, muitas das normas quase parecem verdadeiras regulamentações tal a minúcia a que descem. No campo dos direitos fundamentais, a maior parte das normas não existe, comparativamente, em outras constituições contemporâneas de outros países.

Entre dezenas e dezenas, da política agrícola ao meio ambiente, das cooperativas à terceira idade, alguns exemplos de regras ou de temas que não têm, em termos comparados, tratamento constitucional. E é, aliás, duvidoso que tenham dignidade constitucional:

- a) Um capítulo inteiro sobre “organizações de moradores”;
- b) A língua gestual portuguesa;
- c) A protecção das condições de trabalho dos trabalhadores estudantes;
- d) A cobertura de riscos resultantes de acidentes fitopatológicos;
- e) Regras sobre publicidade;
- f) Regras sobre a cooperação do Estado com os pais na educação dos filhos;
- g) Normas sobre o intercâmbio internacional da juventude;
- h) Normas sobre violência no desporto;
- i) Normas sobre a produção e a produtividade da agricultura.

E muitos mais exemplos poderíamos referir.

Sabemos que, na votação final global, apenas o CDS votou contra o texto da Constituição. E a verdade é que dois terços das normas da Constituição da República Portuguesa foram aprovadas por unanimidade³ – um facto pouco considerado neste tipo de análises e não deixa de ser surpreendente; adiante tentaremos encontrar uma explicação para essa surpresa. Dos restantes artigos e, na contabilidade entre votos a favor e votos contra, é possível dizer-se que se construíram 3 convergências “flutuantes”. Assim:

- a) Os direitos liberdades e garantias, o sentido personalista e a democracia política resultaram da convergência PS, PPD e CDS;
- b) O socialismo da convergência PS, PPD e PCP;
- c) Os aspectos colectivistas da convergência PS e PCP⁴.

Por outro lado, o “documento-mamute” em que a Constituição da República Portuguesa se transformou resultou muito mais de uma amálgama das diversas posições do que de uma síntese. Foi à custa da justaposição de soluções mais do que da harmonização dos contributos dos diversos partidos, que o gigantismo nasceu, como sustenta António Araújo⁵. Nesse sentido, afastamo-nos claramente da solução consensual que presidiu à Constituição espanhola de 1978. Só que – importa notar – o consenso espanhol deriva sobretudo de uma transição pactuada que permitiu a desarticulação controlada⁶ do regime franquista para dar origem a uma monarquia parlamentar. Como também assinala Gomes Canotilho, entre nós houve compromisso e não consenso. Mas, apesar de tudo, esse compromisso representou uma força e não uma debilidade⁷.

2.1. Gigantismo, hiper-constitucionalização e “constitutional politics”

Bem se pode dizer que uma Constituição que desce a este pormenor constitucionaliza quase tudo. Ao fazê-lo, rigidifica muitas matérias que assim escapam à liberdade do legislador, ficando fora do plano da “política do dia-a-dia”.

³ Cf. Veiga Domingos, *Portugal Político*, Lisboa, 1980, p. 90, que refere que 64,5% dos “preceitos” foram aprovados por unanimidade.

⁴ Assim, em parte, vide Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, 7.ª ed., tomo I, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, p. 357.

⁵ Cf. António Araújo, “Erros e tragédias no constitucionalismo democrático português”, *Polis. Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, ano VI, n.º 7/8, Jan-Dez. 1999, p. 76.

⁶ “Voladura controlada” lhe chama Javier Perez Royo, *Curso de Derecho Constitucional*, 2.ª ed., Madrid, Marcial Pons, 1995, p. 120.

⁷ Cf. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.ª ed. Coimbra, Almedina, 2003, p. 212.

A expressão “política do dia-a-dia” ou “política normal” têm paternidade que importa assinalar. Trata-se de um conceito utilizado por Bruce Ackerman na sua teoria republicana do constitucionalismo⁸; talvez tais conceitos se revelem úteis para este propósito permitindo-nos verificar quais os limites do “gigantismo constitucional” no contexto português.

O constitucionalista norte-americano distingue duas formas de política, com tempos e conteúdos diversos: a política constitucional e a política normal. A primeira seria o produto da vontade do povo que em momentos excepcionais e por isso raros exerceria a soberania vazando para um documento formal chamado Constituição as regras básicas da vida em sociedade que deveriam vincular todos pelo menos durante uma geração (no sentido constitucional em que Thomas Jefferson lhe dava, 20 em 20 anos). A política constitucional traduzir-se-ia nos momentos constituintes, em que o povo pela via referendária ou através de representantes eleitos aprova uma nova Constituição ou a altera.

Já a política normal é o resultado da actividade diária dos órgãos de poder, parlamentos ou governos, que legislam e administram. Estão sujeitos à Constituição mas têm ampla liberdade de conformação na definição das políticas porque as maiorias políticas que os apoiam são variáveis e contingentes.

Uma democracia assim concebida e a funcionar seria uma “democracia dualista”; a democracia portuguesa é hoje uma democracia dualista. Contudo, o gigantismo constitucional ameaçou este paradigma porque a onnipresença da política de todos os dias no momento constituinte inicial e nos restantes momentos constituintes reduziram o espaço da política constitucional. Tal facto poderia ter impedido a paz como alguns anunciaram e ter obstado ao sucesso de uma “democracia dualista”, ou seja, uma Constituição tão grande e tão invasiva impediria a política do dia-a-dia, devendo – vaticinaram os profetas da desgraça – gerar bloqueios e conflitos. Mas isso não aconteceu ou, pelo menos, não aconteceu com a inevitabilidade e a gravidade antecipada por tantos. Houve certamente refregas judiciais e sonoras polémicas políticas como já dissemos. Mas as revisões constitucionais geraram novos compromissos e nada impediu que as alterações político-legislativas resultantes das mais diversas maiorias, à esquerda e à direita, nestas quatro décadas, tenham sido aprovadas e apesar de tudo com

⁸ Cf. Bruce Ackerman, *We the People*, vol. 1, *Foundations*, Cambridge, London, Harvard University Press, 1993, p. 6 e ss. E 173-199. Cf. também Ricardo Leite Pinto, *O “Momento maquiavélico” na Teoria constitucional norte-americana. Republicanismo, História, Teoria Política e Constituição*, 2.^a ed. Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2010, p. 176 e ss.

respeito da “vontade da Constituição”, ou seja, as divergências políticas e sociais entre actores os mais diversos contiveram-se no respeito da Constituição da República Portuguesa. Em conclusão, a Constituição foi e continua a ser “uma força activa da consciência jurídica geral”⁹.

3. Contradições

A principal contradição da Constituição da República Portuguesa de 76 decorre das condições do seu nascimento, discussão e aprovação, realizadas entre 25 de Abril de 1975 e 2 de Abril de 1976 atravessando um período convulso do pós-25 de Abril.

Ela esteve no centro dos principais acontecimentos político militares da época e traduz naturalmente a evolução e as contradições desse mesmo processo político. Os debates na Assembleia Constituinte traduzem, de forma cristalina, isso mesmo. De um lado um projecto revolucionário de sociedade que pretendia transformar a sociedade portuguesa numa sociedade sem classes, com uma economia tendencialmente colectivizada ou estatizada de acordo com um paradigma marxista-leninista e, do outro, um projecto de configuração da sociedade e do Estado de acordo com o modelo das democracias constitucionais e representativas ocidentais com iniciativa privada e Estado social. O lugar da Constituição – consoante optássemos por um dos dois modelos – seria completamente diverso.

No primeiro caso, a Constituição-programa, no outro, a Constituição-garantia. Vital Moreira e Freitas do Amaral traduziram essas visões completamente opostas. Vale a pena recordar ambos os pontos de vista tal como foram expressos na Assembleia Constituinte.

Vital Moreira, deputado na altura do PCP, teorizava acerca do papel e força de uma Constituição aprovada por Assembleia Constituinte em pleno processo revolucionário:

“A composição da Constituinte fica fixada num determinado momento. Mas, paralelamente, o processo revolucionário avança. O desfasamento inicial entre a Constituinte e a Revolução pode alargar-se com o decurso do tempo. Ficam então criadas as condições para uma contradição entre a Revolução, por um lado, e a Constituição, por outro. A Constituição,

⁹ Cf. Mariana Canotilho, “40/30. Quarenta anos de Constituição, trinta de integração europeia: entre passado e presente, abertura e pertença”, UNIO. *EU Law Journal*, vol. 3, n.º 1, Jan. 2017, p. 42.

nestas condições, tem vocação conservadora, tende a considerar a revolução terminada, isto é, tende a consumir a revolução em termos constitucionais, institucionalizando-a, fixando-a definitivamente, pondo fim à dinâmica revolucionária, liquidando ou neutralizando os órgãos revolucionários”¹⁰.

Já Freitas do Amaral, deputado constituinte do CDS, entendia as relações entre Revolução e Constituição de modo diverso:

“A revolução precisa, pois, da sua Constituição. Estamos agora a tratar de fazê-la. Devemos dar-lhe a natureza de documento sólido e firme, colocado no topo do edifício político, e não a de um texto frágil e aberto, permeável a todas as ultrapassagens ensaiadas por quaisquer revolucionários insatisfeitos. Devemos procurar pôr de pé uma Constituição capaz de perdurar nos seus traços essenciais – assegurando no tempo a perenidade dos direitos e liberdades fundamentais e, bem assim, uma ordem tranquila e equilibrada, um Estado moderno e próspero, uma democracia humana e justa – e não uma Constituição precária, provisória, derrotada à nascença pelo sentimento de que tudo o que vier de novo e pela força, se tiver uma determinada coloração, será sempre preferível ao que os representantes eleitos do povo tiverem decidido escrever no texto constitucional”¹¹.

A primeira e grande contradição estava justamente aí: concepções constitucionais opostas para o mesmo texto. É claro que – sabemo-lo hoje – parte dessa antinomia haveria de ficar resolvida no 25 de Novembro de 1975. Mas a verdade é que o texto foi aprovado no contexto dessas duas visões opostas. Nesse clima, não admira que muitas das disposições que foram engordando a Constituição tenham sido aprovadas, não será exagerado dizê-lo, com reserva mental. Isso ajuda a explicar algo que referimos antes e que não deixa de surpreender, ou seja, o facto de 2/3 dos preceitos terem sido aprovados por unanimidade, sabendo nós do clima de conflitualidade existente. Dois exemplos:

- a) A definição da República Portuguesa como um Estado que tem como objectivo “a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício do poder pelas classes trabalhadoras” (artigo 2.º) só pode ter sido aprovada pelo PSD e pelo CDS na expectativa de, logo que possível, a norma viesse a ser revogada ou alterada;
- b) Tal como a consagração liberal da garantia da propriedade privada e da sua transmissão por vida ou por morte (artigo 62.º) ao merecer a abstenção

¹⁰ Cf. *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 17, de 16/7/1975, p. 383.

¹¹ Cf. *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 15, de 11/7/1975, p. 323.

do PCP (em contradição com o que defendia na altura) apenas se pode entender na mesma lógica.

Sabemos também que muitas contradições desapareceram ou foram atenuadas ao longo das sete revisões constitucionais. A prevalência do modelo pluralista e constitucionalista resulta logo do texto originário segundo o esforço interpretativo de Jorge Miranda que se ocupou na sua tese de doutoramento em justificar tal ponto de vista¹². Mas a concepção que hoje se pode ler, sobretudo do ponto de vista da organização económica só foi clarificada em 1989 na segunda revisão. Mas também é verdade que as revisões constitucionais – sobretudo a quarta, de 1997 – introduziram novas contradições.

Discutimos de seguida três casos paradigmáticos de contradição interna, mais ou menos manifesta, e que embora não sendo resultantes em linha directa do gigantismo constitucional, não lhe são indiferentes. A verdade é que tais contradições não existiriam se não fosse a pretensão constituinte de sobre todos os temas ter opinião.

3.1. *A auto-ruptura constitucional*

Começamos com um artigo constante das disposições finais e transitórias da Constituição da República Portuguesa e que nelas se mantem sem alteração desde 1976. É possível que o referido artigo esteja em vias de caducar, se é que não caducou já. Mas enquanto regra constitucional viveu em permanente confronto com outras regras e princípios constitucionais e até com princípios de direito internacional. Mas não consta que tenho suscitado qualquer abalo à paz social. Refiro-me ao artigo 292.º que estipula:

Artigo 292.º

Incriminação e julgamento dos agentes e responsáveis da PIDE/DGS

1. Mantém-se em vigor a Lei n.º 8/75, de 25 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 16/75, de 23 de Dezembro, e pela Lei n.º 18/75, de 26 de Dezembro.
2. A lei poderá precisar as tipificações criminais constantes do n.º 2 do artigo 2.º, do artigo 3.º, da alínea b) do artigo 4.º e do artigo 5.º do diploma referido no número anterior.
3. A lei poderá regular especialmente a atenuação extraordinária prevista no artigo 7.º do mesmo diploma.

¹² Cf. Jorge Miranda, *A Constituição de 1976. Formação, Estrutura, Princípios Fundamentais*, Lisboa, Livraria Petrony, 1978.

Ocorre perguntar da razão de ser do referido artigo. Refere-se o mesmo aos diplomas que previam as molduras penais e as regras processuais relativamente aos agentes da polícia política do Estado Novo, PIDE/DGS. Justiça de transição, portanto. Um pouco à semelhança dos julgamentos de Nuremberga em que alguns dos tipos penais previstos e aplicados, continham um elemento de retroactividade, também aqui, no pós 25 de Abril, se entendeu consagrar legislação contrária ao princípio da não retroactividade da lei penal, por forma a acusar, julgar e condenar os agentes da PIDE/DGS.

O princípio da não retroactividade da lei penal consta da Declaração Universal dos Direitos do Homem e acabou também consagrado no artigo 29.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa que estipula que ninguém poder ser condenado pela prática de um crime se não em virtude de lei anterior à prática do mesmo.

A solução configura um caso típico de auto-ruptura constitucional¹³, ou seja, a contradição expressa entre duas normas constitucionais, no caso pela elevação do grau hierárquico das leis ordinárias citadas no artigo à categoria de normas constitucionais. Só com essa solução se evitaria que as referidas leis de incriminação dos ex-agentes da PIDE/DGS não acabassem por ser julgadas inconstitucionais – ou assim declaradas pela Comissão Constitucional/Conselho da Revolução – impedindo no fundo o julgamento e condenação dos referidos agentes.

Pese embora o contraditório da situação havia fundamentos para a solução se considerar aceitável, o principal deles, justamente, habilitar os novos detentores do poder político a julgarem os membros da organização que melhor simbolizava o odioso do Estado Novo. Mas sempre seria sustentável, na pureza dos princípios, criticar a solução constitucional por se entender que uma Constituição acabada de nascer não deveria tolerar uma auto-ruptura, podendo sempre recorrer-se à então muito popular teoria das “normas constitucionais inconstitucionais”¹⁴.

Esta contradição – pela gravidade em que se traduziu, rompendo com um princípio fundamental de direito penal e de processo penal com consagração no Direito Internacional – poderia introduzir um factor de tensão no clima político-social de 1975/76, e mesmo mais tarde, durante as décadas seguintes em que as normas de incriminação dos ex-agentes da PIDE se mantiveram operativas. Contudo, tratou-se de uma contradição de baixa densidade conflitual.

¹³ Assim vide Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.ª ed., Coimbra, Almedina, 2003, p. 1077.

¹⁴ Cf. Otto Bachof, *Normas Constitucionais Inconstitucionais*, reimpressão, Coimbra, Almedina, 2001.

Todas as forças políticas concordaram com a solução reconhecendo a necessidade de colocar em prática um mecanismo expedito que permitisse julgar e condenar os responsáveis e operacionais da antiga polícia política. Tratava-se de um caso típico de “justiça dos vencedores”, susceptível de comparação histórica, sobretudo nas transições de ditaduras para democracias (Espanha pós-Franco, Itália pós-fascismo, Alemanha pós-nazismo, África do Sul pós-apartheid ou Europa de Leste após a queda do Muro de Berlim). E, nesse contexto, só haveria dois caminhos: “paz, piedade e perdão” ou justiça política”. Prevaleceu esta última mas apesar de tudo em clima de aparente indiferença.

Deve dizer-se que o nosso processo de justiça transaccional não foi marcado por elementos de “descoberta da verdade”, de “reconciliação” ou de responsabilização criminal na lógica dos Direitos Humanos. Esse entendimento da justiça transaccional só surge mais tarde, após a queda do Muro de Berlim e dele beneficiará, por exemplo, a África do Sul. O nosso processo pressupôs, no corte com o passado ditatorial, mecanismos de justiça punitiva. Mas a verdade é que, após um momento inicial em que essa intenção veio a prevalecer, tal processo veio a ficar “incompleto e até subvertido por sentenças benévolas, atenuantes e perdões”¹⁵. Rapidamente o processo de justiça punitiva deixou de estar no centro das preocupações e a contradição que assinalamos ficou arrumada no campo das curiosidades constitucionais revolucionárias.

Em resumo, o nosso processo de justiça transaccional, possibilitado por uma auto-ruptura constitucional – uma contradição interna, ao fim e ao cabo – acabou por não se traduzir em fonte de conflito não ameaçando assim a paz social e política.

3.2. *O socialismo esquecido*

A Constituição de 1976 teve uma inspiração ideológica socialista, como vimos já. Não foi a única inspiração mas era aquela que mais marcava o texto originário aprovado em 1976. Expressões como sociedade sem classes, poder dos trabalhadores, apropriação colectiva dos principais meios de produção, relações de produção socialista, socializar os meios de produção e a riqueza, formas de socialização dos meios de produção eram frases, com conteúdo jurídico, atrevo-me a dizer, que povoavam a versão originária. A identidade material da Constituição passava pois pela “transição para o socialismo”, fase histórica em que se localizava

¹⁵ Cf. Irene Flunser Pimentel, *O caso da PIDE/DGS*, Lisboa, Temas & Debates, 2017, p. 542.

o momento da aprovação da lei fundamental. O fecho da abóboda de todo este edifício constitucional constava do “preâmbulo”, onde se dizia que a decisão do povo português como tal manifestada na Assembleia Constituinte era a de “abrir caminho para uma sociedade socialista”.

Com a primeira revisão constitucional, em 1982, e sobretudo com a segunda, em 1989 (em boa parte uma exigência da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia), todas as referências ao “socialismo” desapareceram do texto constitucional e o sentido económico-social do projecto constitucional alterou-se profundamente. E, contudo, 42 anos depois, o Preâmbulo continua a falar do caminho para uma sociedade socialista. Não há qualquer dúvida que se trata de uma “incongruência constitucional”, como lhe chama Afonso Oliveira Martins¹⁶ ou, na nossa perspectiva, uma contradição constitucional. Esta contradição é uma manifestação de puro romantismo constitucional, como alguns lhe chamam, aludindo ao papel histórico-simbólico dos preâmbulos constitucionais? Ou, entendendo que aos preâmbulos se deve dar peso interpretativo, será uma circunstância potencialmente devastadora da paz política e social na justa medida em que é impossível conciliar uma sociedade socialista com o modelo económico que resulta do restante texto constitucional? A verdade é que em todas as sete revisões constitucionais o preâmbulo jamais foi alterado, embora tenham existido propostas nesse sentido.

É uma contradição, sem dúvida. Mas mais uma vez uma contradição benévola que se sustenta ela própria no mito da intangibilidade do preâmbulo como referencial puramente histórico. E, com isso, conduzindo à degradação da sua função de interpretação jurídica.

Em qualquer caso, tal contradição não tem impedido a paz e nenhuma força político-social jamais se agarrou, em 42 anos, ao preâmbulo e ao socialismo nele referido como paradigma interpretativo da Constituição.

3.3. O receio de “tragédias futuras”: a moção de censura construtiva

O último dos exemplos mais interessantes de uma aparente contradição constitucional que pressagiava inclusive uma verdadeira “tragédia constitucional” era, ao nível do sistema de governo, a configuração do semi-presidencialismo e nele dos poderes parlamentares para o derrube do governo. A questão envolveu

¹⁶ Cf. Afonso de Oliveira Martins, “A lembrança constitucional de um socialismo esquecido”, *Polis. Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, ano VI, n.º 7/8, Jan-Dez. 1999, p. 51.

uma viva discussão por ocasião das primeira e segunda revisões constitucionais, voltou a terreiro na transição do século e acabou por morrer. Ou seja, a contradição não gerou qualquer obstáculo grave e não impediu a paz, aqui entendida no sentido da estabilidade político-governativa.

A versão originária da Constituição da República Portuguesa consagrou um sistema semi-presidencial em que a formação e subsistência do Governo ficaram dependentes de um duplo circuito: Assembleia da República e Presidente da República. Para alguns a primeira revisão de 1982, retirou protagonismo ao Presidente da República neste diálogo, fazendo prevalecer a Assembleia da República.

Acontece que alguns constitucionalistas cedo levantaram objecções ao modelo concreto dos mecanismos parlamentares de crítica ao Governo mediante moções de censura. E esse modelo vinha já do texto originário, ou seja, já havia sido aprovado em 1975/76. A moção de censura não vinculava os promotores, no momento da sua apresentação, à proposição de uma solução alternativa, obrigando à apresentação de um nome de Primeiro-Ministro alternativo (e de uma solução de Governo alternativa). Ao não o prever cresceria o risco da instabilidade político-governativa, já que qualquer maioria negativa poderia derrubar o Governo em funções por razões de convergência política momentânea sem que se viabilizasse qualquer alternativa.

Para afastar as coligações negativas e favorecer a estabilidade e a racionalização parlamentar propunham então a chamada “moção de censura construtiva”, aparentada com uma similar figura constitucional existente na Lei Fundamental de Bona. Segundo estes Autores, estávamos perante uma contradição constitucional segundo a qual o valor da estabilidade política-governativa era posto em causa. E como chegavam a tal conclusão? Se era verdade que a Constituição da República Portuguesa permitia a constituição de governos minoritários – solução que decorria da desnecessidade do Governo, no momento da investidura parlamentar, se sujeitar a voto de confiança – parecia ignorar as condições da manutenção dos mesmos governos minoritários.

O então deputado António Vitorino foi o mais efusivo defensor desta tese, chegando mesmo a apresentar no projecto de revisão constitucional do PS a figura da moção de censura construtiva¹⁷. Justificava mesmo com a realidade do X Governo Constitucional de Aníbal Cavaco Silva que, em 1987, foi derrubado

¹⁷ Cf. António Vitorino, “A Moção de censura construtiva no projecto de revisão constitucional do PS”, in *A Revisão Constitucional e a Moção de Censura Construtiva. Actas do Seminário*, Lisboa, Fundação Friedrich Ebert, 1988.

por uma coligação negativa – coligação essa que se mostrou incapaz de formar um governo alternativo. Acontece que essa concreta crise foi resolvida com a dissolução da Assembleia da República e a marcação de novas eleições que acabaram por dar a primeira maioria absoluta ao PSD.

Em boa verdade a contradição que em certo sentido existia e continua a existir – nesse aspecto nada foi alterado no texto constitucional desde 1976 – não teve qualquer efeito negativo na estabilidade governamental. E assim não aconteceu porque a própria Constituição previa o mecanismo da dissolução parlamentar de iniciativa presidencial que se tornou, na prática, o instrumento para resolver este tipo de crises. E com excelentes resultados: todas as dissoluções da Assembleia da República até hoje resolveram as crises abrindo caminho a soluções de estabilidade governativa (com governos de legislatura) e contribuindo para a paz político-social.

Aliás, anos mais tarde, António Vitorino reconhecia que a sua proposta de “moção de censura construtiva” se vira ultrapassada pela realidade dos factos e que voltar a falar dela hoje seria mais teimosia do que coerência...¹⁸

4. Paz social e política

4.1. *Afastar o “nominalismo” (Loewenstein)*

Alguns factores ajudaram a salvar a Constituição portuguesa e, nesse sentido, ajudaram também a garantir a paz em 1975/76 e em mantê-la viva até hoje, como vimos. O principal e mais grave risco associado ao gigantismo e à contradição chama-se “nominalismo”.

Uma constituição prolixa e ideológica tinha tudo para se virar de costas para o país e vice-versa, ou seja, corria o risco de ser uma Constituição morta ou, do ponto de vista da classificação ontológica das constituições proposta pelo constitucionalista austríaco Karl Loewenstein, uma constituição nominal¹⁹. Esta classificação, concebida após a II Guerra Mundial em tempos de Guerra Fria olhava para as Constituições para as arrumar entre as que tinham verdadeiro sentido jurídico e portanto podiam ser consideradas de normativas, aplicando-se

¹⁸ Cf. António Vitorino “Crónica de uma tragédia anunciada”, in *Polis. Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, ano VI, n.º 7/8, Jan-Dez. 1999, p. 47.

¹⁹ Cf. Karl Loewenstein, *Teoría de la constitución*, Barcelona, Ariel, 1964, pp. 216-231.

efectivamente à sociedade, uma espécie de “fato feito à medida”, nas palavras do Autor e aquelas que de Constituição só tinham o nome. Eram classificadas como “nominais” e como tal não se aplicavam à sociedade, ainda que juridicamente válidas, ou porque as suas normas revelavam um sentido utópico ou porque sendo letra morta exerciam papel puramente simbólico. Em qualquer caso seriam Constituições – como um “fato no armário” que não tem as medidas adequadas a quem o vai vestir – que não determinavam a dinâmica do poder. E o autor falava também, embora em outro registo, de “constituição semântica” – “o fato de fantasia” – que procurava acomodar as Constituições que apenas nascem e se mantêm para eternizar os detentores do poder, não cumprindo sequer a função de limitar esse mesmo poder. Era um conceito próximo da ideia de “constituição-programa” defendida por Vital Moreira em 1975 e que antes sinalizámos.

Portugal poderia, na verdade, ter ficado com uma Constituição semântica em 1975. Mas, tendo-o evitado, nada garantiria que a Constituição, gigante, prolixa e contraditória, se não degradasse em Constituição nominal. Tal não aconteceu. A Constituição da República Portuguesa foi e é uma Constituição normativa porque o pendor ideológico de 1976, na sua versão original, não impediu uma leitura aberta e compatível com a evolução económica e social. E é claro que as revisões constitucionais de 1982 e 1989 procederam gradualmente à abertura da Constituição a uma sociedade aberta, com Estado social e economia de mercado, à livre iniciativa e à regulação pública. Uma Constituição normativa que garantiu a paz em 1975/76 e que a preservou ao longo de 42 anos.

4.2. A paz: um compromisso a partir do conflito

Concluímos aderindo ao ponto de vista de Mariana Canotilho quando escreve: “uma das razões do sucesso da Constituição da República Portuguesa é ela ter nascido do conflito e não de falsos consensos”²⁰. É nesta ordem de razões, voltando à opinião da Maria Lúcia Amaral com que iniciámos este texto, que parece razoável sustentar-se que a paz (social e política) prevaleceu em 1975/76 (e manteve-se até hoje) assente no conflito e no reconhecimento das diferenças. Esse conflito foi a fonte do gigantismo, da contradição e da própria “prolixidade” da Constituição. Mas se esse foi o preço a pagar, convenhamos que foi um preço bem módico...

²⁰ Cf. Mariana Canotilho, “40/30. Quarenta anos de Constituição, trinta de integração Europeia: entre passado e presente, abertura e pertença”, *UNIO. EU Law Journal*, vol. 3, n.º 1, Jan. 2017, p. 40.

III – HISTÓRIA E LITERATURA

OS MONÁRQUICOS INTEGRALISTAS PORTUGUESES E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Ernesto Castro Leal*

1. Introdução

Pretende-se apresentar e discutir as posições ideológicas, políticas e culturais expressas pelos intelectuais portugueses monárquicos integralistas António Sardinha, Alberto Monsaraz, Luís de Almeida Braga, Luís Cabral de Moncada, João do Amaral e Alfredo Pimenta, na revista *Nação Portuguesa* (dirigida por Alberto Monsaraz), entre 1914 (n.º 1, 8 de Abril) e 1916 (n.º 11, Abril), dentro do intenso debate público face à atitude a tomar pelo Estado português no confronto ideológico-político e geopolítico que originou a Primeira Guerra Mundial¹. A partir de 1 de Agosto de 1914, com a declaração de guerra do Império Alemão ao Império Russo, tornou-se irreversível a internacionalização da guerra, após o conflito regional decorrente do assassinato em Sarajevo, no dia 28 de Junho de 1914, do arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, e de sua esposa, pelo nacionalista bósnio sérvio, Gavrilo Princip, agravando desse modo a tensão geopolítica e militar europeia, que teve consequências catastróficas, principalmente para a Europa².

O processo que conduziu à Primeira Guerra Mundial teve dimensões estruturais e conjunturais que explicam o confronto crescente entre os vários

* CH-ULisboa – Centro de História da Universidade de Lisboa, Portugal. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ João Freire, *Portugal face à Grande Guerra em 1914-1915*, Lisboa, Edições Colibri, 2014.

² Pierre Léon (dir.), *História Económica e Social do Mundo*, vol. 5 (*Guerras e Crises, 1914-1947*), tomo 1, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp. 19-128; René Rémond, *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos nossos dias*, 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 2003, pp. 283-294; Martin Gilbert, *A Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, pp. 29-77; Christopher Clark, *Os Sonâmbulos. Como a Europa entrou em guerra em 1914*, Lisboa, Relógio d'Água, 2014.

imperialismos europeus a partir de 1870. O historiador Vitorino Magalhães Godinho enumerou algumas dessas mais significativas dimensões: “A luta pelos mercados de matérias-primas e produtos semi-acabados” e a “luta pelos mercados de escoamento de manufacturas dos países industrializados (encaminha para a colonização)”; “A emigração em larga escala das áreas de emissão de mão-de-obra (colonizadores) para as áreas de acolhimentos”; “Participação nas correntes de transacções intra-regionais ou inter-regionais, sem ligação à metrópole”; “Em alguns estados há disponibilidade de capitais; desses centros escoam-se para as regiões onde são necessários às grandes obras”; “Contrôle das vias principais da teia mundial – rota do Cabo, rota transpácífica, rota do Suez – Índico, ligação entre Atlântico e Pacífico pela travessia da América Central, trans-siberiano, comunicações no interior da China e de cidades chinesas com as zonas circundantes”; “Subordinação política de estados organizados, sob forma directa ou de protectorado, com ou sem ocupação parcial do território ou por concessões localizadas”; “Tensões de independência de nacionalidades ou totalidades étnicas encravadas em impérios ou submetidas a poderes exteriores, vontade de juntar numa construção unitária os retalhos que estão anexados por outros estados”; “Confrontos de sistemas políticos e formas sociais – estados autocráticos [...], frente a estados constitucionais”³.

O período temporal em análise historiográfica neste texto decorre entre as vésperas do início do primeiro grande conflito militar mundial e a declaração de guerra do Império Alemão a Portugal (9 de Março de 1916), momento a partir do qual a Junta Central do Integralismo Lusitano, seguindo as instruções políticas de D. Manuel II (exilado em Londres desde a revolução republicana de 5 de Outubro de 1910) e sob a evocação da histórica Aliança Luso-Inglesa (depois, Aliança Luso-Britânica), através de um Manifesto distribuído nos últimos dias desse mês de Março, pediu aos monárquicos “o sacrifício, nas aflitivas circunstâncias presentes, de estarmos ao lado do governo da república e de lhe prestarmos todo o nosso apoio, patriótico e desinteressado. É na verdade um sacrifício enorme o de se oferecerem serviços de qualquer natureza a individualidades políticas que tanto e por tantas formas nos têm ofendido”⁴. Faziam parte da Junta Central do Integralismo Lusitano Adriano Xavier Cordeiro, Alberto

³ Vitorino Magalhães Godinho, *A crise da História e as suas novas directrizes*, 3.ª ed., com complemento de actualização, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, pp. 216-217.

⁴ *Nação Portuguesa*, Lisboa, n.º 11, Abril de 1916 [página a azul, sem número].

Monsaraz (conde de Monsaraz), António Sardinha, Hipólito Raposo, João do Amaral, José Adriano Pequito Rebelo, Luís de Almeida Braga e Rui Enes Ulrich.

José Pequito Rebelo, um dos fundadores do Integralismo Lusitano, alistou-se voluntariamente (oficial miliciano de artilharia) e esteve a combater na frente europeia de guerra (Flandres francesa), e dois militares filiados no Integralismo Lusitano tiveram também uma participação destacada nas operações do Corpo Expedicionário Português (C. E. P.) nessa frente europeia: o tenente de infantaria Aníbal de Azevedo (recebeu as mais altas condecorações militares de Portugal, Inglaterra e França pela sua acção relevante) e o tenente de artilharia Vasco de Carvalho⁵.

Vasco de Carvalho tinha proferido, no dia 14 de Abril de 1915, a conferência “Aspectos político-militares”, no âmbito das conferências monárquicas integralistas sobre *A Questão Ibérica*, realizadas em Lisboa na sede da Liga Naval Portuguesa, durante a qual fez alusão à Primeira Guerra Mundial e, por conseguinte, será um texto a juntar ao *corpus* da presente análise histórico-política que desenvolverá três tópicos essenciais: “guerra de imperialismos”; “apologia da guerra”; “lusofilismo e germanismos”.

2. Integralismo Lusitano: aspectos de doutrina política

A mais importante proposta cultural, ideológica e política, de matriz antiliberal, contrarrevolucionária e tradicionalista monárquica, constituiu-se em 1914 no Integralismo Lusitano, animado, principalmente, por António Sardinha, Alberto Monsaraz, Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, Francisco Rolão Preto e José Pequito Rebelo, tendo criado a revista de filosofia política e de cultura nacionalista *Nação Portuguesa* (1914-1938) e o diário *A Monarquia* (1917-1922). A orientação essencial estabelecia a propaganda da “monarquia orgânica tradicionalista antiparlamentar”, com uma tendência concentradora (nacionalismo e poder pessoal do rei) e uma tendência descentralizadora (municipalismo, sindicalismo

⁵ Para a intervenção do C.E.P., cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962). Pátria e República*, Lisboa, Publicações Dom Quixote/Assembleia da República, 2005, pp. 155-246; Luís Alves de Fraga, *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República, 1916-1918*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 273-616; António José Telo e Pedro Marquês de Sousa, *O CEP: Os militares sacrificados pela má política*, Lisboa, Fronteira do Caos Editores, 2016.

e corporativismo), daí o Integralismo Lusitano ser nacionalista por princípio, sindicalista e corporativista por meio e monárquico por conclusão⁶.

A geração política monárquica integralista fez uma avaliação profundamente negativa, quer das Monarquias liberais, que considerava serem “as repúblicas monárquicas do século XIX”, quer das Repúblicas liberais, visto que “A República é o governo dos povos sem passado ou em decadência”, conforme se escreve na *Cartilha Monárquica*⁷. O seu imaginário político estava marcado pela reactualização dos modelos monárquicos de filiação medieval para uma “nova Idade Média” no século XX. Questionam radicalmente o demoliberalismo, de pendor revolucionário, da I República Portuguesa (1910-1926), no que ele manifestava de crise de autoridade do Estado, de conflitualidade religiosa e social ou de racionalismo cultural e positivismo cientificista, acompanhando algumas críticas políticas e culturais de outras áreas do campo político das direitas conservadoras e nacionalistas portuguesas⁸, e propõem a especificidade ideológica de uma reinvenção dos modelos monárquicos medievais a partir dos valores da terra, da raça e da tradição, dotados de um estatuto messiânico.

Na *Cartilha Monárquica* dos monárquicos integralistas lê-se que a “consciência da continuidade histórica e moral desperta sentimentos de veneração quase religiosa pelos homens e factos do passado. Ler a História é amar a Tradição que é a memória da Pátria [...]”⁹. Este neorromantismo cultural, político e social era devedor do gosto nostálgico pelo passado, em particular reconhecia-se na representação idealizada e mitificada da medievalidade dos forais (monarquia contratual), dos concelhos (predilecção localista) e das cortes gerais (representação dos corpos sociais). A doutrinação monárquica integralista promoveu uma

⁶ Manuel Braga da Cruz, “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”, *Análise Social*, n.º 70, Lisboa, 1982, pp. 137-182; António Costa Pinto, “A formação do integralismo lusitano (1907-17)”, *ibidem*, n.º 72-74, Lisboa, 1982, pp. 1409-1419; Rui Ramos, “O Integralismo Lusitano”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 6 (*A Segunda Fundação, 1890-1926* – Autor: Rui Ramos), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 540-546; Norberto Ferreira da Cunha, “O Tradicionalismo Integralista”, *Poética do Mundo. Homenagem a Joaquim Cerqueira Gonçalves*, Lisboa, Edições Colibri/Departamento de Filosofia e Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, pp. 375-399; José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires. As Origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004; Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925). Um intelectual no século*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 173-220.

⁷ Integralismo Lusitano, *Cartilha Monárquica*, Lisboa, edição de Alberto Monsaraz (conde de Monsaraz), 1916, pp. 4 e 5.

⁸ Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999; idem, “Tópicos sobre os nacionalismos críticos do demoliberalismo republicano: moral, religião e política”, in Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. 5 (tomo 2), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 135-160.

⁹ Integralismo Lusitano, *Cartilha Monárquica*, p. 44.

contestação do iluminismo, do liberalismo e da democracia, incidindo quanto à política imediata na crítica ao republicanismo, ao anticlericalismo, ao parlamentarismo e ao revolucionarismo manifestado na I República Portuguesa¹⁰, e apresentou três aspirações restauracionistas: regime político monárquico tradicionalista integral; regime administrativo municipalista e provincialista; regime jurídico de união entre a Igreja católica e o Estado monárquico.

Se é certa a filiação genealógica no discurso antiliberal e contrarrevolucionário português de finais do século XVIII e do século XIX, em particular de José Agostinho de Macedo, José da Gama e Castro ou José Acúrcio das Neves¹¹, não se pode ignorar a importante projecção ideológica das obras de Charles Maurras, *Enquête sur la Monarchie* (1900), e de Léon Daudet, *Le Stupide XIX^e Siècle* (1922), na tentativa de reinventar o tradicionalismo no século XX. Entre a primeira literatura política de relevo, os monárquicos integralistas apresentaram o Manifesto “O que nós queremos” (1914), o livro de António Sardinha, *O Valor da Raça* (1915), a *Cartilha Monárquica* (1916), o livro colectivo *A Questão Ibérica* (1916) e o opúsculo de Luís de Almeida Braga, *O Culto da Tradição* (1916).

Quanto ao discurso identitário nacional, de matriz essencialista, António Sardinha, em *O Valor da Raça*, atribuiu valor primordial ao “milagre de Ourique”, que tinha sido criticado no século XIX pelo historiador liberal Alexandre Herculano¹², como mito messiânico fundador de Portugal, evocado na resistência portuguesa ao “domínio filipino” entre 1580 e 1640: “O ‘*milagre*’ de Ourique valeu assim, para as veladas dolorosas do cativeiro [alusão ao período filipino], como a alta certeza de que não se perderia a causa que tinha o Senhor por padrinho [...]. [...] o ‘*milagre*’ [...] constituía o aspecto positivo da religião

¹⁰ Hermínio Martins, “O colapso da I República”, *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1998, pp. 69-98; Rui Ramos, “Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1926”, in Manuel Baião (ed.), *Elites e Poder. A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004, pp. 185-245; Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, MMIX; Miriam Halpern Pereira, *A Primeira República. Na fronteira do liberalismo e da democracia*, Lisboa, Gradiva, 2016; Fernando Pereira Marques, “Saúde e Fraternidade!”. *A República Possível (1910-1926)*, Lisboa, Gradiva, 2018.

¹¹ Fernando Campos, *Os Nossos Mestres ou Breviário da Contra-Revolução. Juízos e depoimentos*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1924; idem, *O Pensamento Contra-Revolucionário em Portugal (Século XIX)*, 2 vols., Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1931-1932.

¹² Ana Isabel Carvalhão Buescu, *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano: uma polémica oitocentista*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

sebastianista, que como mito não é mais ou menos de que a expressão patética da vitalidade dum país em desgraça”¹³.

Por sua vez, António Sardinha considerou, ao nível da construção historiográfica, ser necessário recusar a generalização em História, propondo um itinerário crítico para a análise das sociedades humanas ou das formas de cultura, que por vezes não praticou, entendendo ser esse conhecimento um alicerce do pensamento político e social, ao que juntava a fundamentação tomista e as ideias antimodernas de Jacques Maritain. Como observou Hipólito Raposo, pretendia o “predomínio à experiência histórica” em relação ao “predomínio à dedução política”¹⁴, o que na história das ideias antiliberais e contra-revolucionárias pode enunciar um tópico de diferenciação face ao discurso político (nacionalismo revolucionário) e religioso (positivismo agnóstico) de Charles Maurras e da *Action Française*, onde se inspirava.

O nacionalismo monárquico antiliberal e antidemocrático do Integralismo Lusitano constituiu uma ideologia de enraizamento, no solo e no sangue (“a terra e os mortos”), a que juntava uma reinvenção da tradição nacional monárquica (neomedieval) do altar e do trono. Escreveu Luís de Almeida Braga: “A grandeza de Portugal é a História de Portugal tal como ela é, iluminando-se à luz de dois fochos ardentes: o catolicismo e a monarquia [...]”¹⁵. Na visão de António Sardinha, este programa para “despertar, como que para uma segunda fundação de Portugal”¹⁶, tinha na sua estratégia política o objectivo da criação de um “Estado novo na pátria velha”¹⁷. Conformava a sociedade à sua “constituição essencial”, alicerçada nas relações do sangue (família), da sociabilidade (comunas) e dos interesses (profissão).

3. Integralistas: posições face à Primeira Guerra Mundial

3.1. “Guerra de imperialismos”

A ideia geral que percorre os vários textos políticos antiliberais e antidemocráticos publicados na revista *Nação Portuguesa* era a de que o conflito da Primeira

¹³ António Sardinha, *O Valor da Raça. Introdução a uma campanha nacional*, Lisboa, Almeida, Miranda & Sousa Editores, 1915, pp. 121-122.

¹⁴ Hipólito Raposo, *Dois Nacionalismos. L’Action Française e o Integralismo Lusitano*, Lisboa, Livraria Ferin, 1929, p. 17.

¹⁵ Luís de Almeida Braga, *O Culto da Tradição*, Coimbra, França Amado Editor, 1916, p. 79.

¹⁶ António Sardinha, *A Aliança Peninsular. Antecedentes e Possibilidades*, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1924, p. XVII.

¹⁷ Idem, *Ao Princípio era o Verbo. Ensaios & Estudos*, Lisboa, Portugália Editora, 1924, p. 371.

Guerra Mundial não representava uma luta entre o “princípio da liberdade” e o “princípio do despotismo” ou uma “guerra de raças”, mas sim uma “luta entre imperialismos”, sendo, contudo, evidente a crítica ideológica radical que é feita ao liberalismo, à democracia, ao individualismo e ao pacifismo. Como se verá, não existe uma posição comum entre os vários intelectuais monárquicos integralistas, profundamente nacionalistas, incluindo Alfredo Pimenta que, em 1914, estava em trânsito do republicanismo conservador (Partido Republicano Evolucionista) para o monarquismo antiliberal (Integralismo Lusitano), onde se inseriu em meados de 1915.

O director da revista *Nação Portuguesa*, Alberto Monsaraz, logo no primeiro número, no artigo “Política exterior. Um sonho imperialista”, considerava que a Aliança Luso-Britânica assegurava a existência autónoma de Portugal, elogiando o rei D. Carlos pela sua acção junto de diplomatas ingleses para obter a denúncia do secreto Acordo Anglo-Germânico de 1898 sobre a eventual partilha das colónias portuguesas, que foi anulado pelo Tratado Luso-Britânico de Windsor de 1899, mas seria novamente activado em 1913; criticava a “cobiça alemã” desde 1910, traduzida na ocupação de alguns fortins em Angola, a sul de Moçâmedes, e o “sonho imperialista” espanhol do rei Afonso XIII, através da ideia de criação de “uma confederação de reinos, à maneira germânica”, na Península Ibérica, insinuando o apoio de republicanos federalistas portugueses¹⁸. A histórica Aliança Luso-Britânica, renovada em 1899, será a grande razão evocada no referido Manifesto da Junta Central do Integralismo Lusitano para, a solicitação política de D. Manuel II, todos os monárquicos (liberais e antiliberais) se colocarem ao lado do Governo da República e dos Aliados, em resposta à declaração de guerra do Império Alemão a Portugal no dia 9 de Março de 1916.

Já num ambiente de desenvolvimento da Primeira Guerra Mundial, Alfredo Pimenta, no artigo “Luta de imperialismos”, publicado no quinto número da revista, recusava interpretar a Primeira Guerra Mundial como uma “guerra de raças”, dado que, antropológicamente e historicamente, a Inglaterra e a Alemanha faziam parte da mesma linha étnica (“família germânica, de base dolococéfal, somaticamente considerada, e inspirada pelo mesmo antigregarismo, sob o ponto de vista social”), e afirmava sem equívocos que a “grande contenda europeia é, pois, uma luta de dois imperialismos: o imperialismo inglês e o imperialismo alemão”. Responsabilizava a “Rússia” (Império Russo) pelo início da Guerra,

¹⁸ *Nação Portuguesa*, Lisboa, n.º 1, 8 de Abril de 1914, pp. 28-30.

“colocando-se em atitude agressiva contra a Áustria”, e a “Alemanha” (Império Alemão), devido ao seu Tratado com a Áustria (7 de Outubro de 1879), teve que intervir, denunciando, por sua vez, a Inglaterra por não ter querido impedir o início da guerra generalizada. Evocando, numa visão conservadora, a divisa positivista de Auguste Comte (“ordem e progresso”), Alfredo Pimenta fazia votos que “domine quem trazer para o mundo mais ordem e mais progresso” e não esquecia que, intelectualmente, devia “à Alemanha, em disciplina, em frieza e raciocínio, o que só na França Augusto Comte soube dar-me”¹⁹.

Alfredo Pimenta regressou a esta definição geopolítica no artigo “Imperialismo”, publicado sob o pseudónimo de Lord Henry, na revista *A Ideia Nacional* (dirigida por Homem Cristo Filho), onde falava do “vento de expansibilidade imperialista” global (“Alemanha, Inglaterra, Itália, Espanha, Bélgica, Áustria, Rússia, França, alguns de nós em Portugal, Japão, Estados Unidos”), que soprava há vários anos; tipificava a natureza económica do imperialismo contemporâneo (por contraste com a natureza essencialmente política do imperialismo antigo); e terminava com esta afirmação: “A guerra presente, só não a previa quem andava de olhos fechados. De resto quem cotejasse o *index number* da vida económica europeia, tinha a certeza matemática que, mais hoje, mais amanhã, as nações se chocariam, duas porque a guerra é contra elas, as outras porque as duas as arrastariam”²⁰.

A mesma ideia percorre a conferência “Aspectos político-militares” do monárquico integralista tenente Vasco de Carvalho, proferida na Liga Naval Portuguesa (14 de Abril de 1915), dentro da série sobre *A Questão Ibérica*. Justificava aí a “guerra actual” como “um produto lógico do imperialismo moderno”, visto que “Todas as grandes nações e até algumas pequenas se mostram hoje claramente imperialistas. É a mais completa falência dos pacifismos democráticos”, considerando imperioso o fortalecimento das nações pequenas e da mentalidade imperialista de conquista, dado que a “guerra existirá, pois, sempre, como factor de progresso social”²¹.

O monárquico integralista João do Amaral não desenvolveu o seu pensamento político sobre a Primeira Guerra Mundial no artigo “Política interna”, que publicou no número dez da revista *Nação Portuguesa*, apenas dizia aguardar pelo fim da Guerra para se verificar qual teria sido o impacto exterior das afirmações

¹⁹ *Ibidem*, n.º 5, Novembro de 1914, pp. 138-143.

²⁰ *A Ideia Nacional*, Lisboa, n.º 11, 21 de Abril de 1915, pp. 337-339.

²¹ Integralismo Lusitano, *A Questão Ibérica*, Lisboa, s.n., 1916, pp. 267-268.

guerreiras do Parlamento português, não deixando de referir que o Exército português em 1914 se tinha mostrado incapaz de organizar uma expedição militar para a frente europeia de guerra; recordava também que o Governo do general Joaquim Pimenta de Castro (Janeiro-Maio de 1915)²² fora incapaz de unir o Exército e de estabelecer a ordem²³.

Nove meses antes, no artigo “O meu diário”, publicado na revista *A Ideia Nacional*, João do Amaral definiu a Primeira Guerra Mundial não só como um conflito de interesses, mas também como um conflito de raças, valorizando o latinismo cultural e étnico, o que contrariava a opinião de Alfredo Pimenta: “Dum lado, uma raça inferior, sem faculdades próprias de domínio: a raça alemã. Do outro, a raça latina, obreira da mais nobre civilização que o mundo viu depois da idade clássica”; o primeiro ciclo da guerra tinha sido desastroso para os latinos, “porque a Alemanha supriu a mesquinhez dos seus recursos naturais com milagres de organizações e de preparações”²⁴.

3.2. “Apologia da guerra”

A recusa do pacifismo, ideal renovado pelo iluminismo e pelo republicanismo – numa linhagem filosófico-política filiada no ensaio de Immanuel Kant, “Para uma Paz Perpétua. Um projecto filosófico” (1795-1796), e em textos de Victor Hugo sobre os “Estados Unidos da Europa” (editados entre 1849 e 1876) –, está presente em vários escritos políticos publicados na revista *Nação Portuguesa* com o recurso à defesa do vitalismo e do militarismo para, segundo os intelectuais monárquicos integralistas, se aproveitar a oportunidade da Primeira Guerra Mundial com a finalidade de reatar as várias tradições nacionais europeias desestruturadas desde a Revolução Francesa de 1789.

Sintomática é a exortação redentora antidemocrática que António Sardinha inscreveu no artigo “A Apologia da Guerra”:

“Oh, mas a guerra veio – louvada seja a guerra! Há sangue – pupilas vítreas pasmam-se para o vago com a expressão indecifrável da grande Esfinge selando-lhe o olhar como a lájea dum túmulo [...]. Mas o sangue é o resgate, mas o sangue é o sacrifício, e nós somos

²² Bruno J. Navarro, *Governo de Pimenta de Castro. Um general no labirinto político da I República*, Lisboa, Assembleia da República, 2011.

²³ *Nação Portuguesa*, Lisboa, n.º 10, Dezembro de 1915, pp. 322-324.

²⁴ *A Ideia Nacional*, Lisboa, n.º 2, 20 de Março de 1915, p. 53.

a geração da expiação [...]. Descobriu-se de novo a solidariedade dos Vivos com os Mortos [...]. A Pátria ressuscita na plenitude dos seus atributos sagrados [...]. Mas veio a guerra – bendita seja a guerra! Da guerra sairá a verdadeira Paz, a paz fecunda que se apoia no equilíbrio dessa energia tranqüila, que é a posse dum destino e certeza duma finalidade [...]. Mas a guerra veio – louvada seja a guerra! [...]. Há só a continuidade dum pensamento, transmitindo-se através das idades. Está reunido o concílio pleno da História: Finados e Nascituros aliam-se por meio de nós. Oh, louvada seja a guerra que matou a Revolução!”²⁵.

Noutro artigo político-cultural, “O testamento de Garrett”, António Sardinha reconhecerá novamente o “bem extraordinário” da guerra actual para o futuro das Nacionalidades, dado que, “do tremendo conflito sai bem acreditada a diferença eterna da Raça” e, assim, as “pátrias deixam de se entender como uma combinação fortuita de circunstâncias”, despertando-se as energias nacionais nas agónicas sociedades europeias e acreditava que “A nossa derrota será, latinos, a nossa salvação!”²⁶.

A guerra como factor de redenção nacional e de purificação dos povos fez também parte da meditação ideológico-política do monárquico integralistas Luís de Almeida Braga no artigo “Tradição e Nacionalidade”. Citando autores que louvaram a guerra (Louis Veuillot, Helmuth von Moltke, François-René de Chateaubriand, Pierre-Joseph Proudhon), interpretou-a como uma forma de expiação de culpas, que o sofrimento, nos campos de batalha, ajudaria a redimir pela afirmação da virtude dos povos: “A guerra é uma redenção [...]. A paz perpétua é um sonho, que nem ao menos é doce sonhar, porque é durante a paz que se deve pensar na guerra. Sem a guerra o mundo desmoronar-se-ia e perder-se-ia no materialismo. A guerra é o único e justo meio de consolidar o bem-estar, a independência e a honra de um país”²⁷. Repetirá essa ideia guerrista libertadora numa conferência que proferiu em Lisboa, na sede da Liga Naval Portuguesa, no dia 14 de Fevereiro de 1917, editada depois em livro: “Guerra sublime e terrível! O mundo inteiro está em chamas, mas é sagrado o fogo em que arde, porque, abrasando, purifica. A invasão alemã retemperou a alma francesa, e génio guerreiro acordou o sentimento religioso”²⁸.

²⁵ *Nação Portuguesa*, Lisboa, n.º 5, Novembro de 1914, pp. 159-161.

²⁶ *Ibidem*, n.º 10, Dezembro de 1915, pp. 300-301.

²⁷ *Ibidem*, p. 316.

²⁸ Luís de Almeida Braga, *O Mar Tenebroso*, Coimbra, F. França Amado, Editor, 1918, p. 127.

Na sua já referida conferência, o tenente Vasco de Carvalho repudiou também os pacifismos democráticos e defendeu que “A guerra existirá, pois, sempre, como um factor de progresso social”, daí a necessidade dos “princípios genuínos da Nação Armada”, dentro de uma visão não-democrática de “Ofensiva Nacional” e, em autodefinição ideológica, deduzia: “Porque sou *nacionalista*, sou, pois, *militarista*. Vejo na militarização da sociedade muitas vantagens nacionais [...]. Desde logo, a autoridade civil aprenderia a SABER MANDAR, o cidadão a SABER OBEDECER”²⁹.

A apologia da guerra, com outro sentido e significado, aparece igualmente no campo político demoliberal republicano opositor do monarquismo antiliberal integralista. Por exemplo, na obra *Memórias da Grande Guerra*, de Jaime Cortesão (alferes miliciano médico combatente na frente europeia da Primeira Guerra Mundial) – pensador influenciado pelo vitalismo ético e sociológico de Jean-Marie Guyau –, a sua narrativa intervencionista é paradigmática, estando envolta numa leitura redentorista da acção do soldado (povo), que devia convergir politicamente com a acção de uma vanguarda iluminada (elite):

“Colectivamente na guerra, na nossa guerra, salvou-se o soldado. Ele foi, sempre que o não enganaram, paciente, sofredor e heróico [...]. Entre os oficiais, por via de regra, quanto mais galões, pior [...]. Porque a guerra educa [...], as velhas virtudes da arraia-miúda, que nele [soldado] dormiam, acordaram [...] para se afirmarem mais uma vez a única grande força da grei [...]. De novo, como sempre, uma reduzida minoria de eleitos e iluminados [...] se encontrou unicamente com a arraia, para realizar os milagres que redimem [...]”³⁰.

Jaime Cortesão pretendia mostrar a guerra como escola de valores éticos (honra, valentia, solidariedade) e activadora de mudança de carácter, que, no caso do “magala”, o transformou de “soldado bonacheirão e humilde”, “sonâmbulo”, “galhofeiro e manhoso”, num “homem novo”, numa “legião de gigantes”, onde estavam o *Esgalhado*, o *Baldaia* ou o *Rancheiro da Segunda*, os quais tinham aprendido a “desprezar a morte e o sofrimento” e souberam entender qual era o valor da vida, construindo dessa maneira pilares morais da urgente regeneração do corpo nacional. Este discurso republicano espiritualista laico transportava uma visão profética prometeica, radicada numa dupla justificação de profundo sentido patriótico: a justificação política de aliados naturais do bloco demoliberal

²⁹ Integralismo Lusitano, *A Questão Ibérica*, pp. 268 e 283.

³⁰ Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, Porto, Edição da “Renascença Portuguesa”, 1919, pp. 232-238.

anglo-francês contra o expansionismo cesarista germano-austríaco; a justificação ética de uma proposta de revigoramento moral e de regeneração nacional que, fundamentalmente, o soldado (povo) encarnaria³¹, o qual se traduziu no primeiro pós-guerra no culto cívico-político europeu aos Soldados Desconhecidos³².

3.3. “Lusofilismo” e “Germanismos”

O tenente Vasco de Carvalho expôs, desta forma, a sua posição geopolítica, radicada no *lusofilismo*: “Eu, meus senhores, ao contrário de tantos que se declaram germanófilos ou francófilos, ou anglófilos, eu teimo em ser simplesmente *lusófilo*. Eu não sei se o meu militarismo é à alemã, se é à chinesa. Só sei que é uma consequência do axioma fundamental – *Nação* – e portanto deve ser útil para ela”³³. Devia ser essa também, em princípio, a posição de radicalidade essencialista e nacionalista de António Sardinha, que, na obra *O Valor da Raça*, procurou justificar, no “meio-vital” da Nacionalidade, o “Lusismo”, “esse núcleo originário que inspira os nossos oito séculos de portugueses, que são outros tantos séculos de Esperança”³⁴. Ora, António Sardinha declarar-se-ia “germanófilo”, o que deu origem a alguma controvérsia na época, incluindo no campo monárquico integralista³⁵, prolongada até aos nossos dias³⁶.

O antiliberal e antidemocrata Mariotte (pseudónimo do padre católico tradicionalista Amadeu de Vasconcelos) considerava-se o primeiro a popularizar em Portugal as ideias políticas e sociais contra-revolucionárias de Charles Maurras desde 1913, com a publicação de *Os Meus Cadernos* (editados em Paris, onde estava exilado, por combater a República), antes do aparecimento do Integralismo Lusitano (1914), e revelou ser amigo do contra-revolucionário Georges Valois (pseudónimo de Alfred-Georges Gressent). Defensor do humanismo da Renascença e do classicismo português fez parte da lista de colaboradores anunciados da

³¹ Ernesto Castro Leal, “Narrativas e Imaginários da 1.ª Grande Guerra. ‘O Soldado-Saudade’ português nos ‘nevoeiros de morte’”, *Revista de História das Ideias*, vol. 21, Coimbra, 2000, pp. 441-460; idem, “Remembering the War, Imagining the Nation: The First World War Memoirs of the *Portuguese Renaissance*”, in Anthony Barker, Maria Eugénia Pereira, Maria Teresa Cortez, Paulo Alexandre Pereira, Otilia Martins (eds.), *Personal Narratives, Peripheral Theatres: Essays on the Great War (1914-18)*, Cham, Springer, 2018, pp. 47-64.

³² Sílvia Correia, “Death and Politics: The Unknown Warrior at the Center of the Political Memory of the First World War in Portugal”, *e-journal of Portuguese History*, vol. 11 (2), University of Porto/Brown University, 2013, pp. 7-29; idem, *Entre a Morte e o Mito. Políticas da memória da I Guerra Mundial (1918-1933)*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2015, pp. 355-379.

³³ Integralismo Lusitano, *A Questão Ibérica*, p. 282.

³⁴ António Sardinha, *O Valor da Raça*, p. 163.

³⁵ Mariotte, *O Nacionalismo Rápido do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Edição do Autor, 1917.

³⁶ José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires*, p. 318.

revista *Nação Portuguesa*³⁷, divulgada no primeiro número, mas nunca publicou um artigo e tornou-se um crítico radical do “nacionalismo rácico” do Integralismo Lusitano, devedor, segundo ele, das “aberrações dos filhos espirituais de Fichte”, principalmente das ideias de António Sardinha expostas no livro *O Valor da Raça*, onde se exprimia, segundo ele, totalmente esse “nacionalismo rácico”, o “misticismo étnico” ou o “mito de povo predestinado” (“Homo Atlanticus”, ligado à lendária Atlântida). Apelou ao Integralismo Lusitano para que “repudie o germanismo que lhe serve de alma, a doutrina germânica da raça; é preciso que rasgue publicamente as páginas dos seu ‘idearium patriótico’ o arlequinesco livro *O Valor da Raça*”³⁸.

O que afirmou realmente António Sardinha sobre o seu “germanismo” nos textos “A Apologia da Guerra” e “O Testamento de Almeida Garrett”, publicados na revista *Nação Portuguesa* em 1914? No primeiro texto elogiou o *germanismo etno-cultural* e o *germanismo político-estadual*, visto o individualismo alemão ser um individualismo étnico, reconhecendo a raça como unidade; daí o indivíduo alemão ter surgido identificado com a nação.³⁹ Estamos perante uma teoria orgânica da origem da Nacionalidade, assente nas ideias de homogeneidade da raça e de representações comuns do génio, as quais, segundo ele, necessitavam de ordem, de disciplina, de heroísmo e de “exaltação psíquica”, para que à unidade etno-cultural correspondesse organicamente uma unidade político-social, o que encontrava plasmado no novo espaço alemão. No segundo texto, já enunciou frontalmente o seu *germanismo geopolítico e estratégico*:

“Francófilo que me mostrei já em público, eu desejo agora veementemente a vitória da Alemanha. Só pela vitória dos Impérios Centrais nós teremos, com a derrota da Maçonaria, o restabelecimento da ordem legítima que permitirá à França ressarcir-se, a nós outros curar-nos [...]. A resistência espantosa da Alemanha é para nós, integralistas, a mais clara confirmação de quanto vale para o vigor dum povo a posse intacta das instituições hereditárias do seu génio”⁴⁰.

³⁷ A revista *Nação Portuguesa*, com o subtítulo de “Revista de filosofia política”, teve o primeiro número datado de 8 de Abril de 1914, aparecendo como director Alberto Monsaraz e como secretário Nuno de M. Teixeira; os editores eram França e Arménio, de Coimbra, e a composição e a impressão era feita na Tipografia Teixeira, do Porto. Na lista de colaboradores anunciados, estavam António Sardinha (António de Monforte), A. Xavier Cordeiro, Amadeu de Vasconcelos (Mariotte), Hipólito Raposo, João do Amaral, J. Adriano Pequito Rebelo, Luís de Almeida Braga e Simeão Pinto de Mesquita.

³⁸ Mariotte, *O Nacionalismo Rácico do Integralismo Lusitano*, p. 74.

³⁹ *Nação Portuguesa*, Lisboa, n.º 5, Novembro de 1914, p. 156.

⁴⁰ *Ibidem*, n.º 10, Dezembro de 1915, p. 301.

Alfredo Pimenta, como António Sardinha, evocava nos seus escritos políticos a teoria da ordem filiada numa leitura autoritária e conservadora antidemocrática do pensamento positivista ortodoxo de Auguste Comte – “o iluminado santo laico”, na opinião de António Sardinha, aludindo ao “poder intensificador da disciplina”⁴¹ –, articulada com o pensamento conservador católico tomista, e reconhecia no Império Alemão a manifestação da vontade e da força de um princípio orgânico, hierárquico e disciplinador, contrário ao princípio individualista e igualitário. Alfredo Pimenta advertia, no entanto, que, ao não ocultar a sua simpatia pelas “qualidades superiores de ordem” (superioridade guerreira e política ou afirmação da ciência e da filosofia), dos alemães – “o meu Germanismo” –, apesar das críticas que fazia à diplomacia alemã, tal não o obrigava a “sentir antipatia pela França” e a “detestar os povos latinos, pelos seus defeitos e pelos seus erros”⁴².

Será no artigo político “Os povos e os governos que merecem” de Luís Cabral de Moncada, publicado em 1915 na revista *Nação Portuguesa*⁴³, que se pode encontrar a mais desenvolvida argumentação em defesa do *germanismo etno-cultural* e do *germanismo político-estadual*. Atribuía ao Império Alemão do século XX a “expressão do maior grau de equilíbrio vital e de totalidade humana que ainda até hoje foi dado atingir a um povo”, para o que fora importante a não actuação das ideias francesas da revolução de 1789, “desnacionalizando as suas tradições” ou “desindividualizando a sua alma”, o que evitou os “exclusivismos intolerantes do tradicionalismo exagerado como da ideologia negativista, expressão genuína do verdadeiro espírito revolucionário francês”⁴⁴. Daí decorria o governo do Império Alemão face aos desgovernos dos Estados latinos, cujo fundo estrutural desse merecimento social e político se encontrava numa evolução história assente nas tradições e num substrato orgânico de uma “raça vigorosamente individualizada”.

Luís Cabral de Moncada repudiava o liberalismo e a democracia mas também o tradicionalismo monárquico radical e apresentava como elementos agregadores de uma Nacionalidade a individualidade étnica e política, a grandeza criadora do génio, o substrato orgânico das instituições, os equilíbrios entre aristocracia e democracia e entre modelo político e uso das tradições – manifestado segundo

⁴¹ *Ibidem*, n.º 5, Novembro de 1914, p. 153.

⁴² *Ibidem*, p. 139.

⁴³ *Ibidem*, n.º 8, Junho, 1915, pp. 229-238.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 237.

ele na Roma antiga, durante a República dos cônsules⁴⁵ –, mas não esquecia a Inglaterra e o Império Alemão como exemplos de Estados que respeitavam as tradições nacionais (continuidade orgânica) e o equilíbrio histórico (adaptação ao meio). Compreende-se, dentro do seu lugar ideológico e cultural antiliberal e antidemocrático, o repúdio do cientificismo e do evolucionismo mas também da ideia de uma humanidade homogênea que, na Europa, tinha sofrido, segundo Cabral Moncada, o impacto uniformizador do “*humanismo* internacionalista da Renascença” e depois do “*democratismo* racionalista da Revolução”, ambos produtos do “gênio teórico da Unidade abstracta”, o que desarticulou a inicial “diferenciação individualizada” da Europa⁴⁶.

Neste artigo, onde definia como “espectáculo ao mesmo tempo grandioso e horrível a guerra actual” e não se pronunciava sobre o seu destino final, Luís Cabral de Moncada radicou na força dos povos e no valor das civilizações a capacidade fundamental da sua raça (“o fundamento biológico da sua alma ou da sua individualidade”) e da normalidade evolutiva das instituições articulada com a tradição histórica nacional, numa “harmonia integral, ou harmonia sintética”, por conseguinte, em adaptação orgânica e tradicionalista.

4. Consideração final

Os monárquicos integralistas participaram no debate público sobre a atitude a tomar por Portugal face à Primeira Guerra Mundial, tendo aproveitado a ocasião para justificarem e promoverem a sua recente proposta ideológico-política, exposta no texto “Anúnciação”, publicado no número inaugural da revista *Nação Portuguesa*: “Aqui estamos erguidos numa ala de arautos – para a ironia dos impotentes e indiferença dos ignorantes, para o sorriso vil dos comodistas e para doutrinar os que de boa-fé quiserem juntar-se ao nosso pregão [...]. Erguemos uma tribuna, não construímos um baluarte [...]”⁴⁷.

Se a argumentação comum exautorava a cultura política iluminista, liberal, republicana e democrática, na defesa do tradicionalismo monárquico antiliberal, já face ao jogo geopolítico entre as potências beligerantes da Primeira Guerra Mundial encontrava-se alguma diversidade de posições nos textos políticos dos

⁴⁵ *Ibidem*, p. 231.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 232.

⁴⁷ *Ibidem*, n.º 1, 8 de Abril de 1914, p. 3.

monárquicos integralistas, publicados na revista *Nação Portuguesa*, até à declaração de guerra do Império Alemão a Portugal.

Entre os monárquicos integralistas havia a percepção generalizada de que a Primeira Guerra Mundial evidenciava uma “luta entre imperialismos” (onde sobressaíam os interesses económicos) e não um confronto entre o “princípio da liberdade” (inglês ou francês) e o “princípio do despotismo” (alemão ou austro-húngaro), justificação que, contrariamente, era evocada pelo campo político republicano e socialista. Repudiavam qualquer pacifismo e individualismo, daí a apologia heróica e redentora da guerra para a revitalização orgânica das nações fracas ou em estado agónico, e deduziam do seu nacionalismo a necessidade do militarismo para fortalecer a “raça” e o “génio” dos povos.

Quanto à inscrição do “germanismo” nas posições monárquicas integralistas, como se viu, a questão recobriu variantes e até repúdio, pelo que não pode ser interpretado da forma ligeira e justiceira como fez Mariotte, que considerou a revista *Nação Portuguesa* o órgão do “nacionalismo rácico”: “[...] misticismo bárbaro que gerou o germanismo e que serve de fundamento ao *Integralismo Lusitano* [...]. [...] o nacionalismo rácico alemão pôs a Europa a ferro e fogo, esperei que o pundonor patriótico [dos monárquicos integralistas] evitasse uma escandalosa traição ao latinismo [...]”⁴⁸.

Em Abril de 1914, Alberto Monsaraz glorificou a histórica Aliança Luso-Britânica, que assegurava a nossa existência, colocando-se do lado do *anglofilismo*; em Novembro de 1914, António Sardinha e Alfredo Pimenta (este em trânsito do Republicanismo para o Integralismo Lusitano) e, em Junho de 1915, Luís Cabral de Moncada, elogiaram o *germanismo etno-cultural* e o *germanismo político-estadual*; em Março de 1915, João do Amaral opõe a raça alemã (“raça inferior”) à raça latina (“obreira da mais nobre civilização que o mundo viu depois da idade clássica”), o que é uma expressão de *latinismo*; em Abril de 1915, o tenente Vasco de Carvalho declarou-se “lusófilo”, portanto radicado no *lusofilismo*; por fim, assinale-se a recolocação de António Sardinha, em Dezembro de 1915, pois exprimiu publicamente a sua adesão ao *germanismo geopolítico e estratégico*, desejando a vitória do Império Alemão e do Império Austro-Húngaro.

⁴⁸ Mariotte, *O Nacionalismo Rácico do Integralismo Lusitano*, pp. 67 e 68.

IMAGENS DA GUERRA COLONIAL EM POETAS PORTUGUESES

Paula Morão*

Costuma dizer-se que é escassa a literatura tendo por temática a Guerra Colonial, decorrida entre 1961 e 1974 (com prolongamento da presença das tropas portuguesas nas colónias até mais tarde, enquanto decorriam os processos de independência), e mesmo desde o 25 de Abril até ao presente. Se vírmos mais de perto, tal ideia feita pede acerto e revisão: verifica-se um crescendo de bibliografia, quer de obras quer de crítica ou de trabalhos académicos sobre esta temática, a que se juntam antologias que coligem autores e sugerem linhas de leitura a pesquisar. Basta considerar algumas referências de entre obras publicadas para se tornar claro que, nos principais géneros narrativos (romance e novela, crónica, diários, memórias e correspondências) ou no modo lírico, não se trata de um *corpus* tão diminuto como possa parecer, acompanhado por textos críticos de escopo historiográfico ou de análise literária. À distância de meio século, é mais que tempo de ponderar o que a guerra, o exílio e a paz fizeram a uma geração envolvida em combates de tipologia diversa nos anos da Guerra Colonial.

Não cabe no escopo deste texto entrar em considerações de ordem histórica ou de interpretação dos acontecimentos, antes se limitando à literatura que se ocupou e se ocupa dessa guerra, e, restringindo mais ainda o campo, à poesia¹. Para este género, contam-se antologias que devem merecer a nossa atenção, por considerarem um *corpus* textual alargado que ultrapassa em muito os autores que hoje conhecemos pelo conjunto das suas obras, abrindo lugar a outros,

* CEC – Centro de Estudos Comparatistas, Portugal. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A autora não usa o chamado Acordo Ortográfico.

¹ Quanto à ficção, é muito útil a consulta da antologia seguinte: João de Melo (org.). *Os anos da guerra 1961-1975 – Os portugueses em África – Crónica, ficção e História*, dois volumes, Lisboa, Dom Quixote/ Círculo de Leitores, 1988; considerem-se, para enquadramento, os textos prefaciais do antologizador e de Joaquim Vieira. O *corpus* de autores variadíssimos aqui reunidos, com os limites da data deste volume, estabelece um rico material, a pedir estudos monográficos e uma visão panorâmica, acrescentando-se a bibliografia de que já dispomos.

menos conhecidos ou poetas ocasionais. Podemos agrupar a poesia portuguesa cuja temática é a da Guerra Colonial nestas categorias ou situações: aqueles que viveram a guerra, sendo membros das Forças Armadas ou milicianos que fizeram a recruta (em Mafra, no caso daqueles que tinham estudos superiores²); aqueles que partiram para o exílio (sendo militares, ou na condição de refractários e de desertores); e ainda diversos outros casos. Vejamos melhor.

Começemos pela mais antiga das antologias, publicada em 1971 por Pinharanda Gomes: *O corpo da pátria – Antologia poética sobre a guerra no Ultramar – 1961-1971* (Braga, Editora Pax, 1971), reunindo textos situados num intervalo de dez anos, quando se desenrola a guerra em vários teatros. O volume conta nas badanas com um texto de José Valle de Figueiredo (também autor antologiado), no qual ficam patentes alguns princípios muito marcados: “Move-se o corpo da Pátria ao ritmo da memória que se fez carne, e é saudade a cumprir-se em cada momento [...]”, assim começa; e adiante afirma o autor que “tudo tem de ser a Claridade a convocar o Movimento, a Criação, a Poesia que se faz sonho e carne, saudade e futuração, memória de ir e demandar”. Valle de Figueiredo acrescenta ainda a este quadro de valores patrióticos, informados por um saudosismo à Pascoaes³, a função da poesia como “Graal que convoca a Lusitânia, [...] crescendo ao ritmo da Pátria que aquece e redime”. Referindo-se à antologia de Pinharanda Gomes, inscreve-a o autor das badanas no “Movimento da Pátria”, dando “exemplo de patriotismo alto e iluminado, ao coligir as criações que futuraram a defesa da Integridade e Totalidade da Lusitânia.” Deixo aos colegas historiadores a sugestão de analisarem os propósitos deste volume, expressos tanto neste texto de Valle de Figueiredo como no prefácio de Pinharanda Gomes, respondendo à simbologia da imagem da capa, na qual a cruz de Cristo se combina com a esfera armilar e com a simbólica do paraíso (em bordadura) a celebrar a origem deste “corpo da Pátria”, fortemente afirmando uma ideologia.

Pinharanda Gomes assina o “Prefácio político a uma antologia poética” (pp. 9-22), deixando claro o seu pensamento em passos como estes: “Contemplativa e de índole misticizante, logo passionante e passiva – a poesia [...] transforma-se [no] veículo através do qual se declamam as paixões e as convicções,

² Em geral, são estes jovens mais qualificados (licenciados ou com frequência universitária) os autores de ficção ou de poesia, a que se juntam diários e obras diversas.

³ “A Pátria portuguesa é um ser espiritual”, Teixeira de Pascoaes (in *A arte de ser português*), surge em epígrafe à secção “Poetas da rectaguarda” (p. 25). Por seu turno, a secção “Poetas da frente” abre com epígrafe de Salazar: “Nós havemos de chorar os mortos, se os vivos os não merecerem”, 12-8-1963 (p. 99).

se arvora o pendão do real em nome do ideal, se toma o ideal pelo real [...]” (p. 10). E adiante clarifica, citando (sem o declarar) *Mensagem*, de Fernando Pessoa⁴: “Falta cumprir Portugal! A hora da autêntica portugalidade urge!” (p. 14). Justifica adiante a escolha desta antologia de poetas “líricos, epigramáticos, de índole épica e apologética, senhores de expressão bastante para testemunhar toda a frustração, a impossibilidade imperial em que Portugal se encontra” (p. 17), agrupados em “Poetas da retaguarda” e “Poetas da frente”⁵, conforme explicita o índice e se pormenoriza nos textos incluídos, bem como nas “Notas bio-bibliográficas” (pp. 147-164) a fechar o livro⁶. Basta considerar a lista destes poetas e ler os textos coligidos por Pinharanda Gomes para se entender como se trata de ilustrar os propósitos de “uma poesia comprometida com o ponto de vista português [que] não podia deixar de comprometer-se com o ponto de vista governamental, mas também só podia ser criada por quem, poeta, beneficiasse ao mesmo tempo de uma educação portuguesa” (p. 20). Em 1971, tais propósitos evidenciam uma concepção da literatura ao serviço de uma ideologia, como se a poesia em si mesma, enquanto trabalho de linguagem e de pensamento, fosse questão de somenos – numa década em que ocorrem mudanças do maior relevo em termos poemáticos, na esteira dos movimentos modernistas (*Orpheu* e *presença*) das décadas anteriores. Saliente-se, no entanto, que entre os textos antologiadados há alguns cuja temática patriótica não corresponde ao eixo evocador da participação patriótica na guerra ou inscrevendo-se lateralmente nela, como se vê em “Minha Senhora Goa”, de Fernanda de Castro (p. 40), em “Goa”, de Vimala Devi (pp. 48-49), ou ainda em “Guerra”, de Natércia Freire (p. 52)⁷.

A esta contrapõe-se a antologia compilada e criticamente enquadrada por Roberto Vecchi e Margarida Calafate Ribeiro, *Antologia da memória poética da*

⁴ A citação vem do verso de fecho do poema “O Infante”: “Senhor, falta cumprir-se Portugal!”. A leitura nacionalista do único livro que Pessoa publicou em vida não é a única possível – o que aqui não cabe mais que assinalar.

⁵ Mais esclarece Pinharanda Gomes que “esta Antologia contém um só testemunho: a voz dos poetas que não foram à batalha mas sentiram a guerra como sua; e a voz dos poetas que foram à batalha, nela foram personagens, vítimas e personalidades singulares.” (p. 20).

⁶ Estas notas merecem atenção crítica, por esclarecerem a identidade e a bibliografia de autores antologiadados sobre os quais seria de outro modo difícil colher informação; é o caso de poetas que publicaram apenas em periódicos, ou de outros com obra menor.

⁷ Cite-se o fecho deste poema “Guerra”, de *Liberta em pedra*, 1964: “São meus filhos. Gerei-os no meu ventre./ Nove meses de esperança, lua a lua./ Grandes barcos os levam, lentamente...” (Natércia Freire, “Guerra”, p. 52). Ocorre estabelecer um laço com o poema de Fiamma Hasse Pais Brandão “Barcas novas”, do livro epónimo (1967), a que adiante voltaremos.

guerra colonial (Porto, Afrontamento, 2011)⁸, coligindo textos de um numeroso elenco de poetas (setenta e sete no total, incluindo dezoito autoras), articulados nas secções seguintes: “Partidas e Regressos”, “Quotidianos”, “Morte”, “Guerra à guerra”, “O dever da guerra”, “Pensar a guerra”, “Memória da guerra”, “Cancioneiros”, “Cancioneiro Popular” e “Ainda” (dois poemas, de Fernando Assis Pacheco e de Manuel Alegre). É uma muito rica base de trabalho para os temas apontados pelos títulos de secção, com um critério abrangente no que toca aos autores, hoje consagrados ou poetas ocasionais, destacando os antologiadoreis em texto prefacial três casos – Manuel Alegre, Fernando Assis Pacheco e José Bação Leal. Adiante voltaremos aos dois primeiros, mas quanto ao terceiro teremos que respeitosa e discordar de Vecchi e Ribeiro: José Bação Leal (1942-1965), morto em combate, autor do volume póstumo *Poesias e cartas*, de 1971⁹, constitui um caso interessante, mas não se situa, do ponto de vista poemático, ao nível de Alegre ou de Assis Pacheco. Consultar-se-ão com proveito o prefácio e os textos reunidos nesta antologia, em cujo elenco de autores figuram vários dos que haviam constado da de 1971 atrás referida, mostrando um critério de eclectismo despido dos preconceitos que, como vimos, era timbre daquela outra obra.

Ilustremos agora, com recurso a textos de alguns poetas, algumas das coordenadas da poesia que tem como referente a Guerra Colonial e, correlatamente, o Portugal desses anos. É o caso de *Casimiro de Brito*, que junta esses dois motivos num poema do livro sintomaticamente intitulado *Corpo sitiado (1961-1963)*¹⁰; leia-se o texto:

Portugal

(campo de concentração)

Ocupado país ocupado e seco
pelas unhas do sono
e da usura
pelo espinhento abandono
da terra
pelas grades agressivas da Espanha
e do mar
sempre em volta

⁸ Esta antologia inscreve-se num projecto que vem publicando diversos materiais – livros, artigos e outros. Veja-se: <http://www.ces.uc.pt/projectos/poesiadaguerracolonial/pages/pt/>.

⁹ Reedição facsimilada em 2015, A Bela e o Monstro, no âmbito de uma colecção do jornal *Público*.

¹⁰ Casimiro de Brito incluiu esse livro na seguinte recolha da sua obra: *Corpo sitiado (1955- 1963)*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976. O poema citado lê-se na página 89 deste volume.

É clara a imagem de opressão deste retrato do país no período que nos importa aqui, desde o subtítulo à construção da imagem de cerco e de fechamento, por parte deste autor nascido em 1938, um dos poetas publicados nas plaquetes de *Poesia 61*.

Do mesmo grupo de poetas, deve citar-se o emblemático texto de Fiama Hasse Pais Brandão “Barcas novas”, do livro epónimo (1967), glosa da cantiga do trovador medieval Joan Zorro (“En Lixboa sobre lo mar/ barcas novas mandei lavar”), sendo as barcas “agora lavradas de armas”, e sendo “de guerra as barcas novas/ ao mar mandadas com homens”; consideremos o poema¹¹:

Barcas novas

Lisboa tem barcas
agora lavradas de armas

Lisboa tem barcas novas
agora lavradas de homens

Barcas novas levam guerra
As armas não lavram terra

São de guerra as barcas novas
ao mar mandadas com homens

Barcas novas são mandadas
sobre o mar

Não lavram terra com armas
os homens

Nelas mandaram meter
os homens com a sua guerra

Ao mar mandaram as barcas
novas lavradas de armas

Em Lisboa sobre o mar
armas novas são mandadas

¹¹ Uso a seguinte edição: Fiama Hasse Pais Brandão, *Obra breve – Poesia reunida*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2006, pp. 31-32.

Na cantiga de Joan Zorro trata-se o motivo do amado que parte deixando para trás a “mia senhor velida”, mas em Fiama as “barcas”, sem qualquer equívoco, são as de uma guerra para a qual se enviam, também em navios, soldados e armas. Víamos no poema de Casimiro de Brito uma representação de fechamento, aqui também visível: a estrutura em dísticos apoia-se nas figuras da repetição, amplificando as barcas de agora, situadas numa espécie de colisão entre a terra lavrada e o mar que conduz a um cenário de armas. Assim, muito para além do exercício técnico, figuram-se com recursos poemáticos questões de um tempo a que nesses anos de sessenta um poeta não pode alhear-se; reconhece-se a repetida cena das partidas de tropas em navios – documentação existente facilmente o comprova, ao que pode juntar-se a memória individual de quem a elas assistiu¹².

Uma posição semelhante se encontra em Sophia de Mello Breyner Andresen, cuja obra frequentes vezes alia a consciência de um tempo e o combate pelos versos, seguindo o ilustre exemplo de Camões (“Numa mão sempre a espada, e noutra a pena”, *Os Lusíadas*, Canto VII, estrofe 79); é o que pode ler-se neste poema de *O nome das coisas*¹³, sintomaticamente intitulado “Guerra ou Lisboa 72”:

Partiu vivo jovem forte
 Voltou bem grave e calado
 Com morte no passaporte

Sua morte nos jornais
 Surgiu em letra pequena
 É preciso que o país
 Tenha a consciência serena

Sophia assinala desde o título, incluindo datação expressa, a circunstância histórica que ilustra com a brevíssima narração de um caso, a que se acrescenta o comentário irónico da segunda estrofe. Ocorre lembrar que, como é sabido, a imprensa da época, fortemente vigiada pelos censores, não reporta as mortes da guerra, sugerindo-se neste poema o modo equívoco e escondido de o fazer

¹² Por razões familiares, assisti a um desses embarques de tropas no início dos anos setenta; no aeroporto militar de Figo Maduro, presenciei uma partida de tropas para a Guiné.

¹³ Sophia de Mello Breyner Andresen, *O nome das coisas*, Lisboa, Moraes Editores – Círculo de Poesia, 1977. O poema citado pertence à secção I – 1972-73, e está na página 15 da edição indicada.

(“em letra pequena”); e já agora, comente-se que a Censura parece descurar a literatura e em particular a poesia, como mostram numerosíssimos exemplos, entre os quais se contam os poemas que acabamos de citar, cujo propósito crítico é bastante claro.

De entre os poetas cujas vidas foram directamente afectadas pela Guerra Colonial, dar-se-á de seguida destaque a três deles. O primeiro, Gastão Cruz (n. 1941), em cuja obra desde sempre e até hoje sempre se tematizou Portugal, circunstância e lugar, ocupa-se daquela temática específica nos seus três primeiros livros. Sigamos o que sobre isso escreveu:

O ciclo constituído por *Outro nome*, *Escassez* e *As aves* é uma espécie de trilogia da privação. O tema da guerra é mais reconhecível no primeiro (“o silêncio do tejo que conduz/ a poeira da morte e não a lava/ das águas o clarão da surda morte/ de Portugal a limpidez mortal / de saído o rio tejo arrefecidos / em longínqua espessura ardidos os corpos”) e no terceiro – e predominantemente neste último. Mas está presente em todos, [...] ¹⁴.

A clareza deste excerto dispensa comentário, apenas pedindo que se precisem datas: 1965, 1967 e 1969, respectivamente, para os três livros aqui listados. Podemos no entanto assinalar a articulação entre o que Gastão Cruz designa “privação” e o temário da Guerra Colonial, o que é corroborado na nota que virá a apor à reunião em 2006 daqueles três volumes. Sigamos a “Nota do autor sobre esta edição”: “O céu de angústia que cobre os factos relatados nesta ‘trilogia da guerra’, como cheguei a pensar chamar-lhe [...], estende-se sobre um ‘tempo concreto’, como, no seu poema com este título, o definiu António Ramos Rosa [...]” ¹⁵. A relação entre “os factos relatados”, o “tempo concreto” e a poesia ela mesma é uma questão central na concepção poemática deste autor, desenvolvida em vários dos seus ensaios e tratada por críticos como Luís Maffei (no prefácio de 2009) ou Manuel Gusmão. Confirme-se o que se vem dizendo com o final da “Canção primeira” de *Outro Nome* (1965; 2009, p. 76):

¹⁴ O passo citado é do prefácio autoral que acompanhou os *Poemas reunidos* na edição de 1999, texto que Gastão Cruz manteve na edição de 2009 (cf. nota em 2009, p. [363]). Reporto-me à seguinte edição: *Os Poemas [1960 – 2006]*, prefácio (“A experiência de um poeta vivo: agora, Gastão”) de Luís Maffei, Lisboa, Assírio & Alvim, 2009. O excerto citado lê-se na página 367.

¹⁵ Cito a “Nota do autor sobre esta edição”, inserta em Gastão Cruz, *Outro nome – Escassez – As aves*, prefácio (“Uma primeira edição – Um tríptico ou um ciclo na poesia de Gastão Cruz”) de Manuel Gusmão, Lisboa, Assírio & Alvim, 2006, p. 89.

Assim lutamos
 e se alguém te perguntasse canção
 como não rompe
 o puro som do pranto nestas praias
 podes-lhe responder que porque o esforço
 se move sobre as dunas
 e hasteia nas vidraças

A ressonância camonianiana, assinalada pelos críticos referenciados, não deixa dúvidas; mas vale a pena assinalar, com palavras de Manuel Gusmão, que o apuro técnico não exclui, antes torna mais complexa, a referência aos “factos concretos”; escreve Gusmão que estes poemas configuram “exemplos de uma *techne* que depura e decanta”, mas do mesmo passo se apresenta como “*ethos* da vibração política com o ‘desconcerto’ do mundo.” (Gusmão, 2006, p. 11). Complemente-se ainda esta leitura com a referência à recruta em Mafra, retratada no livro *As Aves* (1969), de que servirá de exemplo este “quase-soneto” (segundo a proposta terminológica de Gusmão, 2006, p. 11; cito pela edição de 2009, p. 103):

Penetram nos ouvidos as rajadas
 das armas disparadas
 e os ouvidos deixam
 de ouvir ou ouvem mais

que fogo de rajada
 No sol por entre os castanheiros áridos
 ouvem-se tiros no outono rasga-
 -se aluz vasta do ar e sob o céu

de súbito apagado ouve-se mais
 que tiros e rajadas mas a morte
 contida ou desviada e o desvio

das balas disparadas
 penetra nos ouvidos
 fundo e árido

Retrato de paisagem povoada de sons que não cessam de repercutir na memória, este poema, como os mais que compõem este livro, vai no sentido

que aqui nos traz – a memória permanece para lá da circunstância, mas trata-se de uma intensa figuração do real, constituído na obra de Gastão no arco subtil e complexo formado pela “vida da poesia”¹⁶.

Torna-se obrigatória uma referência breve ao temário da Guerra Colonial na obra de Manuel Alegre, relevante especialmente em *Praça da canção*, de 1965 e em *O canto e as armas*, de 1967¹⁷, mas presente em outros textos¹⁸. Deste segundo livro, ordenado de acordo com o modelo da épica clássica também glosado por Camões (a *Eneida*, logo a abrir *Os Lusíadas*)¹⁹, tomemos um poema do “Canto II – Continuação de Álcacer Quibir” (2017, p. 37):

Às onze da manhã de mil novecentos e sessenta e dois

Às onze da manhã de mil novecentos e sessenta e dois

quebrou-se o meu relógio entre Quipedro e Nambuanguongo.

E desde então o tempo é um ditongo

entre não haver ontem e não haver depois

no meu relógio entre Quipedro e Nambuanguongo.

Não sei se riam se gritavam se choravam

eu não sei que palavras se diziam.

Estão ali estão ali. E disparavam.

E de súbito um berro. E de súbito um estrondo.

¹⁶ Motivo axial da poética deste autor, “A vida da poesia” dá título a um texto de *Campânula* (1978); Gastão Cruz usou a expressão para titular a sua mais recente recolha de ensaios: *A Vida da Poesia – Textos críticos reunidos (1964 – 2008)*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2008.

¹⁷ Além das primeiras edições, indicam-se as mais recentes, respectivamente: *Praça da canção*, Coimbra, Cancioneiro Vértice, 1965; 2ª edição, Lisboa, Ulisseia, 1969; edição especial comemorativa dos 50 anos, com prefácio de José Carlos de Vasconcelos, Lisboa, Dom Quixote, 2015. *O canto e as armas*, Nova Realidade, 1967; edição definitiva, comemorando os cinquenta anos da obra (revista pelo autor), Lisboa, Dom Quixote, 2017.

¹⁸ Considerem-se ainda: *Nambuanguongo, meu amor – Os poemas da guerra*, Lisboa, Dom Quixote, 2008; e, em ficção, *Jornada de África (Romance de amor e morte do Alferes Sebastião)*, Lisboa, Dom Quixote/Círculo de Leitores, 1989.

¹⁹ Sobre a dupla matriz, épica e lírica, e as suas raízes na tradição literária, são esclarecedores vários dos textos do próprio Manuel Alegre recolhidos em *Arte de marear – Ensaios*, Lisboa, Dom Quixote, 2002. Vejam-se ainda, entre outras referências, o prefácio de Mário Sacramento (“Sal e trevo: um sentido futurante da epopeia”) à edição de 1969 de *Praça da canção*, bem como o prefácio de José Carlos de Vasconcelos (“Quando a poesia faz e se faz História”) à edição de 2015. A fechar a recolha *Poesia – Primeiro volume (1960-90)*, *Segundo volume (1992-2008)* (edição revista e aumentada, Lisboa, Dom Quixote, 2009), republicam-se três textos críticos úteis para ler estas questões: Eduardo Lourenço, “Manuel Alegre ou a nostalgia da epopeia” (1995), Vítor Manuel Aguiar e Silva, “A hora de Elsenor no canto de Manuel Alegre” (1998), Paula Morão, “Um rouxinol na *Praça da Canção*” (2005).

E não sei que diziam: se choravam se riam.
Estão ali estão ali. E disparavam.
Às onze da manhã entre Quipedro e Nambuanguongo.

E nunca mais houve ontem nem depois.
 São onze da manhã de mil novecentos e sessenta e dois
 no meu relógio entre Quipedro e Nambuanguongo.

As referências deste episódio histórico são explícitas, e fazem eco com outros poemas da obra de Alegre, de entre os mais conhecidos. Importa agora, porém, sublinhar que se trata de dar corpo à memória através dos recursos poemáticos: a repetição e a variação, o representar da voz própria mesclada com reminiscências de sons de todo o grupo, o espelho do tempo traçando o arco que vai da circunstância figurada em sons até à paralisia do que disso fica para sempre martelando e passa para quem lê.

Estes recursos, que Manuel Alegre usa – volte a dizer-se – desde os poemas mais antigos da sua obra, mostram bem o palimpsesto que se estabelece entre vida e escrita, à semelhança do que atrás se dizia para o caso de Gastão Cruz, ambos excelentemente epitomizando aquele “*miglior fabbro del parlare materno*” a que Dante se referia²⁰, estabelecendo uma cadeia que os nossos poetas bem conhecem.

Sirva-nos ainda um outro texto de Manuel Alegre para fazer a transição para o último caso que quero destacar – Fernando Assis Pacheco (1937 – 1995); trata-se do poema epónimo do livro *Praça da Canção* (1965; 2015, pp. 59-60), de que cito alguns versos de cada uma das duas secções:

Fernando Assis Pacheco na Praça da canção
(Depois de ler Cuidar dos vivos)

I

Um poeta vestiu-se de versos e ficou nu
 dentro dos versos. Eis o poeta meu amigo.
 Um poeta cantou. Estava triste e cantou.
 [...]
 Trazia um povo aflito na canção.

²⁰ Cf. *Purgatorio*, canto XXVI; Dante refere-se ao trovador Arnaut Daniel. Em *Waste Land*, de 1925, T. S. Eliot usa o verso dantesco na dedicatória “For Ezra Pound, *il miglior fabbro*”.

II

Como sabes eu sou aquele
que desarruma um pouco as coisas sossegadas
[...]

Lembras-te? Eu sou aquele que dizia:
Espero por ti na praça da canção.

E agora?
Agora uma nação. Abrir janelas
caminhar sobre espadas.
Por onde vieste não importa. Dá-me lume.
Para ti esta mão quero dizer
a nossa pátria construída pela nossa mão.

O poema desenha um duplo retrato – o dos dois amigos que vêm desde a infância, partilhando memórias e aprendizagem²¹, e do mesmo passo traça uma homenagem tecida de versos e de lutas.

O livro de Assis Pacheco *Cuidar dos vivos*, publicado em 1963 na colecção Cancioneiro Vértice, de Coimbra (a mesma em que sairá em 1965 como *Praça da canção*), faz parte da história exemplar dentro das obras poéticas publicadas no âmbito das questões que aqui importam, juntamente com os volumes que se lhe seguem na obra deste poeta; sigamos esse percurso. Em 1972, sai em edição de autor, de circulação restrita, *Câu Kien, um resumo*; no mesmo ano saem, em *Novembro*²², os poemas de *Viagens na minha guerra*, título de aceno garrettiano e de temática que se deixa ver. Já de 1976 data *Catalabanza, Quilolo e volta* (Colecção Poesia – Nosso Tempo, Centelha, Coimbra), abrindo com epígrafe de José Bação Leal (“Sim: tentarei o canto mesmo de gatas”), de que vamos considerar este parágrafo da contracapa:

²¹ Lê-se em versos da secção II: “Por minha causa a tua mãe tremia/ quando saltávamos ao eixo nas primeiras sílabas/ a tua mãe tremia amigo quando/ eu deixava no meio do teu quarto as ruas /por onde nunca fomos afinal até Pasárgada.” (2015, p. 60). Lembrem-se a propósito as belíssimas recordações da infância em Coimbra que Assis Pacheco publicou em crónicas felizmente recolhidas em volume: *Memórias de um craque*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2005. E recorde-se também que o livro *Cuidar dos vivos* tinha na *editio princeps* (1963) dedicatória a Manuel Louzã e a Manuel Alegre.

²² *Novembro* faz parte de um trio de cadernos (*Outubro, Novembro e Fevereiro*) contendo poemas inéditos à época: direcção de Gastão Cruz e Casimiro de Brito, capa e grafismo de Manuel Baptista, 1971 e 72. Nestes volumes saíram poemas, por exemplo, de Carlos de Oliveira ou de Fiamá, e também de Fernando Assis Pacheco.

Catalabanza, Quilolo e volta é basicamente a versão original de Cáu Kien: um resumo. Sem a toponímia vietnamita e outros disfarces de circunstância exigidos pela censura fascista. Reposto o texto tal como era foram juntos alguns poemas todos da mesma época.

Consequência da liberdade, podem agora dar-se os nomes próprios às coisas, o que é ainda complementado na “Nota a fechar” a recolha da poesia, com o título *Musa irregular* (1991, p. 201):

Em 1972 mandei tirar por minha conta e risco, em edição não-venal, 500 exemplares de *Cáu Kien: um resumo*, que era a versão digamos vietnamita dum livro sobre a guerra de Angola, trazido relativamente adiantado de Luanda sete anos antes. Reposta a legalidade democrática, pude publicar então, em 1976, o original [...] que veio a sair com o título *Catalabanza, Quilolo e volta*.

Em 1991, sabendo embora que o cânone da dita obra completa pode vir a incluir as duas versões talvez dispostas face a face, opto pelo *Catalabanza* e atribuo-lhe a datação correcta, 1972.

Não se trata de pormenores espúrios, mas de consciência vital e literária dos efeitos da censura, no caso vertente atingindo poemas que retratam a Guerra Colonial, muito claramente visível por exemplo neste texto da secção “Dembo”, de *Catalabanza, Quilolo e volta*²³:

Monólogo e explicação

Mas não puxei atrás a culatra,
não limpei o óleo do cano,
dizem que a guerra mata: a minha
desfez-me logo à chegada.
Não houve cercos, balas
que demovessem este forçado.
[...]

Dizem que a guerra passa: esta minha
passou-me para os ossos e não sai.

Será bastante esta citação para corroborar a presença do temário, esparso nos livros de Assis Pacheco que agora estão em leitura, e que em *Musa irregular* são

²³ 1976, p. 15; ou: *Musa irregular*, Lisboa, Hiena, 1991, p. 42.

complementados por dois poemas não listados no índice, mas situados entre o final de *Cuidar dos vivos* e a cortina que abre *Catalabanza*. Lançados por uma epígrafe de Antonio Machado (“Todo passa y todo queda, / pero lo nuestro es pasar, / pasar haciendo caminos, / caminos sobre la mar. ”), são os “Versos que o autor mandou de Nambuagongo ao editor” – o soneto “Há um veneno em mim...” e “O poeta cercado” (pp. 35 e 36), exemplarmente dizendo o “pavor colado na garganta” ou “o meu coração posto de rastos”.

A história da Guerra Colonial não poderá deixar passar os textos literários em que esta está representada como motivo, como enquadramento e como testemunho. Os casos que aqui se destacaram mostram bem o relevo desses acontecimentos para os que, nos vários papéis de que atrás se traçaram as linhas gerais, mostram à evidência que a literatura não está fora do mundo – a imagem do poeta nefelibata não fez nunca sentido, mas para aqueles que conheceram a guerra em primeira pessoa tal lugar-comum é ainda mais erróneo. Leiam-se os textos, dê-se-lhes o lugar devido na História: isso exige o saber que a todos nos sustém e identifica.

Centro de História da Universidade de Lisboa

Grupo de Investigação | Usos do Passado

Colecção de História & Cultura Política

Coordenação de Ernesto Castro Leal

1. *Republicanismo, Socialismo, Democracia*, 2010.
Apoio: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
2. *República e Liberdade*, 2011.
Apoio: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
3. *Monarquia e República*, 2012.
Apoio: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
4. *Liberalismo e Antiliberalismo*, 2013.
Apoio: Fundação Calouste Gulbenkian.
5. *Pátria e Liberdade*, 2014.
Apoio: Fundação Eng. António de Almeida.
6. *Ordem e Progresso*, 2015.
Apoio: Fundação Eng. António de Almeida.
7. *Organicismos e Política*, 2017.
Apoio: Fundação Eng. António de Almeida.
8. *Guerra, Paz, Liberdade*, 2019.
Apoio: Fundação Eng. António de Almeida.

GUERRA, PAZ, LIBERDADE

O presente volume reúne textos inseridos no tema do *IX Seminário de História e Cultura Política*, que se realizou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no dia 10 de Maio de 2018. O objectivo deste Seminário – iniciativa científica inserida no Grupo de Investigação *Usos do Passado* do Centro de História da Universidade de Lisboa – era o aprofundamento crítico do conhecimento sobre pensadores portugueses e estrangeiros que reflectiram sobre *Guerra, Paz, Liberdade*.

Desenvolvendo o trabalho científico iniciado com o *I Seminário de História e Cultura Política de 2009*, pretende-se anualmente dar continuidade a este projecto de Seminário de História e Cultura Política – com um tema de base – e que as perspectivas analíticas comunicadas sejam feitas, sempre que possível, através de vários olhares disciplinares, em particular a partir da História, da Filosofia, da Ciência Política, do Direito e da Literatura.

A reflexão crítica e o debate produzidos visam continuar a estimular a vivificação da memória da cultura política e a construção historiográfica das ideias políticas e sociais, dentro da área do *pensamento europeu, ibero-americano, luso-brasileiro e português*, um mundo aberto, plural e conflitual, onde há um grande campo de investigação crítica a desenvolver, para percebermos fundamentos filosóficos, dinâmicas históricas e expressões ideológicas e políticas.

